



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

A PAZ COMO COLONIALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ NO HAITI (2004-2017)

FOUCHARD LOUIS

**FOZ DO IGUAÇU
2022**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

A PAZ COMO COLONIALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ NO HAITI (2004-2017)

FOUCHARD LOUIS

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Ramon Blanco De Freitas

FOZ DO IGUAÇU
2022

FOUCHARD LOUIS

A PAZ COMO COLONIALIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE CRÍTICA
DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ NO HAITI (2004-2017)

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
UNILA

Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita - UNILA
Avaliador interno

Prof. Dr. Fernando José Ludwig - UFT
Avaliador externo

Foz do Iguaçu, 15 de julho de 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

L888

Louis, Fouchard.

A paz como colonialidade do poder: uma análise crítica do processo de construção da paz no Haiti (2004-2017) / Fouchard Louis. - Foz do Iguaçu-PR, 2022.

110 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu-PR, 2022.

Orientador: Ramon Blanco de Freitas.

1. Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). 2. Organização das Nações Unidas. 3. Decolonialidade. 4. Haiti - Paz. I. Freitas, Ramon Blanco De. II. Título.

CDU 327:172.4(729.4)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, todo poderoso, pela força, paciência, saúde e sabedoria para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha família por me apoiar neste projeto. Eu agradeço à minha mãe Rosina Benjamin e minha irmã Ruthmy Louis, que me apoiaram e incentivaram e que sempre acreditaram em mim, e a elas dedico esse trabalho. Agradeço a Stephanie Craan Lamothe, meu primo Herby Lamothe e minha prima Marie Laure Lapierre, pelo carinho, pelo incentivo e pelo olhar orgulhoso quando falei do meu trabalho.

Agradeço imensamente o meu orientador Dr. Ramon Blanco de Freitas não só pelo seu entusiasmo, seu envolvimento e sua disponibilidade desde o início com meu projeto de pesquisa, mas também por seu incentivo seu *feedback* crítico e as nossas ricas trocas.

Gostaria de agradecer aos meus avaliadores da banca de Qualificação e da Defesa, os professores Gilberto Oliveira, Lucas Ribeiro Mesquita e Fernando José Ludwig, que concederam seu valioso tempo para ler a minha dissertação, fazendo correções e comentários significativos, que enriqueceram o meu trabalho.

Devo minha gratidão à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que viabilizou a concretização deste sonho. Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da UNILA especialmente a todos os professores do programa; ao Luiz Fernando Kiihl Matias, secretário do PPGRI, por sua constante solicitude e pelo extremo profissionalismo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, por fomentar meus estudos durante o período da Dissertação.

Agradeço de maneira especial, a Rita de Cassia Pereira de Carvalho por acreditar no meu trabalho e compartilhar comigo as suas experiências acadêmicas, me proporcionando interessantes reflexões. Aos meus amigos, Sanel Charlotin, Larissa Amorim Tupinamba, Wisly Joseph, Carl Alain Bien-Aimé. E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e o resultado da pesquisa.

LOUIS, Fouchard. **A Paz como Colonialidade do poder**: Uma Análise Crítica do Processo de Construção da Paz no Haiti (2004-2017). 2021. (68f). Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

RESUMO

O presente trabalho tem como seu objetivo geral analisar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), no período de 2014 a 2017, a partir da teoria decolonial. Especificamente pretende-se compreender as características e os principais conceitos utilizados pela ONU sobre a Paz; relacionar os impactos a partir da MINUSTAH à situação de vulnerabilidade no Haiti. O princípio norteador da pesquisa: Qual a compreensão sobre o processo de construção da paz no Haiti conduzido pela MINUSTAH? Assim, surgiu a hipótese de que o processo de construção da paz no Haiti por meio da MINUSTAH tem um caráter de hierarquização de poder pela forma da sua atuação na prática. Desenvolver uma abordagem decolonial sobre a construção da paz no Haiti é fundamental, pois contém uma diversidade que procura combater a instauração da estrutura política moderna de acordo com parâmetros da universalidade. Neste contexto, é utilizada a metodologia de *process tracing*, o que é fundamental para a realização desta pesquisa, pois é permitida a revisão sistemática das evidências diagnosticadas, selecionadas e analisadas à luz da pergunta e da hipótese da pesquisa. São utilizadas pesquisa bibliográfica em que é realizada a revisão de literatura publicada por vieses escritos e eletrônicos e pesquisa documental de fonte primária documentos oficiais do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), como, por exemplo, todas as resoluções desde a primeira resolução, estabelecida para mandar a MINUSTAH ao Haiti até a última resolução, dentre outros. E por fim, são coletados alguns dados pelo viés de entrevista semiestruturada em que são entrevistados estudantes, professores e representantes de movimento estudantil, para ver a visão dessas pessoas sobre esse processo de construção da paz no Haiti.

Palavras-chave: MINUSTAH; ONU; abordagem decolonial; CSNU; raça.

LOUIS, Fouchard. **Peace as a Coloniality of Power: A Critical Analysis of the Peace-Building Process in Haiti (2004-2017)**. 2021. (68f). Master's dissertation presented to the Postgraduate Program in International Relations as a partial requirement for obtaining a Master's degree in International Relations.

ABSTRACT

The present work has as its general objective to analyze the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), from 2014 to 2017, from the decolonial theory. Specifically, it is intended to understand the characteristics and main concepts used by the UN on Peace; relate the impacts from MINUSTAH with the situation of vulnerability in Haiti. The guiding principle of the research: What is the understanding of the peace-building process in Haiti conducted by MINUSTAH? Thus, the hypothesis emerged that the process of building peace in Haiti through MINUSTAH has a character of hierarchization of power due to the way it acts in practice. Developing a decolonial approach to building peace in Haiti is fundamental, as it contains a diversity that seeks to combat the establishment of a modern political structure according to parameters of universality. In this context, the process tracing methodology is used, which is essential for this research, as it allows for the systematic review of diagnosed, selected, and analyzed evidence in light of the research question and hypothesis. Bibliographic research is used where the literature review published by written and electronic biases is performed. And the documentary research of primary source official documents of the Security Council of the United Nations (UNSC), for example, all the resolutions since the first resolution that was established to send MINUSTAH in Haiti to the last resolution and among others. And finally, some data are collected through semi-structured interviews in which students, professors, and student movement representatives are interviewed to see their vision of the peace-building process in Haiti.

KEYWORDS: MINUSTAH; ONU; decolonial approach; CSNU; race.

LISTA DE SIGLAS

ACNUR-	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.
ACREPH -	Ação Coletiva para a Redução da Pobreza no Haiti.
ADIH -	Associação dos Industriais Haitianos.
BAI -	Bureau des Avocats Internationaux (Escritório de Advogados Internacionais).
BM -	Banco Mundial.
CEPR -	Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas.
CIDH -	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas.
EUA -	Estados Unidos da América.
FADISMA -	Faculdade de Direito de Santa Maria.
FMI -	Fundo Monetário Internacional.
FIM -	Força interina Multinacional.
GH -	Governo Haitiano.
HOPE-	Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act (Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti através do Incentivo de Parceria).
MANUH-	Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti.
MICIVIH -	Missão Civil Internacional no Haiti.
MINUHA -	Missão das Nações Unidas no Haiti.
MINUSCA-	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana.
MINUSMA -	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali.
MINUSTAH-	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.
MIPONUH -	Missão de Polícia Civil da ONU no Haiti.
MITNUH -	Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti.
MODEP -	Mouvement Démocratique Populaire (Movimento Democrático Popular).

MOLEGHAF -	Mouvement de Liberté d'Égalité des Haïtiens pour la Fraternité (Movimento pela Liberdade da Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade).
MONUSCO -	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo.
OEA -	Organização dos Estados Americanos.
ONG -	Organização Não-Governamental.
ONU -	Organização das Nações Unidas.
ONUC -	Operação das Nações Unidas no Congo.
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
PAM -	Programa Alimentar Mundial.
PAPDA -	Plataforma Haítiana de Advocacia para o Desenvolvimento Alternativo
PIDHDD -	Plate-forme Interaméricaine des Droits Humains Démocratie et Développement (Plataforma Interamericana de Direitos Humanos Democracia e Desenvolvimento).
PNH -	Polícia Nacional do Haiti.
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
POHDH -	Organisations Haïtiennes des Droits Humains (Organizações Haitianas de Direitos Humanos).
PPGRI -	Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
RIIs -	Relações Internacionais.
RNDDH -	Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.
UNEF I -	Primeira Força de Emergência das Nações Unidas.
UNEFII -	Segunda Força de Emergência das Nações Unidas.
UNILA -	Universidade Federal da Integração Latino-americana.
UNMOGIP -	Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Índia e Paquistão.
UNOGIL -	Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano.
UNTSO -	Organização das Nações Unidas para Supervisão da Trégua.
KOMODEVIK -	Mobilizasyon Pou Dedomaje Viktim Kolera (Coletivo de Mobilização pela Indenização às Vítimas do Cólera).
SOFA -	Organisations Solidarité des Femmes Haïtiennes (Organizações de Solidariedade das Mulheres Haitianas).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: A PERSPECTIVA DECOLONIAL COMO VOZ DOS MARGINALIZADOS	16
1.1 PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DO PÓS-COLONIALISMO E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS	18
1.2 COLONIALIDADE: RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER COLONIAL NA POLÍTICA INTERNACIONAL E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	24
1.3 PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB O PRISMA DE RAÇA	30
1.4 CONCLUSÃO	36
CAPÍTULO 2: PRIMEIRA GERAÇÃO DE PAZ ÀS OPERAÇÕES MULTIDIMENSIONAIS DA ONU	39
2.1 OPERAÇÃO DE PAZ DURANTE A GUERRA FRIA	41
2.2 OPERAÇÃO DE PAZ PÓS-GUERRA FRIA	45
2.2.1 Construção de paz no ano 1990	49
2.2.2 Construção de paz ao longo do ano 2000	53
2.2.3 Construção de paz no decorrer do período 2010	57
2.2.4 Construção de Estabilização da ONU	61
2.3 CONCLUSÃO	62
CAPÍTULO 3: COLONIALIDADE DE PODER DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH)	65
3.1 AS INTERVENÇÕES DA ONU ANTES DA MINUSTAH	66
3.2 HIEARQUIZAÇÃO E RACIALIZAÇÃO NA MINUSTAH	72
3.3 AS MATRIZES DE PODER COLONIAL NA ATUAÇÃO DA MINUSTAH	75
3.4 O ENTENDIMENTO DOS HAITIANOS SOBRE A MINUSTAH	81
3.5 CONCLUSÃO	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERENCIAS	101
ANEXO I	111
ANEXO II	112

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objeto de estudo principal a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), operação de construção da paz enviada pela ONU ao Haiti em 2004 com a finalidade de resolver circunstância de conflito violento passado pelo país naquele período. Além dessa abordagem ser incomum entre as pesquisas da MINUSTAH, o motivo que me leva a estudar essa operação da paz da ONU, foi a minha experiência pessoal como haitiano, testemunha ocular do fato histórico, por ter vivido a maior parte do período da atuação da MINUSTAH no país de 2004 a 2014. Em fevereiro de 2014 migrei para o Brasil, ao chegar aqui muitas pessoas me perguntaram, a respeito da situação de guerra no Haiti. Fiquei sem entender, porque na minha visão, o país não estava em guerra.

Em 2015, quando ingressei no curso de graduação em Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), fui convidado pelos professores Karen dos Santos Honório e Ramon Blanco de Freitas, para fazer parte de grupo de pesquisa Núcleo de Estudos para a Paz, um dos objetivos do grupo é estudar a MINUSTAH. A partir do meu envolvimento na pesquisa comecei a entender o porquê das perguntas, a respeito da guerra no Haiti. Era uma construção por parte da ONU, como justificativa para o envio da MINUSTAH no país.

Durante esses 10 anos nos quais vivenciei a presença dessa operação no solo nacional, alguns questionamentos foram esclarecidos, que na época não tinha uma certa de maturidade, como por exemplo a ajuda humanitária e algumas ações que estavam sendo desenvolvidas em alguns bairros mais pobres da capital do Haiti. Uma dessas ações foi na maior favela do país, Cité Soleil. Hoje por meio do meu envolvimento pessoal e pesquisas mais profundas, pude me indagar e começar a compreender, sobre esse processo de construção da paz, e o que representava para a primeira República Negra. Nosso recorte temporal, o período de 2004 a 2017.

A escolha desse período temporal, principalmente por se tratar de treze anos em que a MINUSTAH atuou no Haiti, e esses treze anos, dez deles pude acompanhar de perto, e ter uma visão da atuação da MINUSTAH, tendo a perspectiva de dentro. E por ter passado os três últimos anos fora do país, enquanto a operação da ONU ainda estava atuando no território nacional, está relacionado a minha visão aplicada com base nas teorias estudadas ao longo da graduação. Durante a minha jornada fora do país, eu aprendi muitas coisas sobre a MINUSTAH que antes eu não conseguia enxergar. Por conseguinte, as minhas experiências

dentro e fora do país explicam também a escolha desse período para fazer a crítica que propõe.

O objetivo geral é analisar a MINUSTAH, no período de 2014 a 2017, a partir da teoria decolonial. Especificamente pretende-se compreender as características e os principais conceitos utilizados pela ONU sobre a Paz; relacionar os impactos a partir da MINUSTAH com a situação de vulnerabilidade no Haiti. O princípio norteador da pesquisa: Qual a compreensão sobre o processo de construção da paz no Haiti conduzido pela MINUSTAH? A hipótese é de que o processo de construção da paz no Haiti por meio da MINUSTAH tem um caráter de hierarquização de poder pela forma da sua atuação na prática.

A Construção da Paz no Haiti foi estudada por muitos pesquisadores como, Mariana Dalalana Corbellini, no seu trabalho de dissertação intitulado Haiti: da Crise à MINUSTAH (2009), Juliana Sandi Pinheiro, na sua pesquisa de tese de doutorado denominada a Atuação Militar Brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti (2015) entre outros. Entretanto, acredita-se que eles não conseguiram mostrar o que está por trás desse processo de construção da paz, porque a abordagem que eles utilizaram é um pouco restrita. A discussão que deseja propor é essencial, porque está relacionada com as possibilidades práticas de gerar conhecimento a partir do legado decolonial, e contém uma diversidade que procura combater a instauração da estrutura política moderna de acordo com parâmetros da universalidade (RESTREPO e ROJAS, 2010, p. 165). Além disso, a pesquisa contribui para a desconstrução daquilo que o ocidente deu como verdade e de dominação imposta por este, mas principalmente em uma reconstrução, a do ser do agente subalterno, para a libertação do Haiti sobre de todos os tipos de dominação.

A escolha da abordagem Decolonial para a realização desta pesquisa se justifica pela constatação que se apresenta como relevante para natureza do objeto da pesquisa e pelo fato que abriu espaço para atores, bem como povos não ocidentais e lugares que não são normalmente considerados centrais dentro das Relações Internacionais (RIs) sejam debatidos. Além disso, visto que procura corrigir as discriminações das teorias dominantes do campo que são controlados pelo ocidente, recolocado no centro da análise da disciplina a perspectiva não eurocêntrica.

A estratégia metodológica é entendida como uma série de operações e decisões metodológicas necessárias de acordo com questões objetivas e problemas de pesquisa (BARRAGAN, 2001, p. 87). Por conseguinte, para identificar os aspectos da colonialidade

do poder na atuação do processo de construção da paz no Haiti, foi feita uma breve historicidade sobre os tempos colônias, ou seja, durante o período da colonização.

Contrariamente da ideologia que presidiu à escravidão e que priva os negros da sua liberdade, e conseqüentemente a continuação da condição desumana, e a insurreição de escravos em Santo Domingo em 1791, e a Independência do Haiti em 1º de janeiro de 1804, provam a capacidade dos negros de lutar pela sua liberdade, com finalidade de mostrar que eles não nasceram por acaso. A independência do Haiti em 1804 é de fato uma imaginação ocidental, como objeto de um silêncio que transforma em esquecimento através do seu enraizamento no inconsciente ocidental (TROUILLOT, 2016).

Assim, o Haiti teve um papel essencial com o rompimento da conceituação de hierarquia racial. Essa ruptura foi feita por viés político/social ao lutarem pelos Direitos da escravidão e valorização dos negros, e viés epistemológico através da negação da teoria Cartesiana, cujo antropólogo haitiano Antenor Firmin (1885)¹ rejeitou a perspectiva do pensador Arthur Gobineau (1853-1855), o que diz respeito na difusão da ideologia racista que afirmava da preeminência dos brancos sobre os negros e outros grupos humanos, “através da sua obra de que a raça humana é desigual”². Desse modo, os pensamentos como a do Gobineau têm sido essenciais para que a concepção Europeia possa institucionalizar a escravidão nos continentes ricos em recursos naturais.

Lembrando que, segundo Walter Mignolo, “a hierarquia depende de quem está em posição de poder para decidir sobre o modelo e de onde está situado em relação a este” (MIGNOLO, 2007, p. 41). É nesse contexto que, logo após a independência da nova República Negra, os Estados Unidos e os países da Europa isolaram o Haiti no cenário internacional.

Apesar do sucesso da Revolução Haitiana, o presidente dos EUA, Thomas Jefferson, e muitos líderes do ocidente se recusam a reconhecer o Haiti como uma nação soberana. Eles temem que a primeira República negra inspire revolta de escravos em seus respectivos países. Por conseguinte, em 1825, a França propôs um acordo ao Haiti: em troca do reconhecimento diplomático, para que a nova república negra pagasse ao seu ex-colonizador 150 milhões de francos-ouro dez vezes maior da receita anual total da nova nação negra, para compensar ex-colonos pelos escravos que conquistaram sua liberdade na Revolução Haitiana, o que

¹ Para um entendimento mais amplo sobre isso, vê: FIRMIN, Anténor, 1885.

²Para um entendimento mais amplo sobre isso, vê: GOBINEAU, de Arthur, 1885.

representava a sua maior força de trabalho naquela época (GJC e HJI, 2016, p. 28). Isso deixa claro, sem dúvida nenhuma, a dominação da supremacia branca dessas grandes potências sobre o Haiti.

Com medo de que a população haitiana seja escravizada novamente pela França, o governo do Haiti não tinha muitas escolhas a não ser concordar em pagar. Além disso, o Estado haitiano foi forçado a financiar a dívida por meio de empréstimos de um único banco francês, que capitalizou seu monopólio ao avaliar o Haiti com taxas de juros exorbitantes. Neste contexto, o governo do país concordou com pagar, na esperança de se livrar da marginalização econômica e política. Pelo contrário, o peso da dívida tem dificultado o desenvolvimento econômico do país e conseqüentemente seu pagamento não conseguiu tirar o país do isolamento (IBIDEM). O pagamento dessa dívida tem um grande choque no desenvolvimento econômico e gerou uma dependência econômica do país que durou até a atualidade.

Contudo, a ideologia de que há alguns seres humanos que são superiores e outros inferiores foi necessária para legitimar a dominação dos europeus sob outros povos e territórios. Para Mignolo (2007, p. 40), isso é “a colonização e a justificação para a apropriação da terra e a exploração da mão-de-obra; no processo da invenção da América, requereram a construção da ideologia do racismo”. O que passa pela introdução da noção do ser índio no pensamento europeu e a redefinição dos “negros” africanos como escravos. Isso faz com que os europeus classifiquem e categorizem a humanidade com as questões raciais geográficas e históricas. As desigualdades raciais são numerosas nas Relações Internacionais e o sistema internacional é estruturalmente racista. Para entender melhor, é importante pensar no caso particular do tratamento do Haiti nas relações internacionais sobretudo a discriminação, o perfil racial, a negação da história da escravidão negra.

Assim, o país se tornou uma ilha perdida no meio do Caribe. Isso é uma forma de negar a verdade radical que ela representava (TROUILLOT, 2016, p. 97). Desde então, o país é considerado como “Outro” (bárbaro, incivilizado, anormal) e precisa ser civilizado e normalizado, porém nunca vai ser como o “Eu” (civilizado, desenvolvido, normal e independente), por isso, as instituições e as organizações internacionais, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial e as Organizações não Governamentais, a MINUSTAH e todos outros tipos de ajuda externa servem aos países dominantes e os interesses das multinacionais.

De acordo com Michel-Rolph Trouillot (1990, p. 05-08), os discursos científico e midiático apresentam o Haiti como “desviante”. Para Trouillot, “quando ouvimos que o país é único, bizarro, antinatural, singular, estranho, grotesco, também nos dizem, em vários graus, que o Haiti é antinatural, errático e, conseqüentemente, inexplicável”. O autor chama isso de “ficção do excepcionalismo haitiano” isso quer dizer que não pode pensar/tratar o país igual aos países do ocidente visto que as formas de investigação que são normalmente utilizadas para estudar estas sociedades não são aplicáveis para o Haiti.

Nesse sentido, Trouillot destaca que “o excepcionalismo haitiano atua como um motor que serve para a integração do país no mundo, que é dominado pelo cristianismo, capitalismo e a supremacia branca”. Ademais, “cada vez mais bizarro o Haiti parece fica mais fácil de esquecer que ele simboliza o experimento neocolonial mais durável da história ocidental” (IBIDEM). Visto que é uma maneira para que essas grandes potências continuem exercer seu poder sob o Haiti e explorar as riquezas do país e a mão de obra barata da população.

Walter Mignolo (2007, p. 43) foi mais longe ao mostrar a importância do aporte sobre o imaginário racial do mundo moderno/colonial. Segundo o autor, não é obrigatoriamente de que “tu és negro ou índio, destarte, tu és inferior”, mas sim ao afirmar “não és como eu, por isso és inferior”. Franck Seguy (2014, p. 89), por sua vez enxergar isso como a representação “peça-chave na essencialização, naturalização e apropriação do Outro, em outras palavras, sua inferiorização e coisificação, considerando todo seu direito à autodeterminação, sendo assim a soberania”. Desta forma, eles têm que levar a democracia bem como a boa governança para o Haiti, pois é um dos elementos da atuação das intervenções da “internacional comunitária³”, não só a liberalização da economia e do apoio na questão de sistema de segurança bem como direitos humano (IBIDEM). Nesta perspectiva, a paz como colonialidade do poder, mencionada e o título desta pesquisa referem-se ao modelo de poder que tomou forma nos tempos coloniais e estão sendo reproduzidos no Haiti por este processo de construção de paz conduzido pela ONU.

³ A conceituação Internacional Comunitária é uma criação inovadora de Jean Anil Louis-Juste, assassinado por causa da sua militância política poucas horas antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. O professor Louis-Juste formalizou este conceito na sua tese de doutorado, apresentada no programa de pós-graduação em Serviço social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2007, com o título: internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade, crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti. O conceito foi criado justamente num estudo a respeito da formação social haitiana para designar as instituições tanto nacionais quanto internacionais e seu complexo ideológico-político chamado de Comunidade Internacional, mas cujo papel é derrotar toda luta que procuraria se embasar na internacional Comunista" (SEGUY, 2014, p. 26).

Para a realização da pesquisa, foi analisado o processo de construção da paz no Haiti mediante da metodologia de *process tracing*, (ou processo de rastreamento). O processo de rastreamento foi fundamental para a realização do trabalho, pois permitiu fazer a revisão sistemática das evidências selecionadas e analisadas à luz da pergunta bem como da hipótese inicial da pesquisa. O *process tracing* pode contribuir decisivamente tanto para descrever fenômenos políticos e sociais quanto para avaliar reivindicações causais (COLLIER, 2011, p. 823) e ajudou a identificar os mecanismos causadores do fenômeno que estamos tentando explicar.

Como procedimentos metodológicos, nos parágrafos seguintes, desenvolveram-se os diferentes métodos e técnicas que foram utilizados para conduzir a pesquisa. O que é fundamental para saber com antecedência não só onde procurar mecanismos causais, como também para saber quais devem ser testados empiricamente (TRAMPUSCH e PALIER, 2016, p. 6).

Para dar um leque maior a este trabalho, foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: um estudo de caso teorizado pela teoria decolonial e empiricamente fundamentado em pesquisa bibliográfica na qual foi realizada a revisão de literatura publicada por vieses escritos e eletrônicos como reportagens e notícias de cruzamento de fontes e que foram publicadas pela imprensa e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, porque, isso permitir identificar e apropriar as contribuições científicas que já foram feitas sobre o objeto da pesquisa bem como familiarizar com elas, além do enriquecimento do conhecimento do pesquisador sobre o assunto.

Foi usada também a pesquisa documental de fonte primária documentos oficiais do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), como, por exemplo, todas as resoluções desde a primeira resolução que foi feita para mandar a MINUSTAH no Haiti até a última Resolução; os investimentos do Fundo Monetário Internacional (FMI), assim também do Banco Mundial (BM), durante os 13 anos da MINUSTAH, e documentos do Governo Haitiano (GH) relacionados aos acordos feitos durante esse período. Isso servirá como base para a crítica que se pretende fazer sobre o objeto de estudo como também vai aumentar o entendimento do pesquisador sobre o conteúdo.

Também se optou por fazer entrevista semiestruturada, que é entendida como “uma lista de tópicos detalhados, que permite cobrir uma série de temas e aspectos que se repetem a cada entrevista, independentemente de que haja também abertura e mais liberdade para improvisar, perguntar novamente, solicitar elaboração, incluir experiências pessoais para

ilustrar o caso” e entre outros (BARRAGAN, 2001, p.143). Por conseguinte, foi entrevistado estudantes e professor haitianos, além de representante de movimento estudantil para entender como essas pessoas enxergam esse processo de construção da paz no Haiti. Visto que, é importante para elucidação do trabalho, além de obter subsídio para ter a voz local que tem sido ocultado em grande debate.

De modo, a avançar a sua análise, a dissertação está estruturada da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta as abordagens teóricas empregadas na pesquisa. Por um lado, é destacado o pós-colonialismo e a entrada da teoria decolonial no campo de Relações Internacionais e mostra como tal abordagem é recente e relativamente marginal. Além disso, é mostrado como o pós-colonial e desconstruída; permanece atenta à evidência e aos reflexos etnocêntricos. Por outro lado, é enfatizada a hierarquia de dominação da supremacia branca da colonialidade que serve como ferramenta organizacional da política mundial e que a ideia de raça é um dos elementos que faz com que a operacionalização da colonialidade seja possível.

O segundo capítulo da pesquisa aborda, uma contextualização e um debate aprofundado sobre as operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). E a forma como a ONU atua na prática com finalidade de acelerar e de manter o processo de recuperação de uma região recém liberta de um conflito. Enfatiza-se ainda, a evolução das operações de paz da ONU na política mundial, desde a Guerra Fria até as operações multidimensionais, destacando os tipos e as características de cada geração de operações de paz.

E por fim, no terceiro capítulo da pesquisa, é discutida a multiplicidade de relações de poder articuladas na matriz moderno/colonial na atuação da MINUSTAH mediante as esferas da matriz colonial de poder do ponto de vista econômica, política, social e epistemológica. Além disso, é evidenciada a resistência da população haitiana com a presença da MINUSTAH no país de diversas formas, como, por exemplo, através de mobilizações populares, diretas ou indiretas, em eventos científicos nacionais e internacionais.

CAPÍTULO 1: A PERSPECTIVA DECOLONIAL COMO VOZ DOS MARGINALIZADOS

Este capítulo trata-se da abordagem decolonial que tem origem na rede latino-americana de pensamento crítico “Modernidade / Colonialidade” surgida nos anos 1990, e uma das principais características da teoria decolonial. É a crítica que se faz à modernidade enquanto projeto normalizador/civilizatório exclusivo de todas as populações e territórios. De acordo com Pereira e Blanco, (2021, p. 174), o pensamento decolonial é outra teorização, com componentes próximos do pós-colonialismo, porém não sendo igual, levando a uma interrogação das relações internacionais a partir de outra localidade (América Latina), para questionar a legitimidade das soberanias euro-americanas na região, bem como superar as hierarquias coloniais capitalistas, racistas do colonialismo euro-americano. E colaborar para interrogar a política internacional, do modo de teorizá-la e conseqüentemente da área de Ris (PEREIRA; BLANCO, 2021, p. 184).

Desse modo, pode-se dizer que, a partir do século XXI, a disseminação da abordagem decolonial nas Ciências Sociais e principalmente o esforço dos acadêmicos das RIs mediante de publicações de trabalhos como monografias, artigos, dissertações, teses e entre outros colocam a abordagem decolonial no meio do campo de RIs. O que é fundamental para a disciplina, visto que abrem caminhos para a discussão acerca de assuntos esquecidos ou ignorados, e muitas vezes não estão no meio disciplinar preponderante a ser debatidos. Por isso, pode-se dizer que a abordagem decolonial é influenciada pelo pensamento pós-colonial, que se introduz na disciplina, e que as diferenciações essenciais que foram postas à disposição na teoria decolonial estão relacionadas com diligência da concentração para a experiência colonial latino-americana. Nesse contexto, as contribuições da abordagem decolonial para as RIs são essenciais por ser uma abordagem fundamentalmente transdisciplinar, evidenciar inúmeras relações hierárquicas de poder frequentemente naturalizadas e imperceptíveis pelas ideias *mainstream* da disciplina e incluir em suas análises o aspecto epistemológico e cultural, além de político-econômica.

A escolha da abordagem Decolonial para a realização desta pesquisa se justifica pela constatação que se apresenta como relevante para natureza do objeto de estudo e pelo fato que a mesma abre espaço para que não atores, bem como povos não ocidentais e lugares que não são normalmente considerados centrais dentro da disciplina sejam debatidos. Por conseguinte, a abordagem Decolonial tem como principal objetivo desconstruir todas as

formas de Colonialidade do poder, do saber e do ser, que persistem no campo de RIs e na política internacional, com finalidade de integrar os marginalizados. Ou seja, a teoria decolonial, de modo similar ao pós-colonialismo na disciplina, procura abrir caminho para outro ponto de vista não ocidental ser debatido nas RIs.

Deste modo, o presente capítulo se organiza em três seções. Na primeira seção será evidenciada a perspectiva analítica do pós-colonialismo e principais pressupostos, lembrando que o pós-colonialismo se refere a uma abordagem teórica e cultural, que realiza sua análise nos efeitos passados e presentes da dominação cultural e psíquica exercida sobre sociedades e populações anteriormente colonizadas. Assim também, durante as décadas de 1970 e 1980, um conjunto de aportes teóricos apareceram nos estudos literários e culturais para a denúncia da herança colonial. Nesse sentido, o pós-colonialismo abre caminho para olhar o mundo de outra forma, desde uma diversidade de pensamento, incluindo atores à beira do sistema internacional que são tradicionalmente invisíveis.

A segunda seção, por sua vez, trata dos debates sobre Colonialidade: reconfiguração das relações de poder colonial na política internacional e nas Relações Internacionais, em que é destacada a continuidade histórica entre a era colonial e seus legados que estão ainda hoje presentes. Desta forma, o grupo Modernidade/Colonialidade prefere usar o termo “colonialidade” em vez de “colonialismo” acima de tudo para enfatizar que “as relações de poder colonial não se limitavam à dominação econômica, política e/ou jurídico-administrativa do centro na periferia” (HURTADO LOPEZ, 2017, P. 43). Mas que elas também têm uma dimensão epistêmica e cultural importante. Assim, pode-se notar um dos elementos que caracteriza a posição decolonial é o fato de que, se o colonialismo clássico é julgado morto e sepultado, a colonialidade continua seu trabalho para além da descolonização. Em outras palavras, o termo colonialismo existiu antes da colonialidade, porém, sobreviveu ao colonialismo e está presente atualmente em diferentes formas.

Ao se falar de Ris, são visíveis as relações entre diferentes pessoas e sociedades, e mesmo que estejam no meio da disciplina, pode-se dizer é como fosse imaginário seja qual for análise relacionada com a conceituação de raça, pois, as relações raciais são uma relação de poder hierárquica e a parte inferiorizada dessa relação é conhecida como sujeito desqualificado, que é uma forma para a parte superior maximizar seu poder, ou seja, as diferenças derivadas dessas classificações têm em comum, entre antes e depois da colonização, uma orientação que visa a naturalizar a dominação do homem branco sobre

todos os outros seres. E considerando esse conceito fundamental no que diz respeito às relações entre diferentes pessoas no mundo.

Assim, o capítulo finaliza com a problematização das relações internacionais sob o prisma de raça, nesta seção destaca-se como a ideia de raça tornou-se uma ferramenta poderosa de classificação e hierarquização através da qual as desigualdades e hierarquias nas sociedades adquiriram uma aparência natural. Esta hierarquização também implicou uma superioridade necessária do conhecimento produzido no Ocidente sobre qualquer outra forma de conhecimento.

Em suma, entende-se que a modernidade se refere a um sistema global de articulação das relações sociais de acordo com os interesses coloniais. E funciona por meio da criação de diferenças hierárquicas, a partir de um sistema de norma em que o homem branco é uma referência real a partir da qual as diferenças são geradas, margens e fora. O núcleo desse sistema é a classificação da população mundial de acordo com os critérios incorporados de raça.

1.1 PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DO PÓS-COLONIALISMO E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS

Para melhor compreensão sobre o pós-colonialismo, faz-se necessário delinear o que é o colonialismo e o neocolonialismo. Segundo Pereira e Blanco (2021, p. 161), o pós-colonialismo está perto desses dois processos históricos. Entretanto, “o póscolonialismo problematiza a realidade internacional tendo precisamente as relações coloniais enquanto a espinha dorsal de sua reflexão acerca da mesma”, porém os processos não são sinônimos (PEREIRA; BLANCO, 2021, p. 161).

Em relação ao colonialismo, existem inúmeras de definições. De acordo com Ramon Blanco e Ana Carolina Delgado (2019, p. 601), o colonialismo refere-se a um fenômeno crucial que diz respeito ao exercício do poder no mundo colonial. De acordo com Maldonado-Torres (2007, p. 243), o colonialismo pode ser entendido como “uma relação política e econômica no qual a soberania de uma nação ou povo é baseada no poder de outra nação, abrindo caminho para que essa nação possa exercer seu poder hegemônico sobre essa área estendido da sua influência”. Nesse tipo de envolvimento, é passível de ser visto “a entidade geográfica” que eles estabelecem (BUSH, 2006, p. 2). Assim, o colonialismo vai além da questão de pilhagem econômica e de predominância política, o que pode ser compreendido,

também, como uma dicotomia entre colonizadores e colonizados dentro de uma perspectiva naturalizante de posicionamento de vida social. Tais formulações são baseadas na reprodução de alteridade e identidade. Ainda assim, durante o período da colonização, essas diferenças e identidades, são levadas a funcionar como se fossem absolutas, fundamentais e naturais.

Segundo Franz Fanon (1965, p. 48), não pode se basear somente nos instrumentos militares e administrativos que dão existência ao comando físico de alguns povos e localidades para compreender o colonialismo. Em termos políticos, Abernethy (2000, p. 19) define o colonialismo como uma “relação de dominação e subordinação entre uma entidade política denominada (metrópole) entre um ou mais territórios (chamados colônias) que se encontram fora dos limites da metrópole, porém são reivindicados como seus bens legais” (ABERNETHY, 2000, p. 19). Em conformidade com Blanco e Delgado, o colonialismo é uma espécie de relação de poder que não teria unicamente um aspecto material.

Nesse sentido, o colonialismo perdura na conquista territorial alheia. O que pode ser compreendido como uma relação formada em volta do controle político e econômico da metrópole colonial. Em concordância com Moraes (2008, p. 65), “a colonização implica a conquista e esta tem como objetivo de submeter às populações encontradas, na apropriação de lugares, e à subjugação dos poderes defrontados”. Essa lógica estabelecida pelo colonizador está enraizada nas próprias referências culturais dos povos marginalizados. Assim, Albert Memmi (1991) e Ashis Nandy (1983), abordam a maneira pela qual as identidades são reproduzidas, a divisão de inferioridade e superioridade da essência da lógica colonial confirma a veracidade do caráter subjetivo do colonialismo (ABERNETHY, 2000, p. 19). Nesse ângulo, nota-se que com o tempo, esse controle seria desnecessário, o que traz o neocolonialismo. Pois, de modo paradoxal, “o estado por assim dizer independente, possui todos os atributos externos de soberania internacional”. De fato “o sistema econômico e sua política é dirigida de fora” (NKRUMAH 1965, p. ix). Por isso, ao abrigo do neocolonialismo, os interesses internacionais preponderantes são instrumentalizados “por meios informais, se possível, ou por anexações formais quando necessário” (GALLAGHER E ROBINSON, 1953, p. 3).

O neocolonialismo está relacionado com a preservação de uma dependência econômica entre antigas metrópoles e suas ex-colônias. Sua finalidade embasa a ideia de que o fim do período colonial não terminou com o sistema de dominação e de exploração dos antigos territórios. Pois, os colonizadores buscaram outras formas de manter sua presença nesses países que foram colonizados por ele, nomeadamente no que se refere ao acesso às

matérias-primas. Nesse sentido, os “colonizadores elaboraram novas formas de dominação que sublinham o caráter teórico da independência política e que fazem com que os descolonizados pareçam não ter verdadeira independência política sem independência econômica” (ARDANT, 2018, p. 838). Ou seja, sem a independência econômica não existe a soberania e a autodeterminação dos países colonizados, o que pode ter a ver também com os efeitos nocivos da herança colonial. Cabe aqui o argumento do líder político africano Kwame N’Krumah (1967, p. 281): “é a soma dessas tentativas modernas para perpetuar o colonialismo, ao mesmo tempo em que falam em liberdade, que veio a ser conhecida como neocolonialismo”.

Tendo tudo isso em conta, fica claro que o colonialismo e o neocolonialismo não são as mesmas coisas do pós-colonialismo. Seguindo a colocação de Pereira e Blanco (2021, p. 161) o pós-colonialismo procura problematizar “a realidade tendo os elementos mencionados, e as consequências dos mesmos em diferentes esferas, enquanto a espinha dorsal de sua análise” (IBIDEM). Partindo da linha analítica do Hall (2003, p. 56) o prefixo pós:

Não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. A transição da colonização para a era pós-colonial não implica que os problemas do colonialismo tenham sido resolvidos ou alcançados durante um período sem conflitos. Pelo contrário, “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração histórica ou situação de poder para outra. No passado, elas foram articuladas como relações de poder desiguais e exploração entre sociedades colonizadoras e sociedades colonizadas. Hoje, essas relações são deslocadas e reconstituídas como lutas entre forças sociais, dentro da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema mundial como um todo (HALL, 2003, p. 56).

Para Gregory (2004, p. 7), tal abordagem está relacionada com o passado colonial que ainda hoje está presente nessas mesmas colônias, por outras palavras, “o presente colonial”. Ou seja, as práticas dos legados coloniais no tempo de hoje. A perspectiva pós-colonial, portanto, essencial baseia-se em experiências corporizadas, impregnadas de histórias coloniais como base para o envolvimento epistemológico, incluindo as vozes dos oprimidos, marginalizados e dominados para conseguir o domínio das terras e de suas riquezas naturais (EPSTEIN, 2014, p. 300). Segundo Isabela Basaglia (2012, p. 74), a abordagem “pós-colonial é, portanto, significativa para nosso pensamento sobre política global e interações, pois desafia os fundamentos epistemológicos das relações, ao mesmo tempo em que nos dá uma estrutura com a qual examinar os desenvolvimentos futuros em um era pós-colonial”.

Nesse sentido, é de relevante mencionar a colocação da Luciana Ballestrin (2013, p. 90), que definiu o Pós-colonialismo em duas maneiras, em primeiro lugar refere-se ao tempo histórico dos processos de descolonização do denominado “Terceiro Mundo”, que se iniciou na segunda metade do século XX. Isso está ligado ao processo da independência, liberdade e emancipação das sociedades exploradas pelo colonialismo, principalmente na África e na Ásia. O segundo está relacionado com um conjunto de contribuições teóricas que surgiram essencialmente com base nos estudos literários e culturais a partir dos anos 1980.

No campo das RIs, o pós-colonialismo entrou na constelação das teorias críticas, principalmente na década de 1990 no quadro da virada pós-positivista. Seu aparecimento está completamente ligado ao reconhecimento como perspectiva teórica na disciplina, o Ocidente hegemônico procurou formas dissimuladas para catequizar os olhares e os discursos dos povos colonizados por meio de um processo histórico de conquistas, de imperialismos, de cruzadas e de explorações dos antigos territórios. Este é o foco dos estudos pós-coloniais: uma alternativa teórica e praxeológica à hegemonia ocidental e ao universalismo unilateral (CASTRO, 2012, p. 391).

A abordagem pós-colonial pode ser compreendida como um “projeto disciplinar dedicado à tarefa acadêmica de revisitar, relembrar e, fundamentalmente, de questionar o passado colonial” (GANDHI, 1998, p. 4). E através dos seus escritos encontraram reflexões sobre a “continuidade das estruturas e relações de poder profundamente desiguais entre as diferentes regiões do mundo e seus respectivos povos” (JATOBÁ, 2013, p. 118). Para Darby e Paolini (1994, p. 375-76) o que “motivou o pós-colonialismo até agora, portanto, o que constitui o núcleo do discurso, é a ênfase nas relações de dominação e resistência e o efeito que elas tiveram sobre a identidade, dentro, através e além do encontro colonial”. Sobretudo, o conjunto de práticas contínuas que prescrevem relações entre o Ocidente e o Terceiro Mundo além da independência das antigas colônias.

Desta maneira, o saber e as representações do discurso são vistos como uma forma de poder e é neste contexto que a abordagem pós-colonial tenta traçar representações orientalistas nas RIs com propósito de desconstruir, resistir e finalmente rejeitá-las, e qualquer relação colonial ou imperialista, a fim de excluir a identidade, a língua e a cultura pré-colonial. Dessa forma, Darby e Paoliny destacam que o pós-colonialismo no que está relacionado com as relações de colonizador/colonizado ou entre países ocidentais e o Terceiro Mundo não é mais representado apenas por uma oposição binária, mas por uma

dinâmica híbrida, que é um sistema convencionalmente composto de processos contínuos interagindo com processos discretos. (DARBY: PAOLINI, 1994, p. 378).

Nesse ponto de vista, é bom lembrar que, a partir do século XVII, o “Ocidente” determina um modelo de produção de saber com finalidade de atender as prerrogativas do capitalismo mundial; à vista disso, a norma estima a objetivação de conhecimento, relativamente ao conhecedor, para controlar as relações existentes entre a natureza e os indivíduos, o que é essencial à propriedade dos recursos de produção (QUIJANO, 2000, p. 343). Ao falar da produção de conhecimento torna-se evidente a colocação de Quijano (2005, p. 236), sobre o eurocentrismo. O que, segundo o autor, pode ser entendido como “uma perspectiva de conhecimento no qual a elaboração sistemática começou na Europa Ocidental precedentemente do permeado do século XVII”. Assim, Ballestrin (2013, p. 103), por sua vez, enxerga o eurocentrismo como uma peça-chave que serve para a reprodução da mesma lógica de relação colonial que perdura entre os saberes. A cultura europeia utilizou várias estratégias intelectuais para pensar o que acreditava ser a superioridade da Europa, e a ocidentalização do mundo, ou seja, a hegemonia da Europa sobre outras civilizações.

À vista disso, cabe aqui o raciocínio de McEwan (2008, p. 124-125) acerca dos principais pontos tratados pelo pós-colonialismo. Em primeiro lugar, a discussão da essência da representação hegemônica e o modelo de saber em várias disciplinas que se afirmam a universalidade para a experimentação europeia. O que é inconscientemente etnocêntrico, e refere-se à cultura europeia, em detrimento das visões e dos valores de outras culturas, que é o segundo ponto e por fim, os discursos eurocêntricos tornam-se reais se seguirmos a teoria de que a enunciação ajuda a construir o mundo. E o termo “Terceiro Mundo”, por exemplo, auxilia a construir uma identidade homogênea a todos os seus habitantes, contribuindo no processo de um “Nós” e de um “Eles”. Ou seja, a criação de um “Nós” e de um “Eles” obviamente diferentes, porém auxiliam na atribuição de uma identidade de igual natureza.

A abordagem do pós-colonialismo nas Relações Internacionais partilha a crítica da modernidade e o entendimento sobre o termo colonial incluindo diversas formas de opressão como a inferiorização e a desumanização do outro. Em concordância com Costa, (2006, p. 83-84) esse processo compartilha entre suas diferentes abordagens “o método de desconstrução do essencialismo e a proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes da modernidade” (IBIDEM). Por conseguinte, pode-se dizer que o pós-colonialismo tem como propósito destacar as perspectivas que são esquecidas pelas abordagens dominantes que estão reproduzindo o legado colonial na disciplina das RIs.

Tendo isso em mente, faz-se necessário salientar as principais características da abordagem pós-colonial. De acordo com David Slater (2004, p. 20), o que: (1) evidencia uma periodização histórica distinta, e questiona o discurso ocidental “civilizatório” (progresso, modernização, desenvolvimento e democracia), em outras palavras, problematizando a veracidade do saber eurocêntrico e se opõe firmemente à ideia de que tal conhecimento é o padrão mundial, e, portanto, particular o que não necessariamente válido para os países não ocidentais. (2) “pode ser empregado para destacar o papel mutuamente constitutivo desempenhado pelos colonizadores e colonizados, ou globalizadores e globalizados”; (3) problematizar localização e impacto diferencial da construção do conhecimento. Uma perspectiva pós-colonial não considera somente os sossegos sobre os “temáticos presentes nos influentes discursos ocidentais, mas também desafia a tendência generalizada de ignorar as contribuições de intelectuais africanos, asiáticos e latino-americanos e suas contra-representações das relações ocidentais/não ocidentais” (SLATER, 2004, p. 20). Isso faz com que essa abordagem dê prioridade analítica aos atores que são subordinados, marginais ou de modo convencional invisíveis às teorias dominantes. Por conseguinte, Tickner (2003, p. 297) menciona que o pós-colonialismo propõe uma mudança de abordagem “ver” a disciplina de uma forma diferente, e isso se embasa em uma pluralidade de questionamento, vozes e regiões ainda considerados não centrais pelas literaturas mais convencionais; (4) procura dar uma atenção fundamental para a centralidade da periferia em suas análises; e, finalmente (5) assume um posicionamento ético-político contra a dominação colonial em reafirmar a saliência da autonomia e da resistência popular às penetrações ocidentais. (SLATER, 2004, p. 20).

O pós-colonialismo está engajado em um processo de desconstrução dos discursos de autoridade que visa ao surgimento de um mundo mais justo para as diferentes culturas que o compõem. Assim, o “pós-colonial” parece mais apropriado para denotar um período histórico particular e as “formas díspares de representações, práticas de leitura e valores que podem circular através da barreira entre o domínio colonial e a independência nacional” (BUSH, 2006, p. 51).

Em suma, entende-se que as relações coloniais não terminaram com o fim da colonização, porém, continuaram em várias outras formas de dominação que foram criadas por meio de culturas coloniais mediante a emenda da produção de conhecimento e da cultura dos países que foram colonizados. O que vai permanecer pelo chamado colonialidade, que será tratada na próxima seção com mais detalhes para maior clareza.

1.2 COLONIALIDADE: RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER COLONIAL NA POLÍTICA INTERNACIONAL E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Enquanto a abordagem pós-colonial fundamenta-se, sobretudo, nas experiências dos povos subalternizados das ex-colônias britânicas, o pensamento decolonial busca pensar a partir de outro local epistêmico – a América Latina (AL). Tendo isso em conta, faz-se necessário problematizar a realidade internacional a partir da colonialidade, que tem sua raiz no pensamento crítico “Modernidade/Colonialidade”, que surgiu no final do ano 1990, idealizado por pesquisadores Latino-Americanos de diversos campos de atuação e de diferentes Universidades das Américas com finalidade de melhorar crítica as ciências sociais no continente durante o século XXI. Sendo assim, o argumento da radicalização da questão pós-colonial na região no que diz respeito da epistemologia, da teoria e do procedimento político, é decorrente da abordagem do “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013, p. 89) que visa libertar a AL do domínio da colonialidade imposta pelos colonizadores por meio da fachada modernidade.

Considerando isso, Adelia Miglievich Ribeiro (2014, p.72) enfatiza que Walter Mignolo e Aníbal Quijano assumiram o desafio epistemológico, o chamado o giro decolonial segundo o qual “exige a vivência e o testemunho dos desmandos da colonialidade e da experiência nodal da subalternidade para tornar mais radical à crítica realizada à modernidade eurocêntrica-setentrional” (IBIDEM). Mais adiante, em diálogo com o Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia, alguns pensadores latino-americanos acharam pontos de contato que abriram caminho para o fundamento, no continente o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, que não demorariam muito para que, ainda está em sintonia com os investigadores indianos, se propusessem a marcar sua diferença e originalidade (IBIDEM).

O projeto do grupo M/C nasceu e é alimentado em grande parte por uma crítica ao universalismo moderno, ou seja, um universalismo “de facto, concreto e plural” capaz de se opor ao universalismo eurocêntrico (HURTADO LOPEZ, 2017, P. 41). E sua principal força motriz está baseada sobre a realidade cultural e política da AL, (ESCOBAR, 2003, p. 53). Nesse ponto, é bom frisar que na área de ciências sociais a conceituação da modernidade é entendida como uma condição de existência social radicalmente diferente de todas as formas de experiência humana passada e que são categorizadas como “tradicionais” e/ou “primitivas”. Mesmo que as RIs têm contribuições derivadas de outras disciplinas como

sociologia e antropologia, mas quando se trata de debates sobre a modernidade, estas abordagens têm raízes históricas que remontam ao pensamento europeu do século XVII, que proporcionaram em grande parte a estrutura dentro da qual a teoria da disciplina se desenvolveu (SHILLIAM, 2011, p. 12).

Com base na argumentação de Maldonado-Torres (2007, p. 244), a colonização da América em um contexto global tornou-se um modelo de poder ou a própria base do que viria a se tornar a identidade moderna, enquadrado pelo capitalismo mundial e um sistema de dominação estruturado em torno da ideia de raça. Este modelo de poder está no meio da experiência moderna. Ademais, “a modernidade, geralmente considerada como um produto do Renascimento europeu ou do Iluminismo, tem um lado mais obscuro, que é constitutivo dela. A modernidade como discurso e como prática não seria possível sem a colonialidade”, e por isso que a colonialidade está permanecendo a ser um resultado essencial nos discursos modernos da política internacional e principalmente no campo de RIs (IBIDEM). Desse modo, a modernidade pode ser entendida como um mecanismo que oculta a colonialidade e se desenvolve da seguinte forma:

1) a civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. 3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia a que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”). 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial). 5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica etc.). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etc.⁴ (DUSSEL, 2000, p. 29).

⁴ Tradução livre do autor. No original: “1) la civilización moderna se autocomprende como más desarrollada, superior (lo que significará sostener sin conciencia una posición ideológicamente eurocéntrica). 2) La superioridad obliga a desarrollar a los más primitivos, rudos, bárbaros, como exigencia moral. 3) El camino de dicho proceso educativo de desarrollo debe ser el seguido por Europa (es, de hecho, un desarrollo unilineal y a la europea, lo que determina, nuevamente sin conciencia alguna, la “falacia desarrollista”). 4) Como el bárbaro se opone al proceso civilizador, la praxis moderna debe ejercer en último caso la violencia si fuera necesario, para destruir los obstáculos de la tal modernización (la guerra justa colonial). 5) Esta dominación produce víctimas (de muy variadas maneras), violencia que es interpretada como un acto inevitable, y con el sentido cuasi-ritual de sacrificio; el héroe civilizador inviste a sus mismas víctimas del carácter de ser holocaustos de

Conforme delineado na seção anterior, fica claro que o colonialismo não é a mesma coisa que a colonialidade. Isso faz lembrar os argumentos de Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010, p. 156) que destacam que não se podem confundir esses dois conceitos, pois são duas coisas diferentes. O primeiro é uma forma de dominação político-administrativa a que correspondem uma totalidade de instituições, metrópoles/colônias com os coloniais que se refere a um padrão de poder global mais abrangente e profundo. O segundo, uma vez concluir o processo de colonialismo a colonialidade permanece em vigor como um esquema de pensamento e um quadro de ação que legitima as diferenças entre sociedades, sujeitos e conhecimento (IBIDEM).

Nesse sentido, é essencial mencionar que a “colonialidade” é um termo que foi desenvolvido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final do período de 1980 e no início da década de 1990. Mais tarde elaborado pelo semiólogo argentino Walter Mignolo “em Histórias locais/ projetos globais e em outras publicações posteriores. Desde então, a colonialidade foi concebida e explorada pelo o autor como o lado mais escuro da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Ramon Grosfoguel (2004, p. 320), por sua vez, enxerga a colonialidade como um sistema de processamento de relações de poder do tipo colonial, entre os detentores do poder e os dominados. É dentro destas relações que muitas ações de recriminação sociais têm ocorrido e se reproduzido no decorrer dos tempos. E é neste espírito que sublinha a proposta do Castro-Gómez Santiago e Restrepo Eduardo (2008, p. 24) de que a colonialidade é um fenômeno complexo, de longo prazo, que se refere a um padrão de poder cujo *modus operandi* leva à naturalização das hierarquias territoriais, raciais, culturais, libidinais, sexuais e epistêmicos; um fato que faz com que a reprodução de relações de dominação se torna possível. Assim, é bom lembrar os dois elementos chaves da modernidade destacado por Enrique Dussel (2000, p. 27):

A primeira é Eurocentrica, provincial, regional. A modernidade é uma emancipação, uma “saída” da imaturidade através de um esforço da razão como processo crítico, que abre a humanidade a um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo seria realizado na Europa, essencialmente no século XVIII. Uma sequência espaço-temporal é seguida: a Renascença italiana, a Reforma e

un sacrificio salvador (el indio colonizado, el esclavo africano, la mujer, la destrucción ecológica de la tierra, etcétera). 6) Para el moderno, el bárbaro tiene una “culpa” (el oponerse al proceso civilizador) que permite a la “Modernidad” presentarse no sólo como inocente sino como “emancipadora” de esa “culpa” de sus propias víctimas. 7) Por último, y por el carácter “civilizatório” de la “Modernidad”, se interpretan como inevitables los sufrimientos o sacrificios (los costos) de la “modernización” de los otros pueblos “atrasados” (inmaduros), de las otras razas esclavizables, del otro sexo por débil etc. (DUSSEL, 2000, p. 29).

Iluminação alemã e a Revolução francesa são quase sempre aceitas. Chamamos esta perspectiva de “eurocêntrica” porque indica como ponto de partida da modernidade, fenômenos “intra-europeus”, e só mais tarde o desenvolvimento precisa da Europa para explicar o processo. Propomos uma segunda visão da “modernidade” em sentido global, e consistiria em definir como uma determinação fundamental do mundo moderno, o fato de ser (seus estados, exércitos, economia, filosofia etc.) “centro” da história do mundo. Em outras palavras, nunca houve empiricamente nenhuma história mundial até 1492 (como a data de início da implantação do Sistema Mundo)⁵.

Tal colocação nos permite compreender as nuances que existem sobre este conceito. Em concordância com Arturo Escobar (2003, p. 59-61), a formação da modernidade é fundamentada na colonização, sendo assim não existe sem a colonialidade, sendo que a última é constitutiva da primeira. E se caracteriza como matriz da experiência social, material e subjetiva, tem sido a expressão da experiência global das novas potências mundial. Portanto sua racionalidade tem sido o produto da elaboração europeia, em outras palavras a expressão da perspectiva eurocêntrica de todo o mundo colonial/moderno do capitalismo e patriarcal.

Assim, a colonialidade foi ampliada para outras esferas além do poder, e segundo Mignolo (2010, p.12); a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”, que formam uma estrutura de poder simbólica e prática composta por esferas como: (1) controle da economia; (2) controle da autoridade está ligado com o Estado; (3) controle do meio ambiente e dos recursos naturais; (4) controle do gênero e da sexualidade; (5) controle da subjetividade e do conhecimento que está relacionado com o eurocentrismo e a maneira como se produzir o saber. Por esse motivo, “esta matriz de poder colonial engloba múltiplas dimensões da própria vida e todas as dimensões da própria existência” (BLANCO, DELGADO, 2019, P. 602). Em conformidade com Anibal Quijano (2002, p. 4) ao refletir sobre o padrão do poder no contexto mundial, existe junção dos seguintes componentes:

⁵ Tradução livre do autor. No original: el primero es eurocéntrico, provincial, regional. La modernidad es una emancipación, una “salida” de la inmadurez a través del esfuerzo de la razón como proceso crítico, que abre a la humanidad a un nuevo desarrollo del ser humano. Este proceso se llevaría a cabo en Europa, esencialmente en el siglo XVIII. Se sigue una secuencia espacio-temporal: el Renacimiento italiano, la Reforma e Ilustración alemana y la Revolución Francesa son casi siempre aceptados. Llamamos a esta perspectiva "eurocéntrica" porque indica como punto de partida de la modernidad, fenómenos “intraeuropeos”, y sólo el desarrollo posterior necesita de Europa para explicar el proceso. Proponemos una segunda visión de la “modernidad” en un sentido global, y consistiría en definir como una determinación fundamental del mundo moderno, el hecho de ser (sus estados, ejércitos, economía, filosofía, etc.) “centro” de la historia del mundo. En otras palabras, nunca ha habido empíricamente ninguna historia mundial hasta 1492 (como fecha de inicio del despliegue del “Sistema-Mundo”) (DUSSEL, 2000, p. 27).

1) “Colonialidade do poder através de uma classificação social básica pautada por elementos raciais para garantir a dominação econômica e social; 2) Capitalismo enquanto padrão de exploração econômica; 3) O Estado-Nacional enquanto forma central de controle 4) e o Eurocentrismo como forma hegemônica de produção de conhecimento”.

A partir desta linha de raciocínio, observa-se que, a colonialidade se operacionaliza na “estrutura triangular”, constituída por 1- a colonialidade do ser ligada às questões de gênero, sexualidade e subjetividade, 2- a colonialidade de poder refere-se com as esferas política e econômica; 3- a colonialidade do conhecimento ligada à geopolítica da construção do conhecimento” (CASTRO-GOMES, 2007, p. 79-80; MIGNOLO, 2010, p.11).

Assim, Castro-Gomez acredita que existe um modelo epistêmico dominante da ciência, que se reproduz na universidade e no pensamento disciplinar: um modelo epistêmica moderna/colonial que deseja chamar de “*hybris del punto cero*” (CASTRO-GÓMES, 2007, p. 81). Com isso Castro Gómes quer mostrar como o interesse pelo conhecimento universal não só põe limite aos outras prováveis maneira de conhecer e agir, porém, faz também daquele que tem razão e a verdade o legítimo porta-voz de todos. Partindo da visão do autor, o que pode ser entendido como “ponto de partida de observação, aparentemente neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se como a mais perfeita (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 14)”. O que levantar questões epistemológicas sobre como explicar a ordem política formada em meio à alienação do sujeito social, que tipo de produção de conhecimento este sujeito participa quando conferir caráter impessoal desacreditado e individualizado, e que forma de produção de conhecimento é apropriada para entender esta moderna forma de subjetividade (SHILLIAM, 2011, P. 12).

O grupo M/C prefere usar o termo “colonialidade” ao invés de “colonialismo” acima de tudo para enfatizar que “as relações de poder colonial não se limitavam à dominação econômica, política e / ou jurídico-administrativa do centro na periferia” (Hurtado Lopez, 2017, p. 43), mas que também possuem uma importante dimensão epistêmica e cultural. Mais tarde o termo colonialidade é retomado por Walter Mignolo que o define como um constituinte da modernidade. Ele o utiliza para examinar uma “geopolítica do conhecimento” e para fazer um balanço do caráter descolonizado da produção intelectual (MIGNOLO, 2001, p. 61).

Partindo da colocação do Mignolo (2001), a colonialidade de saber pode ser entendida como todos os tipos de conhecimento bem como educação e sobretudo as ciências eurocentradas que marginalizar e inviabilizar outras epistemologias. Para Walter Mignolo

(1995) e Nelson Maldonado-Torres (2007), a “colonialidade do poder” e a “colonialidade do saber” (Lander, 2000) são acompanhadas por uma “colonialidade do ser” que se revela por meio de uma “negação ontológico e subalterização dos sujeitos racializados” (Hurtado Lopez, 2017, p. 44). Ou seja, de acordo com Maldonado-Torres, existe uma relação entre a colonialidade do saber e do ser, que pode ser considerado como a partir central do conhecimento na modernidade que pode produzir uma desqualificação epistêmica do outro. O que representa uma tentativa de negação ontológica, e que vai gerar certa desumanização, marginalização e inferiorização da experiência do subalterno ou do Outro. O que permite falar de uma “colonialidade global” (CASTROGOMEZ E GROSGOQUEL, 2007, p.13).

Por conseguinte, ao aproximar de certa maneira os esforços pós-coloniais de "provincialização da Europa" (Chakrabarty, 2000) isto é, o fato de devolver a Europa ao seu devido lugar ao enfatizar os limites das reivindicações ocidentais ao universalismo, a abordagem decolonial busca pensar a universalidade em uma nova perspectiva, a de um “pluriversalismo transmoderno”, que Dussel o descreve como “equalizar as diferentes racionalidades e universalidades existentes negadas pela modernidade colonial” (ALI E DAYAN-HERZBRUN, 2017, P. 9).

Trata-se de rejeitar tanto o universalismo abstrato moderno quanto o relativismo pós-moderno. Grosfoguel, por exemplo, procura rejeitar “fundamentalismos eurocêntricos e do Terceiro Mundo” (Grosfoguel, 2007, p. 71) no sentido de que esses “fundamentalismos” “reproduzem de forma semelhante as oposições binárias entre um “nós” e “outros” (Hurtado López, 2017: 49) tomando como ponto de partida do “pluriversalismo transmoderno” a posição de Aimé Césaire que declarou, em sua Carta a Maurice Thorez (1956), sua dupla rejeição do “particularismo estreito” e do “universalismo emaciado”. Nesse sentido, cabe aqui a colocação do Pereira e Blanco (2021, p. 179) no mesmo momento em que a raça é o “elemento chave para a operacionalização da colonialidade na política internacional, o pensamento decolonial também evidencia outro aspecto importante da colonialidade – a sua cristalização na política internacional” (PEREIRA; BLANCO, 2021, p. 179).

De maneira concisa, a colonialidade permanece em vigor como uma norma que está na experimentação tanto no continente do Sul global (ex-colônias) quanto dentro das potências colonizadoras, em outras palavras, o Norte global. Nesse ponto de vista, a abordagem decolonial tem como objetivo de complementar com a sua proposta e denunciar as diversas formas de violência que são consequências da modernidade, ou seja, a

deconstrução colonial na política internacional e nas RIs o que vai ser tratada de modo aprofundado na próxima seção.

1.3 PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB O PRISMA DE RAÇA

Reforçando a ideia de que a colonialidade é estruturante da política internacional, e que a ideia de raça é um dos elementos que faz com que a operacionalização da colonialidade seja possível (PEREIRA; BLANCO, 2021, p. 183). Nesse sentido, o termo de interseccionalidade refere-se ao entrelaçamento das relações de dominação, e os dilemas estratégicos de identidade que elas podem gerar sobre os países marginalizados.

De acordo com Quijano (2005, p. 117-118), antes na América, a ideia de “raça” no contexto moderno não existia. De fato a “raça”, e identidade racial foram postas como elementos de classificação social. E que as identidades sociais postas pela classificação racial estão ligadas com o lugar que estes grupos ocupam na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, “enquanto instrumento, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente, associando-se ao desperdício e à despesa sem quaisquer reservas” (MBEMBE, 2014, p. 70).

Em concordância com Charles W. Mills (1997, p. 126), a raça não é definida conforme os fatores biológicos, e sim com as características sociais e políticas. Seguindo a colocação de Wade (2011, p. 4), a raça é uma construção social, por isso não pode basear-se no contexto biológico para defini-la. De modo consequente, é o fruto de processo social e colonial em diferentes aspectos, como por exemplo, uma pessoa que tem fenótipo semelhante de outra pode definir-se a si própria de maneira racialmente não igual. Apesar de que biologicamente não existam raças, todavia, pelas características físicas do ser humano existem várias pessoas que são tratadas de forma discriminada. Assim, em todo o tempo a ideia de raça esteve sempre presente na concepção e na práxis da política ocidental, com objetivo para dominar e inferiorizar outros povos (MBEMBE, 2018, p. 18).

A “raça e o racismo foram inspiradores no desenvolvimento deste campo do campo de Relações Internacionais” (HENDERSON, 2014, p. 25). Embora as questões de raça e racismo tenham sido frequentemente marginalizadas nas RIs contemporâneas, essas problematizações foram, de fato, parte integrante do nascimento da disciplina. Partindo da ideia de que as relações raciais é uma relação de poder hierárquica e a parte inferiorizada

dessa relação é conhecida como sujeito desqualificado, que é uma forma para a parte superior maximizar seu poder. Assim, a área de RIs foi fundada, em grande parte, como uma ciência política concebida para resolver os dilemas colocados pela construção de impérios e pela administração colonial face às potências do Ocidente branco, as quais se desenvolvem e ocupam as chamadas “terras devastadas da terra”, como o Sul Global era comumente referido pelos contemporâneos (ALEXANDER, NIVI e ROBBIE, 2017, p. 2). Isso está relacionado com a relação de poder racial, isso faz com que o branco colonizador seja visto como a simbologia de superioridade inteligente e civilizado e as pessoas que foram colonizados são vistos como bárbaro e incivilizado. São categorizações que foram produzidas pelo sistema colonial para manter a dominação hegemônica.

Em concordância com Henderson (2017, p. 503) no que está relacionado a “suas análises sobre raça, imperialismo e guerra, os pesquisadores da *Howard University* não estavam apenas criticando as relações internacionais supremacistas brancas, mas estavam propondo uma teoria empírica de como a política mundial funcionava, e não apenas como os estudiosos racistas brancos a racionalizaram” (HENDERSON, 2017, p. 503). Nesse ponto de vista, a “raça” é criada com finalidade de legitimar uma inferioridade apontada como originário entre as pessoas, por isso “a raça é aquilo que permite identificar e definir que grupos de populações são, individualmente, portadores de traços diferenciais e mais ou menos aleatórios” (MBEMBE, 2014, p.71).

Para melhor entendimento, a forma particular de construção racial e a questão do racismo têm conseguido desenvolver de uma maneira mais efetiva a alienação dos discriminados, marginalizados e oprimidos. Entende-se que é essencial enxergar um pouco a formação histórica dos países do continente africano, da América Latina e do Caribe. Lembrando que, durante a colonização, a exploração do continente africano era feita através do sequestro de pessoas com intuítos de escravidão, com a modernidade, na época atual, isso se dá por meio de técnicas apropriadas ao tempo, como a implantação de empresas multinacionais para a exploração da mão de obra e por outros mecanismos que impossibilitem o crescimento econômico e tecnológico (MBEMBE, 2004, p. 84).

Desse modo, cabe aqui o argumento desafiador de Achille Mbembe (2014, p. 24-25), segundo o qual o surgimento da modernidade é também o nascimento do capitalismo, é contemporâneo e racista. Pois a modernidade está relacionada aos aspectos do desenvolvimento do capitalismo mundial que exigem a projeção de um sujeito individual ou

coletivo. Desde sempre o capitalismo é dependente de subsídios raciais para sua reprodução amplificada.

É nisso que o autor fundamenta sua afirmação de que parte da história do tráfico de escravos, do colonialismo, da apartheid e dos estereótipos com os quais os negros se identificam e com o auxílio da ciência, servem para apoiar os impérios ocidentais na construção de suas representações do mundo e demonstrando a supremacia da sua raça e cultura. Conseqüentemente, essa narrativa se expandiu a partir do século XVI até a década de 1960, principalmente no continente da África, na Europa, nas Américas e no Caribe.

Nesse ponto, a competição imperial tinha como finalidade saquear recursos. Isso faz com que os estados europeus tomam e expandam colônias na África e na Ásia, o que resultou grandes guerras entre eles. É nesse mesmo contexto que, “Du Bois argumentou sobre as “raízes das Guerras africanas”, precedentemente a publicação da obra do Lênin intitulado a “fase superior do Capitalismo” publicado em 1917”. Isso está relacionado com a estruturação imperial, que fora fundamentada e continuada pela superioridade dos povos brancos no que se refere aos povos negros no campo científico e religioso. A maior parte da Primeira Guerra Mundial foi consequência do resultado de discussões relativamente à aquisição imperial que prendeu os interesses da burguesia e do proletariado em estados europeus à procura de reforço recíproco da hegemonia racista e econômica a cercar as nações africanas e asiáticas (HENDERSON, 2017, P. 4). É nesse sentido, que Du Bois (1925) considerou a Primeira Guerra Mundial como o ponto mais elevado do racismo que, desde o começo das práticas colonialistas e imperialistas, percorre os movimentos da política internacional.

Tendo isso em conta, torna-se evidente destacar que a ação extraordinária da força produzida por Achille Mbembe (2014, p. 14) está na forma como ele examina os problemas do capitalismo e do neoliberalismo. Considerando, o esgotamento de seu modelo econômico, que transforma o homem em coisa, objeto e máquina. Tudo isso pode ser resumido como uma maneira de representação linguística, que tem como finalidade legitimar o colonialismo e o imperialismo como missões “normalizadoras ou civilizadores” partindo do compromisso do homem branco ocidental de civilizar o resto do mundo. O que vai servir como fundamento das relações internacionais que sempre têm o “centro” hegemônico considerado como o “eu” e a “periferia” marginalizada que é o “Outro” que surgiram com a modernidade (MBEMBE, 2014, p. 17).

Assim, a desigualdade dentro da política internacional é muito pertinente e está complexidade pode ser entendida a partir da conceituação de colonialidade, que gera um

sistema de classificação decorrente de um arranjo das relações de poder que favorece determinados condutos de vida fundamentada num conjunto de ideias moderno do que é igualdade e discriminação, no qual são estabelecidos critérios como raça, gênero e entre outros que vão permitir a classificação dos povos em grupos que não gozam todos de igual acesso aos direitos, aos bens e aos serviços disponíveis em um determinado lugar ou até mesmo na política internacional. De acordo com Zvobgo e Loken (2020, p. 1), a raça é um elemento estruturante da política internacional, torna possível a ideia de estabelecer fronteiras entre grupos sociais. Isto se refere à maneira como ocidente concebeu os colonizados, enquanto figura imaginada de acordo com os objetivos europeus.

Nesse ponto de vista, o colonialismo pode ser considerado como o ponto de partida daquilo que Charles W. Mills chama de “contrato racial”, que se refere a um processo de desrespeito da natureza humana e das características organizacionais da política das populações marginalizadas e a disseminação da difusão pelos homens brancos sobretudo os europeus, de padrões e disposições estatais numa determinada ordem internacional que favorece ao aperfeiçoamento dos benefícios da hegemonia branca no contexto global. A partir dessa linha de raciocínio, observa-se que no começo este procedimento empreenderia para a legalização do Estado-nação patriarcal e racista no mundo colonial, cristalizando códigos legais e morais com objetivo de favorece a classe de elites branca (MILLS, 1997, p. 13-20).

Em um contexto global é bom dizer que a hegemonia branca se consolida junto com o direito internacional exercendo um elemento chave relacionado a esta categoria de exclusão que coloca as pessoas brancas no nível mais alta dentro da sociedade. Nesse mesmo sentido, o autor frisa que o mundo moderno foi criado como uma sociedade política, o racismo, que obteve a aprovação pela predominância dos europeus (MILLS, 1997, P. 20-27), demonstra-se, dessa maneira que é uma estrutura e uma relação de poder que constitui um dispositivo de distribuição de recursos e de separação que atua sobre diversos grupos. Desse modo, Mignolo (2003, p. 53-54) destaca que a conceituação de raça e do racismo tem um papel decisivo no que diz respeito à composição do Estado-Nação moderno e a divisão internacional do trabalho dentro da economia capitalista globalizada. Assim, estabelecer uma hierarquia que organiza a experiência de dominação e exploração e promova as trajetórias desiguais de indivíduos e de grupos nos diversos âmbitos do capitalismo.

Para segmentar do período histórico da escravidão, Mbembe (2014, p. 52) fala de um momento moderno da “razão negra”. É aquela na qual a coleção de histórias de exploradores,

colonos etc. deu origem a uma “ciência colonial”, cuja marca foi feita por certas exposições mundiais. Ele fala dele como o “primeiro texto” e o define como a “consciência ocidental do negro”. Ele coincide com este período em que o negro se identifica mais ou menos com o espelho que lhe é segurado por aquele que o domina.

Tendo tudo isso em conta, é importante frisar que a raça pode ser entendida como um discurso estruturante do significado social de dessemelhanças físicas de cor entre os povos de forma global. Em outras palavras, os chamados fatores biológicos. As distinções de cor registradas na pele das pessoas não podem servir como fundamentos para categorizar e conceder qualidades que se afastam do concreto aos humanos de maneira natural. Sendo assim, a aplicação desses critérios para categorizar hierarquicamente a humanidade é o seguimento de práticas linguarudas e regimes de representação que são construídos socialmente (HALL, 2017, P. 45-50). Desse modo, são diversos fatores que envolvem essa construção como por exemplo: a questão étnica e de diferenças biológicas entre seres humanos que permita sua classificação em grupos raciais com finalidade para legitimar as relações hegemônicas entre diferentes grupos.

Ademais, raça refere-se também como um “significante deslizante”, isto quer dizer uma forma de significação no que diz respeito à diferença moldável conforme as eventualidades no sentido próprio, em geral distancia-se de maneiras de categorização exclusivamente biológicas para se manter em fatores culturais (IBIDEM). Nesse ponto de vista, é evidente frisar a colocação do Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam (2015, p. 10), na qual destacam que é muito comum que na política internacional os atores tratem o racismo como etnicidade, com finalidade de descrever a diversidade e principalmente a cultura, porém, sempre colocou a raça como algo não problemático. De acordo com:

o argumento feito por Du Bois que o problema do século XXI é igualmente o problema da linha de cores, embora em constelações sociais e geografias físicas em mutação. Embora muitos dos conceitos e preocupações de RI estejam sendo cada vez mais chamados os novos termos e vocabulário muitas vezes permanecem dentro da mesma lógicas racializadas que afirmam deslocar ou, no mínimo, dispensar⁶ (ANIEVAS et. al., 2015, P. 9-10 tradução nossa).

⁶ Tradução livre do autor. No original: with the argument made by Du Bois that the problem of the twenty-first century is equally the problem of the colour line, albeit in shifting social constellations and physical geographies. Although many of IR's concepts and concerns are increasingly being called into question, the new terms and vocabulary often remain embedded within the same racialised logics that they claim to displace or, at the very least, dispense with (ANIEVAS et. al., 2015, P. 9-10).

Essa “linha de cor” teorizada pelo William Edward Burghardt Du Bois era uma estratificação fundada em raça que formaria o mundo. A mesma determina a estrutura global de poder dos brancos organizados em forças econômicas, políticas, e sobretudo ideológicas. Assim, “ao estruturar subliminarmente a política mundial contemporânea, tanto em formas materiais como em ideológicas para elucidar as interconexões íntimas entre quadros orientalistas/raciais de análise e processos de grande estratégia, conflito interestatal e conflito” (ANIEVAS et. al., 2015, p. 3). Deste ponto de vista, o controle da igualdade ao Estado e a questão do problema da dessemelhança têm dado aos órgãos constituídos pelos Estados o comprometimento de promover os direitos humanos. O uso da violência é uma consequência disso em resposta a alguns tipos de dessemelhanças que interrogam o Estado democrático como a maneira de sistematização política se está apto para enfrentar a desigualdade.

Desse modo, há uma episteme focalizada na operacionalização da ideia de raça e do racismo na política internacional que sempre aparece como elemento essencial e fundente à agenda de pesquisa em RIs. Assim, a política internacional, sua complicação e paradoxo, é feita por pronunciamentos de verdade construídos por meio de relações de poder. E a questão da complicação no que se refere à dessemelhança e às desigualdades na política internacional passa o interrogatório do internacional como o ponto central da análise da disciplina de RIs.

Para Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam, tal episteme encontra-se ao redor da “linha de cor” como elemento chave do ordenamento e da contestação histórica da ordem mundial. Sendo assim, possibilitou a potencialidade de descentralizar os “lugares de análise” dominantes nas teorias do *mainstream* da área e no ato de reconhecer o cruzamento do racismo com novas bases globais de arbitrariedade do sistema capitalista e do patriarcado (ANIEVAS et. al., 2015, P. 7).

Em concordância com Grovogui, o pensamento racializado não é redutível a ideias sobre a raça com base na biologia ou na cor da pele. É nesse sentido, que, Andrew Curran explica que ele usa o termo “racialização” para evitar disputas sobre se pensadores específicos do século XVIII devem ser julgados como “racistas”. No entanto a sua concepção do pensamento “racializado” permanece restrita a um cabo ou compreensão fisiológica da raça. Em segundo lugar, estas ideias em mudança têm sido empregadas ao longo dos séculos para produzir raça para legitimar práticas de conquista, escravização, de posseção e de dominação as quais têm produzido estruturas, relações sociais, práticas e ordens políticas

racializadas (JONES, 2013, p. 53). Assim, a raça continua sendo uma norma reguladora de comportamentos, procedimentos e relações.

Segundo Porto-Gonçalves (2002, p. 218), com base na conceituação de raça, instituiu-se um agrupamento de relações de poder que priorizam lugares e seus habitantes, categorizando-os em conformidade com o pressuposto fase de evolução e de crescimento social “num continuum linear que vai da natureza à cultura, em outras palavras, da América à África, onde se encontram os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde se encontra a cultura, a civilização”. É por intermédio da raça que se pode entender o triângulo colonial de território, trabalho e eliminação de cultura, e de modo contrário por território e trabalho, que é essencial pensar a raça para compreender a característica heterogêneo de dispositivos anexados a eles e a sua utilidade para a estrutura colonial.

Com tudo que se destaca ao longo desta seção, chega-se à conclusão de que o ocidente construiu o sujeito colonizado enquanto outro do colonizador baseando numa categorização racial. O que vai servir como ferramenta organizacional da política mundial. Assim, os discursos coloniais desde sempre se acumulam em todas as formas de racismo, uma vez que consiste precisamente na procura de identidades que funcionem como um todo na realidade da política internacional, porque ela é uma relação hierarquizada de poder que possibilita o colonizador maximizar sua hegemonia sob o sujeito colonizado.

1.4 CONCLUSÃO

Num momento posterior, aponta-se a abordagem pós-colonialismo e a entrada da teoria decolonial no campo de Relações Internacionais e releva como tal abordagem é recente e relativamente marginal. Ambos são significativos devido às suas contribuições para a ampliação de outras perspectivas e problematizações no campo de Relações Internacionais. Inicialmente mostra-se como que o Colonialismo e Neocolonialismo não são a mesma coisa que o pós-colonialismo, mas a coluna vertebral de sua reflexão acerca do mesmo. Assim, destacando como que a abordagem pós-colonial é desconstruída e permanece atenta à evidência e aos reflexos etnocêntricos. Questionando a alteridade e todos os tipos de construção do Eu e do Outro, ideologias, imaginações e os contextos em que são produzidas, culturas, contextos políticos e históricos do desenvolvimento das culturas. Nesse sentido, o pensamento pós-colonial tem como missão mostrar e criticar estes fenômenos.

Além disso, apesar de que esteja marginalizada na disciplina, a questão da relevância desta abordagem para as RIs é fundamental, devido a opor-se radicalmente aos legados coloniais que permanecem em diversas formas como: em discursos, representações e sobretudo as relações políticas que afluem na eternização da questão do compartilhamento desigual da riqueza e do poder na política internacional.

Logo após, em sua segunda seção, no capítulo aborda-se a colonialidade e a reconfiguração das relações de poder colonial na política internacional e nas Relações Internacionais. Iniciando com a ideia de que enquanto o pós-colonial fundamenta-se nas experiências dos povos subalternizados das ex-colônias britânicas, o pensamento decolonial busca pensar a partir de outro local epistêmico – a América Latina (AL). Assim, problematiza-se a realidade internacional a partir da colonialidade.

Posteriormente, discute-se sobre os conceitos modernidade e a colonialidade e mostra de que são dois conceitos interligados, depois destacar a importância dela para a problematização da política internacional mediante da perspectiva desta outra localidade. Ademias frisa também o papel da questão de raça para a operacionalização da colonialidade nas relações internacionais e a sua cristalização na política internacional.

O capítulo finaliza com uma discussão acerca da problematização das relações internacionais sob o prisma de Raça. A seção inicia-se com a questão da invisibilização da ideia de raça no campo de RIs, mesmo quando falar das relações internacionais são visíveis as relações entre diferentes pessoas e sociedades. Logo depois, com objetivo de reforçar a importância da colonialidade no que diz respeito da estruturação da política internacional, e que a conceituação de raça é um dos componentes que faz com que a instrumentalização do primeiro seja possível. Isto posto que a interseccionalidade está relacionada ao entrelaçamento das relações de dominação, e aos dilemas estratégicos e de identidade que elas possuem a capacidade de gerar a cerca os países do Sul global.

Por fim, deixar claro como que a raça é uma construção social e evidencia a assimetria da política internacional, que é complexa. O que pode ser compreendido a partir da ferramenta poderosa denominada colonialidade, elemento fundador de um sistema de classificação. Assim, dentro desse sistema, são postos em vigor alguns critérios como raça, gênero e entre outros que vão possibilitar a classificação dos povos em grupos que não têm acessos iguais aos direitos, bens e serviços disponíveis em um determinado lugar ou/e até mesmo no cenário internacional. Assim, fica claro que a raça é um dos fatores fundantes da política internacional, transfigura a ideia de pôr fronteiras entre grupos sociais.

CAPÍTULO 2: PRIMEIRA GERAÇÃO DE PAZ ÀS OPERAÇÕES MULTIDIMENSIONAIS DA ONU

Este capítulo tem como objetivo fazer uma contextualização e um debate aprofundado acerca das operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao longo dele é evidenciada a forma como a ONU atua, na prática, com finalidade de acelerar e manter o processo de recuperação de uma região recém liberta de um conflito. E também destaca a transformação da natureza dos conflitos, que leva a uma modificação na maneira de tratar esses elementos em profundidade na mesma lógica de determinados fundamentos das Relações Internacionais, tais como os da soberania do Estado e da não intervenção em seus assuntos internos.

Encontram-se inúmeras definições na literatura sobre o conceito de manutenção da paz da ONU. Partindo do entendimento do momento das primeiras operações, a manutenção da paz pode então ser definida pelo destacamento de pessoal, principalmente militar, da ONU, com o consentimento das partes envolvidas, a fim de manter um cessar-fogo e prevenir o reinício das hostilidades, essas forças só são enviadas quando um acordo de paz é alcançado e respeitado (DAVID, 2006, p. 306).

Existe uma categorização das operações de manutenção de paz de acordo com uma distinção temporal. Há uma divisão em três categorias, mesmo que a existência da terceira seja objeto de um amplo debate na literatura. A primeira geração é o modelo inicial de ação realizado pela organização, também chamadas operações de paz tradicionais, seguindo da segunda geração e, por fim, a terceira geração de paz. Assim, serão evidenciadas as origens de cada tipo dessas gerações das operações de paz, sua finalidade e suas características, com destaque para as diferentes configurações que as operações de paz da ONU assumem em conformidade com os diversos cenários internacionais, com ânimo para as modificações de natureza das operações de paz tradicionais durante a Guerra Fria para as multidimensionais no pós Guerra Fria.

O capítulo está estruturado em duas seções e quatro subseções de modo a concretizar os seus propósitos. A primeira seção examina as operações da paz durante a Guerra Fria, em que o primeiro período foi marcado por operações cautelosas e cujo objetivo era promover o cumprimento, pelas partes em conflito, da linha de demarcação dos acordos de cessar-fogo, criando uma zona de amortecimento. Ao longo da seção, são apresentadas as características dessas operações de paz e o que condicionou a condução dessas operações de paz.

O fim da guerra fria constitui certamente o início de uma nova era, à medida que os conflitos interestaduais dão lugar a conflitos intraestaduais. Por conseguinte, a segunda seção trata-se das operações de paz pós-Guerra Fria. Nessa seção é mostrada como que os conflitos após a Guerra Fria são conflitos internos, que acontecem em contextos de tipo anárquico, nos quais o Estado entrou em colapso.

A primeira subseção da seção 1 é sobre a construção da paz durante a década de 1990, nessa subseção é destacada a importância desse período no que diz respeito às grandes mudanças sobre as operações de paz da ONU. E como essas operações de paz são destinadas fundamentalmente aos problemas internos para desenvolver funções essencialmente domésticas. Esta mudança na natureza dos conflitos traz uma modificação na forma de como são abordados alguns princípios básicos nas relações internacionais, tais como a soberania do Estado e da não intervenção. Tal mudança é percebida com os novos princípios estabelecidos pela agenda política internacional, que apresenta pautas relacionadas a democracia e Direitos Humanos com a finalidade de legitimar a intervenção das Operações de Paz da ONU para os assuntos internos de um determinado Estado.

A segunda subseção trata das operações de paz ao longo dos anos 2000, com destaque ao fortalecimento das operações de paz com finalidade de possibilitar a ONU de gerenciar de modo mais eficiente suas missões de paz. Além disso, é evidenciada também a questão de como o fracasso das operações da segunda geração determinou a sua recomposição, e é apresentada a estrutura das principais funções das operações de paz na contemporaneidade.

A terceira subseção aborda o processo de construção da paz durante a década de 2010, em que é debatida a multidimensionalidade da operação da paz da ONU, a qual envolve também o processo de construção do Estado, promoção e proteção dos direitos humanos. Em outras palavras, as tarefas civis, a criação de um ambiente seguro e estável, um processo político eficiente, respeito aos direitos humanos, combate aos grupos rebeldes e facções armadas. Ademais, a implementação de um acordo de paz que facilite o processo democrático, a reforma das instituições judiciais e penais bem como, a prestação de assistência humanitária à população. E o capítulo finaliza com as operações de paz do tipo estabilização. Na quarta subseção é apresentado seu surgimento, suas características e as atividades desenvolvidas na prática.

2.1 PRIMEIRA GERAÇÃO DE OPERAÇÕES DA PAZ

De acordo com Michael W. Doyle (1998, p. 6) o *peacekeeping* (manutenção da paz) tradicional também conhecida como “manutenção da paz da primeira geração”, surgiu durante a Guerra Fria. Charles-Philippe DAVID (2006, p. 311), por sua vez destaca que a primeira geração de operações de manutenção da paz é dividida em duas fases, a primeira fase reúne as duas primeiras missões da ONU cujo objetivo era monitorar e supervisionar os acordos armistícios celebrados entre os dois estados em conflito. Como por exemplo, as duas operações que aconteceram na Palestina em 1948 e na Caxemira em 1949. A segunda fase inclui todas as operações iniciadas entre 1956 e 1978, que previam a implantação dos capacetes azuis. A primeira operação foi a do Canal de Suez em 1956 (IBIDEM).

A finalidade dessas operações era promover o respeito pelas partes beligerantes da linha de demarcação dos acordos de cessar-fogo, criando uma zona tampão. As operações de manutenção da paz nesta fase são: Organização das Nações Unidas para Supervisão da Trégua (UNTSO) 1948; Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Índia e Paquistão (UNMOGIP) em 1949; A Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) em 1956; Grupo de Observação das Nações Unidas no Líbano (UNOGIL) em 1958 Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) em 1960 e a Segunda Força de Emergência das Nações Unidas (UNEFII) no Egito (Canal de Suez e Sinai) em 1973 (DAVID, 2006, p. 311-312).

As características da primeira geração da paz são: a operação de manutenção da paz é neutra e imparcial; o consentimento dos beligerantes é necessário antes da implantação; a missão é pequena; os contingentes são formados por soldados levemente armados; as tarefas são simples e de natureza militar; os contingentes vêm de pequenas e médias potências e a operação ocorre em um contexto de guerra interestadual (IBIDEM). Todas essas características estão inter-relacionadas. Por exemplo, o consentimento das partes, antes do desdobramento, garante um ambiente seguro para as forças de manutenção da paz. Eles podem, portanto, cumprir sua missão sem maiores obstáculos e sem equipamento militar pesado. A imparcialidade também é muito importante para preservar a neutralidade da OMP, por isso que as grandes potências não foram convidadas a participar nas missões (DAVID, 2006, p. 312-313).

A primeira geração da manutenção da paz abriu caminho para a ONU cumprir seu objetivo primordial no que diz respeito à manutenção da Paz e à Segurança internacional

embora em face de estagnação do Conselho de Segurança (DIEHL, 1994, 11). Seguindo esse pensamento, a característica da Manutenção da paz ao longo do período da Guerra Fria demonstra o entendimento de paz no sistema internacional. Essa concepção de paz liga-se à procura da interrupção de conflitos bélicos entre Estados e espelha-se no que Johan Galtung chama de paz negativa⁷. De acordo com Eileen Babbitt, a primeira grande tendência na resolução de conflitos internacionais nos últimos vinte e cinco anos tem tido uma mudança substancial no foco (BABBITT, 2009, p. 540). Entre os anos de 1947 e 1985 foram realizadas treze operações de paz pela ONU, tendo como finalidade político evitar o confronto direto entre as superpotências e a disseminação da possibilidade de uma troca nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 101). As rivalidades entre essas duas superpotências tornavam impossível a operacionalização de medidas mais eficazes por parte das operações de manutenção da paz, visto que a ONU simplesmente seria capaz opinar no que diz respeito da segurança global, somente se todos os membros permanentes do Conselho de Segurança estão de acordo.

Essas disputas proporcionaram um instrumento para limitar o envolvimento estadunidense e soviético nos conflitos regionais, afastando o choque entre as potências. Elas tiveram o condão de desenvolver um corpo com experiências e práticas que serviram como ferramenta de resolução de conflito ao longo do período de transição para a era pós-Guerra Fria. Neste ponto de vista, surgiram:

Várias questões essenciais em relação à paz e segurança na era da Guerra Fria, incluindo o Vietnã, nunca fizeram parte da agenda da ONU. A inovação trazida pela manutenção de paz, no entanto, forneceu um meio valioso para limitar o envolvimento de superpotências nos conflitos regionais e lidar com as ameaças à paz e à segurança, como o surgimento de novos Estados, disputas fronteiriças e os incontornáveis conflitos no Oriente Médio. A ONU desenvolveu um corpo eficiente e prático nessa manutenção, que tem se mostrado valioso até mesmo no período de transição do fim dos anos 80 para o pós-Guerra Fria (MINGST; KARNS, 1995, P. 80).

De acordo com Mônica Herz, Andrea Hoffmann e Jana Tabak (2015, p. 84), as operações de paz da ONU podem ser consideradas como as principais ferramentas da organização para a gestão dos conflitos, bem como a promoção da segurança e da paz no

⁷ Segundo Johan Galtung a paz negativa se refere a ausência de violência e de guerra, ou seja, a ausência da violência direta que é entendida como um ato intencional de agressão, com um sujeito, uma ação visível e um objeto (GALTUNG, 1990, p. 292).

sistema internacional. A partir desse entendimento, é importante destacar que as operações de paz da ONU, sistematicamente, sofreram uma série de transformações em suas configurações e modos de operacionalização ao longo da história da organização (PARIS, 2004, p. 13-17).

Para Barry Buzan e Lene Hansen, (2012, p. 37-38), essas mudanças acontecem devido aos componentes mencionados como “ameaças à paz e à segurança internacionais” do ponto de vista histórico, e a ideia de que os dispositivos são considerados apropriados para a resolução das “ameaças” nessas mesmas situações. É neste contexto que Paris (2004, p. 13), destaca que aquilo pode ser exemplo e modelo no que diz respeito às transformações em curso na configuração das operações de paz na era de passagem da bipolaridade sistêmica vigente ao longo da Guerra Fria para a ordem universal pós-Guerra Fria.

Em concordância, Ramon Blanco (2017, p. 65), explica que, ao longo da Guerra Fria, as problematizações referentes à conflitualidade na conjuntura internacional contornavam, em volta dos conflitos armados entre Estados. Para uma compreensão mais aprofundada acerca da colocação do autor, faz-se necessário evidenciar que eram afastados do pensamento temas e atores não estatais, e as fontes dos conflitos graves dentro dos Estados. Naquela época a paz era compreendida de maneira limitada. O que pode ser entendido nos argumentos de Buzan e Hansen (2012, p. 118-121), bem como Paul Williams (2008, p. 3), como militarista e estatocêntrico. Não porventura, era entendido como o simples contrário da guerra e, naquele tempo, compreendido como um mero cessar-fogo entre Estados (BLANCO, 2017, p. 65).

Segundo Ramon Blanco (2014, p. 268-269), as políticas internacionais para promover a manutenção da paz, durante a Guerra Fria, procuravam garantir a inexistência de conflitos graves entre Estados, impedindo transgressões às compreensões estatocêntricas de soberania e de segurança vigorantes. Isso pode ser entendido como a primeira geração de paz internacional direcionada para a gestão de conflitos por meio da intervenção de uma terceira parte, um agente externo norteado para a promoção da paz (RICHMOND, 2010, P. 16-17).

As operações de manutenção da paz (*peacekeeping*) da ONU surgiram durante a Guerra Fria e podem ser compreendidas como uma totalidade de ações práticas não violentas que de repente são utilizados antes, ao longo ou após um conflito inter ou intra Estados, desdobrado em campo por um pessoal militar-civil armado e especializado (BRUGNOLLI, 2014, p.7). Paul F. Dieh (1993, p. 13) por sua vez, destaca que a manutenção da paz está relacionada com a “intervenção de forças neutras e levemente armadas; seguida de uma

interrupção das hostilidades bélicas, com a permissão do Estado em cujo território essas forças são implantadas com propósito de desencorajar o ressurgimento de conflito militar.

Em outras palavras, as características das operações da primeira geração de manutenção da paz podem ser definidas como: (1) o consentimento e cooperação das partes do conflito; (2) assistência internacional, principalmente do Conselho de Segurança (CS) (não obstante nem sequer permanentemente essa operação da paz aconteça por decisão do Conselho); (3) controle e comando sob responsabilidade da ONU; (4) composição multinacional; sem uso da força; (5) neutralidade militar entre os exércitos antagonistas; e (6) imparcialidade política entre os países adversários (THAKUR; SCHNABEL, 2002, p. 9). E outras atividades, também em apoio à procura de uma conclusão pacífica de crise, incluíram a monitorização de fronteiras, verificação de zonas desmilitarizadas e outras tarefas integradas na resolução de conflitos e destinadas a criar um espaço político de negociação ou de mediação (BELLAMY et al. 2010, p. 175-76; HILLEN, 1998, p. 79). O objetivo das operações de manutenção da paz é a criação de um ambiente propício aos esforços dos beligerantes para resolver os conflitos de forma pacífica. A atividade característica da manutenção da paz é o emprego de uma força tampão interposta entre as linhas de frente, reduzindo assim o contato entre as forças e diminuindo a probabilidade de uma escalada ou quebra accidental da paz (IDEM).

O modelo tradicional de manutenção da paz que vigia um cessar-fogo entre dois exércitos permaneceu em grande parte inalterado durante todo o período da Guerra Fria. Para Therése Pettersson e Peter Wallensteen (2015, p. 539) os cinco anos posteriores à queda do Muro de Berlim (1989-1994) foram assinalados pela máxima ocorrência relacionada a esse tipo de conflito desde o final da II Guerra Mundial até a atualidade.

Lembrando que em 1991 um aumento de cinquenta conflitos civis foi registrado. Recordando, a queda do Muro de Berlim marcou o início de um novo consenso no Conselho de Segurança, que permitiu um ressurgimento das atividades e iniciativas de manutenção da paz para responder ao conflito armado.

Para Hillen (2000, p. 9), as operações da paz durante a Guerra Fria não conseguiram resolver o problema dos conflitos na sua totalidade. É por isso, que o artigo 36º, do Capítulo VI, da carta da ONU, foi invocado para legitimar as operações de paz tradicional. Esse artigo estipula que o Conselho de Segurança pode “tomar medidas adequadas” para ajudar na resolução pacífica de conflitos. Portanto, nada na Carta das Nações Unidas previa literalmente a realização de operações de paz.

Dessa forma, Ramon Blanco (2014, p. 269) frisa que, as operações de manutenção da paz tradicional foram fundamentadas pela “sagrada trindade” de consentimento, imparcialidade e uso mínimo de força. Ademais, o autor destaca os seguintes motivos que fazem como essas operações possuam este modelo de composição:

A falta de uma referência, sobretudo exclusiva para uma atividade dessa natureza na Carta da ONU; a limitação, explícita na Carta da ONU, de intervir nos assuntos internos dos Estados; o fato de que as partes em conflito geralmente não estavam dispostas a aceitar o envolvimento de terceiros, exceto em atividades de monitoramento ou patrulhamento; a lógica bipolar em que o cenário internacional estava imerso; a forma como conceitos fundamentais como “soberania” e “segurança” foram compreendidos; e a abordagem com a qual os conflitos foram problematizados internacionais violentas (BLANCO, 2014, p. 269)

Outro importante fator destacado por Ramon Blanco (2014, p. 270), é que mesmo que os indícios destas operações reduzissem consideravelmente as hipóteses de uma guerra se repetir. Existem ainda algumas inconveniências que são visíveis, como as seguintes dificuldades que levam a evitar que os beligerantes violem os acordos de cessar-fogo ou façam cumprir as resoluções acordadas, a sua cegueira para uma grande variedade de questões. Tais como identidade, fragilidade institucional e subdesenvolvimento económico; e, por fim, a sua ênfase em soluções de curto prazo e falta de interesse em abordar as causas profundas do conflito violento.

No cenário pós-Guerra Fria as operações de paz estão procurando o desenvolvimento de uma paz positiva, compreendida como uma integração da sociedade humana, em outras palavras, a eliminação de necessidades humanas fundamentais que levam o surgimento de conflitos civis graves (GALTUNG, 1990, p. 292). O que será evidenciado na seção seguinte com mais profundidade, em especial para a discussão sobre como as operações de construção da paz foram importantes depois da Guerra Fria.

2.2 OPERAÇÃO DA PAZ PÓS-GUERRA FRIA

Na linha argumentativa da Bell (2017, p. 359), o final da Guerra Fria abriu espaço decisivo para que atores internacionais e locais se engajassem em conflitos interestatais que acontecem, sobretudo, dentro das fronteiras estaduais. Por esse ângulo, a ONU ganhava mais espaço de ação na operacionalização da paz e segurança internacionais, devido ao crescente entendimento entre Moscou e Washington, que passaram a procurar nos organismos

multilaterais a validação para as suas atividades. E de modo efetivo, sem perigo de possíveis confrontos estratégicos, os EUA e a URSS consideraram a ONU como uma alternativa para a resolução de conflitos referentes à paz e à segurança internacionais, principalmente na promoção da estabilidade em campos mundial em que não desejavam operar de modo direto (FONTOURA, 1999, p. 88).

Assim, o pós Guerra Fria foi definido pelo aumento de guerras civis e de outros conflitos armados interestatais que representavam uma grande ameaça para a paz e a segurança mundial, gerando aflição humana⁸. Além disso, a ONU modificou sua atuação e amplificou suas operações de campo, de missões “tradicionais”, “promovendo trabalho de observação desenvolvido por pessoal militar, tornam-se empreendimento polivalentes complexas”. E tal mudança foi desempenhada com finalidade de atestar a implementação de acordos de paz abrangentes e para auxiliar a designar os fundamentos para uma paz duradoura (FONTOURA, 1999, p. 84). Após o final da Guerra Fria, o ato de instrumentalizar as operações de manutenção da paz da ONU modificou completamente o objetivo de responder a esse novo desafio político que abrangia crises domésticas em diferentes Estados. E o que levou a ONU emprenhar as operações de manutenção da paz em larga escala (DPKO, 2008, p. 21).

Mesmo que essas operações de paz do pós-guerra fria tenham alguns traços semelhantes com a primeira geração, como por exemplo, o uso da força apenas para autodefesa, elas não desempenhavam o tradicional trabalho de interposição entre as partes que estão em conflito, característica específica das operações durante a Guerra Fria (LOUIS ET AL, 2001, p. 69). A particularidade destas novas fases constituiu na grande quantidade acumulada de várias funções civis e militares. Como por exemplo, a primeira Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM I), em 1992, onde desempenhou as funções de “monitoramento de cessar-fogo em Mogadiscio e proteger a distribuição de ajuda humanitária”. E a segunda Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II) sendo que suas atividades são de “estabelecer um ambiente propício para o fornecimento de ajuda humanitária, incluindo medidas impositivas; ajudando nos trabalhos de restauração da paz e da estabilidade, da lei e ordem, mediante do desarmamento e da reconciliação” (JULIANA, 2009, p. 91).

⁸Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver: UNITED NATIONS PEACEKEEPING S/A.

Segundo a Doutrina Capstone (2008), a manutenção da paz é descrita como uma ferramenta para garanti-la uma vez terminados os conflitos, e os seus representantes auxiliaram na implementação de acordos de paz para a construção de mecanismos capazes de sustentar uma paz duradora (DPKO, DFS, 2008, p. 19). Conforme Charles-Philippe David⁹, a ONU tem duas pretensões com o fim do conflito interestatal: promover as condições necessárias para a resolução de conflitos e auxiliar as sociedades que sofreram conflitos violentos a reconciliarem-se e a reconstruírem-se. Esta agenda mais ampla levou a um aumento excessivo de missões de paz ao longo da última década. Essa proliferação de novas operações gerou uma evolução dos conceitos e princípios das operações de manutenção da paz da ONU, de fundamental importância para promover a paz e a segurança internacionais.

Neste contexto, a comunidade internacional inicia às novas abordagens da paz e segurança internacional. Tendo isso em mente, torna-se fundamental evidenciar alguns pontos dessas abordagens: (1) frisam-se a problematização referente ao modelo de operações de paz da primeira geração ou tradicional; (2) um aumento significativo no que diz respeito aos principais atores não-estatais e (3) uma pluralidade de tipos de operações de paz classificadas e enviadas pela ONU e a mudança da base de segurança do Estado para o cidadão (BLANCO, 2014, p. 270). Em relação ao primeiro ponto, entende-se que a transmissão internacional acerca da percepção da falta de adequação das operações de paz tradicionais para enfrentar os conflitos civis que estão surgindo, uma vez que o modelo da operacionalização dele não leva em consideração as questões de identidade, fragilidade institucional e a falência econômica, que são consideradas como consequências do ordenamento de conflitos (IDEM).

Conforme a Doutrina Capstone (2008), a leitura da ONU sobre a “construção da paz” engloba iniciativas essenciais para diminuir futuros conflitos e para construir bases do desenvolvimento sustentável, principalmente através do reforço de competências nacionais de gestão de conflitos. Por isso, os processos de construção da paz são necessariamente estruturados de cima para baixo (DPKO; DFS, 2008, p. 19). E envolve uma série de ações e

⁹ Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver: RAOUL-Danduranden, 2006.

de programas que ocorrem em diferentes pontos de reconstrução e que podem durar muitos anos após o fim do conflito. As operações de consolidação da paz abordam as causas estruturais dos conflitos armados através de uma abordagem mais ampla (IBIDEM). Desse modo, as atividades das operações de construção da paz centram-se na criação e no fortalecimento de instituições nacionais, o monitoramento de eleições, a promoção dos direitos humanos, programas de reabilitação e a criação de condições viáveis para o desenvolvimento (SCHNABEL e EHRHART, 2005, p. 2, 77).

Nesse contexto, esta nova geração de manutenção da paz pode ser descrita como a segunda geração das operações de manutenção da paz, estabelecida para contrapor os conflitos pós-Guerra Fria (BELLAMY et al., 2004, p. 129; HILLEN, 2000, p.25). Estas operações são conhecidas também como “manutenção da paz expandida” (BELLAMY et al., 2004, p. 129). No entanto, essa segunda geração das operações sofrerá com a dificuldade da comunidade internacional em usar maior força sem comprometer o consentimento dos atores estratégicos e a imparcialidade da missão (BELLAMY et al. 2004, p. 130-131). Assim, na prática, estas operações terão um mandato forte, mas não terão os meios militares para fazê-lo cumprir.

Para melhor compreensão, tem-se como exemplo a Força de Proteção das Nações Unidas na ex-Iugoslávia (UNPROFOR). Suas atividades são: “garantir a desmilitarização de certas áreas da Croácia, auxiliar a prestação de assistência humanitária e monitorar as zonas de exclusão militar e áreas seguras na Bósnia-Herzegovina e o monitoramento das fronteiras da Macedônia” (JULIANA, 2009, p. 90). Esta força tinha o comprometimento de proteger os enclaves da população muçulmana em território controlado pelas forças sérvias. Estes enclaves foram eventualmente invadidos pelos sérvios sem a intervenção dos Capacetes Azuis, que são descritos como “os principais agentes de consolidação da paz” preferindo estes últimos não correr o risco de se tornarem parte do conflito. (BELLAMY ET AL. 2004, p. 133-137).

A esse respeito, tornou-se cada vez mais comum a ONU legitimar operações de paz que eram robustas, mas conduzidas no terreno por potências ou organizações internacionais (DAVID, 2006, p. 308). Nesse sentido, a ONU começa a se adaptar às novas realidades das operações da segunda geração. Por um lado, trata-se de fortalecer suas próprias capacidades e de outro lado colaborar com as organizações regionais caso disponham de meios para praticar a manutenção da paz. Por isso, a partir da década de 1990, as operações de

manutenção da paz começaram a desenvolver atividades multidimensionais com rapidez, como será destacada com mais detalhes na próxima subseção.

2.2.1 Construção da paz na década de 1990

Em 31 de janeiro de 1992, a ONU fez a reunião da Cimeira do Conselho de Segurança quando seus membros pediram ao Secretário-Geral recentemente nomeado, Boutros Boutros-Ghali, para preparar um documento que permitisse reforçar as capacidades de manutenção da paz da ONU. Esse documento, *Uma Agenda para a Paz*, na data de 17 de junho de 1992 (ONU, 1992, p. 1-3). Tal documento adota um modelo institucionalizado da paz que confere à ONU atribuições mais coerentes, dinâmicas e ousadas, bem como um maior alcance internacional em relação às décadas anteriores.

Por esse motivo, Boutros Boutros-Ghali (1992) sugeriu quatro ferramentas interligadas: diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz e construção da paz¹⁰. A diplomacia preventiva tem dois objetivos: em primeiro lugar, evitar que uma situação de conflito latente se transforme em violência; em segundo lugar, para conter a possível disseminação de uma situação de violência de fato para outras regiões e grupos sociais. A finalidade de restaurar a paz é acompanhar as partes em conflito nas negociações de paz para um acordo, pelos meios pacíficos previstos no Capítulo VI da ONU¹¹. A manutenção da paz envolve o destacamento no terreno das forças da ONU, os famosos mantenedores da paz, após acordo entre as partes e com o seu consentimento expresso, com o objetivo de estabilizar os pontos de tensão e garantir a efetiva implementação do processo de paz.

Nesse sentido, a finalidade de restaurar a paz é acompanhar as partes em conflito nas negociações de paz para um acordo, pelos meios pacíficos previstos no Capítulo VI da ONU¹². A manutenção da paz envolve o destacamento no terreno das forças da ONU, os famosos mantenedores da paz, após acordo entre as partes e com o seu consentimento expresso, com o objetivo de estabilizar os pontos de tensão e garantir a efetiva implementação

¹⁰ Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver: os quatro ferramentas propôs pelo Boutros Boutros-Ghali ver, Organização das Nações Unidas, “An Agenda For Peace” (ONU, 1992).

¹¹ Para um entendimento mais amplo sobre isso ver: Organização das Nações Unidas, “An Agenda For Peace” parágrafo 42-45. A Agenda para a Paz também se refere às unidades de imposição da paz, previstas na Carta da ONU, como um instrumento que pode ser mobilizado neste novo quadro de ação (ONU, 1992. § 42-45).

¹² IBIDEM

do processo de paz. A grande novidade, sem dúvida, está no conceito de “construção da paz pós-conflito”, anunciado como a nova prioridade da organização.

Conforme o ponto de vista do Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura (1999, p. 83), o término da década de 1980 e o começo de 1990 marcaram a fase de fortalecimento de certas atividades da ONU no âmbito da manutenção da paz e da segurança no mundo. A partir de 1988, criaram-se 38 operações de manutenção da paz, considerando que treze delas aconteceram no período de 1948 a 1987, são operações de observação com pessoal desarmado e forças de paz, com pessoal armado (FONTOURA, 1999, p. 83). Além disso, o aumento do número de operações de manutenção da paz aconteceu juntamente com o aumento do objetivo da operacionalização do CSNU.

Para Michael W. Doyle (1998, p. 6), “a segunda categoria de operações da paz, denominada segunda geração das operações de manutenção da paz”, foi criada essencialmente para combater aos conflitos pós-Guerra Fria, corresponde a multidimensional, com integrantes políticos, econômicos, sociais e humanitários, envolvendo especialistas civis de características distantes desenvolvendo trabalho juntamente com os militares.

As operações da segunda geração são normalmente lançadas no contexto pós-conflitos com objetivo de preservar ou instituir novamente a ordem, e desempenham as atividades de:

Criar um ambiente estável e seguro, enquanto se fortalece as capacidades do Estado hóspede de prover sua segurança interna, com respeito ao estado de direito e os direitos humanos; b) facilitar o processo político pela promoção da reconciliação e do diálogo, além de auxiliar no estabelecimento de instituições efetivas e legítimas; e c) promover um contexto que assegure a todos os entes envolvidos em atividades de campo um funcionamento de forma coerente e integrada (MAIDANA, 2020, p. 7).

Para melhor compreensão, se tem como exemplo o fim da crise política haitiana de 1994 a 1996, nesse período o país teve sua força policial e exército destruídos. Nesse sentido, a primeira Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA) foi colaborar na modernização das forças armadas do Haiti e estabelecer uma nova força de polícia. Além disso, a ONU, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA)¹³,

¹³ A OEA tem uma longa história no que diz respeito à ajuda humanitária, monitoramento e proteção dos direitos humanos, monitoramento eleitoral e promoção da democracia. Além disso, a OEA tem experiência e papel

implementou a MICIVIH para retomar o monitoramento e a promoção dos direitos humanos e prestando assistência ao fortalecimento institucional (MAIDANA, 2020, p. 6).

De acordo com Guillaume Devin e Delphine Placidi-Frot¹⁴ em 1992, Boutros Boutros-Ghali propôs uma Agenda para a Paz, ampliada e revisada em 1995 para complementar a uma Agenda para a Paz, na qual se buscava apresentar caminhos de análise e proposição de ações voltadas ao restabelecimento de operações de paz no quadro de um novo panorama geopolítico. As ditas operações de “segunda geração” passaram então a ser delineadas de uma maneira bem mais ampla visando a solucionar o aparecimento de disputas intraestatais no seio de estados enfraquecidos.

Para Barnett et al. Sitea (2007, p. 35), o Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, revelou as operações de construção da paz pós-conflito, descrevendo-as como “uma medida para detectar e ajudar estruturas que contribuam para consolidar e para fortalecer a paz, com finalidade de prevenir uma eventual recorrência de conflito”. Desde esse tempo, os profissionais acadêmicos, organizações internacionais e regionais e Estados têm procurado definir melhor o que institucionaliza a paz depois da guerra e quais são os componentes e os principais passos que podem fazer avançar nesse propósito (IDEM).

Além das atividades tradicionais de monitoramento de cessar-fogo entre grupos oponentes envolvidos, isso obriga a ONU a implementar uma série de precauções para acordos de paz entre as partes, por exemplo, reclusão e desmoroamento de armamentos; controle de aquartelamento e desmobilização de ex-combatentes; programas de promoção de direitos humanos e de assistência aos refugiados e deslocados domésticos; organização e monitoramento de eleições; apoio à reconstrução da infraestrutura do país; treinamento de forças policiais; contribuição com as autoridades locais para aperfeiçoamento da lei e para a administração do Estado observado. Cujas finalidades são resolver o problema de conflitos subjacentes para alcançar a paz duradoura, o que vai além das operações tradicionais, as “operações multidimensionais de segunda geração são baseadas no consentimento das partes” (DOYLE, 1998, p. 6). Porém, a característica dessa concordância, o consentimento e os propósitos para os quais ele é “concedido são qualitativamente diferentes da manutenção da paz da primeira geração” (DOYLE, 1998, p. 6). Mesmo que focalizadas no consentimento

reconhecidos na questão de manutenção e construção da paz, particularmente em casos de golpe de Estado e violação de democracia em geral (BARANYI, 1994, P. 365).

¹⁴Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver: Guillaume DEVIN e Delphine PLACIDI-FROT, 2014.

das partes, tais operações incluem agora iniciativas diversas, integradas e intrusivas para restaurar a paz (*peacemaking*) ou mesmo reconstruir as bases para uma paz sustentável (*peacebuilding*)¹⁵.

O *peacebuilding* é uma abordagem mais holística que vincula o desenvolvimento à paz e a paz à democracia. É por isso que Boutros Boutros-Ghali 1992 enfatizou na sua “Agenda para a Paz” que “Sem paz não há desenvolvimento nem democracia”. Ademais, Boutros-Ghali ponderou na Agenda para a Paz que:

As operações de promoção e manutenção da paz, para serem verdadeiramente bem-sucedidas, devem vir a incluir esforços abrangentes para identificar e apoiar estruturas que tenderão de consolidar a paz.[...] Podem incluir o desarmamento das partes em guerra e a restauração da ordem, a custódia e possível destruição de armas, repatriamento de refugiados, aconselhamento e apoio ao treinamento de pessoal de segurança, monitoramento de eleições, avanço dos esforços para proteger os direitos humanos, reforma ou fortalecimento das instituições governamentais e promoção de processos formais e informais de participação política (BOUTROS-GHALI, 1992, para 55)¹⁶.

Mesmo que as operações da paz da ONU tenham características multidimensionais e sejam capazes de ajudar a combater as violências, é por pouco tempo. Porque, a probabilidade de liderar uma paz duradoura é mais fraca, portanto, para que isso seja possível, deve ser complementado por alguns projetos que reflitam a realidade desses países em conflitos internos.

Para alcançar uma paz douradora, as operações *Peacebuilding* incluem múltiplas iniciativas e requer desenvolvimento em pelo menos quatro campos: (1) a recuperação da competência do Estado em fornecer segurança bem como a ordem aos seus habitantes; (2) a consolidação do Estado de direito e o respeito aos direitos humanos; (3) auxílio na composição estrutural de instituições políticas legítimas, corroboradas em processos que contam com atuação popular; (4) viabilização da recuperação e do crescimento social e econômico, principalmente o retorno ou a transferência segura de deslocamentos internos, assim também os refugiados desarraigados pelo conflito (DPKO. 2008, p. 25). Esses

¹⁵Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver: DEVIN e Delphine PLACIDI-FROT, 2014..

¹⁶ Tradução livre do autor. No original “Peacemaking and peace-keeping operations, to be truly successful, must come to include comprehensive efforts to identify and support structures which will tend to consolidate peace. [They] may include disarming the previously warring parties and the restoration of order, the custody and possible destruction of weapons, repatriating refugees, advisory and training support for security personnel, monitoring elections, advancing efforts to protect human rights, reforming or strengthening governmental institutions and promoting formal and informal processes of political participation” (BOUTROS-GHALI, 1992, § 55).

elementos são desenvolvidos por trabalhos de assistência que podem ser acumulados nas seguintes atuações:

[...] envio de forças militares como as de soldados da paz; a repatriação e a reintegração dos refugiados; a realização de eleições; e de desarmamento, desmobilização e reintegração dos soldados. Na essência de construção da paz está a tentativa de construir um Estado novo e legítimo, um que terá a capacidade de gerenciar conflitos de forma pacífica, proteger seus cidadãos e garantir o respeito pelos direitos humanos básicos¹⁷.

Dessa maneira, a transformação da conceituação de manutenção e construção da paz de modo evidente levou a algumas mudanças nos objetivos e nos métodos de intervenção. Ainda, ao longo dos anos 1990 e no início da década 2000, a construção da paz modificou-se para umas transformações fundamentais de nível macro na sua estratégia, nas quais se focaram as altas agências no processo de construção ou na consolidação de instituições governamentais legais em país em ascensão de conflitos civis, considerada como construção do Estado (PARIS e SISK, 2008, p. 1).

Em tese, na metade dos anos 1990, a ONU começou a adotar as operações de imposição da paz (peace enforcement) com caráter coercivo. Trata-se no Capítulo VII da Carta, de modo preciso no artigo 39º, que prediz ao CSNU o poder de decisão dos procedimentos que serão decididos diante de acontecimentos desfavoráveis à paz. Lembrando que de 1946 a 1989 a ONU invocou 24 vezes o Capítulo VII, e entre 1990 a 1999, foram aprovadas 166 resoluções ao abrigo desse capítulo (Bellamy; Williams, 2004: p. 215). Por conseguinte, a era da manutenção da paz da terceira geração, ou a imposição da paz, iniciou-se, pela necessidade de se distinguir de maneira clara as partes de um conflito com finalidade de obter um consentimento. Além do mais, a partir dos anos 2000 o então secretário Lakhdar Brahimi reviu o funcionamento das operações da paz com finalidade de propor alguns aperfeiçoamentos. O que vai ser desenvolvido com mais detalhes na próxima subseção a qual trata sobre construção da paz ao longo dos anos 2000.

2.2.2 Construção da paz ao longo dos anos 2000

De acordo com Haingo Rakotonirina (2010), na sequência do fracasso das importantes operações de segunda geração, a ONU determinou a reavaliação da composição

¹⁷ Tradução livre do autor “[...] deployment of military forces as peacekeepers; the repatriation and reintegration of refugees; the holding of elections; and the disarmament, demobilization and reintegration of soldiers. At the heart of peacebuilding is the attempt to build a new and legitimate state, one which will have the capacity to peacefully manage disputes, protect its civilians and ensure respect for basic human rights” (ONU, 2008, p. 84).

das suas missões e do respectivo mandato. Assim, o CSNU permite a maior parte destas operações, no entanto, não é a ONU que as efetua. Pelo contrário, a ONU assume um compromisso em longo prazo nos lugares em conflitos¹⁸.

Seguindo esse ponto de vista, o ano de 1999 é considerado como um marco para uma nova temporada das características das operações de manutenção da paz. No entanto, esse período não impediu que a ONU tentasse compreender e corrigir o mau funcionamento das operações de manutenção da paz tradicional dos anos precedentes. Com finalidade de impossibilitar a reincidência de acontecimentos como o genocídio em Ruanda ou o massacre em Srebrenica¹⁹.

Ronald Hatto (2014, p.510) afirma ainda que por esse motivo, o Ex-Secretário Geral Kofi Annan determinou, em março de 2000, o estabelecimento de um grupo de alto nível mandatado para efetuar um estudo aprofundado sobre as atividades de paz e segurança da ONU. Em 21 de agosto do mesmo ano, a então equipe, comandada por Lakhdar Brahimi, divulgou seu relatório. Sendo que um dos propósitos era promover a integração mais criteriosa das operações da paz, delegando seu controle a Representantes Especiais (IBIDEM). O Relatório Brahimi acerca da operação da Manutenção da Paz aperfeiçoou os contornos das atividades realizadas no outro lado do conflito para reunir as premissas para a paz e fornecer os mecanismos para desenvolver essas bases muito mais do que a pura inexistência de guerra. Apesar de o relatório enfatizar a maneira como a construção da paz tem intervindo em situações de pós-conflito e, por consequência, ter intencionalmente colocado a sua disposição na proteção contra hostilidade, esta delimitação deve-se, sobretudo, ao mandato da comissão de analisar as operações de manutenção da paz como um todo (BARNETT et al. SITEA, 2007, p.42).

Segundo Céline Motte (2006, p. 35), o caso da ex-Iugoslávia permitiu-se entender as dificuldades que a ONU tem no que se refere à atuação das operações de manutenção da paz. Ademais, nos Bálcãs, na Somália e na Ruanda, a ONU não conseguiu evitar o massacre de milhares de civis, nem mesmo genocídios e a falência de alguns Estados. É nesse sentido, que o relatório Brahimi apontou uma série de lacunas no sistema da ONU, designadamente a nível institucional. Porém a segunda seção do referido documento é composta por algumas propostas que visam a aperfeiçoar o desempenho da ONU e, por consequência, das missões de manutenção da paz no terreno. Essas proposições são muito abrangentes e referem-se a

¹⁸ Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver: RAKOTONIRINA Haingo M, 2010.

¹⁹ IDEM.

diversos elementos da manutenção da paz: medidas preventivas, clareza do mandato, questões de informação, membros civis e militares, financiamento do auxílio logístico (IBIDEM). Tendo tudo isso em mente, é essencial dizer que as estratégias contidas na Agenda para a Paz são deste modo, consideradas no sentido de complementaridade, onde as diferentes etapas de transição do conflito para a paz têm propósitos semelhantes que necessitam uma abordagem integrada. Por isso, a construção da paz começa a tomar forma por meio de operações de manutenção da paz, que por sua vez são inseridas no campo como consequência de acordos de paz que foram feitos.

Nesse sentido, as operações de peacebuilding (construção da paz) são frequentemente fundamentadas em três elementos essenciais: (1) diplomático e político; (2) militar (capacetes azuis) e; (3) humanitário. Ainda assim, somente a ONU está nos três pilares ao mesmo tempo, por meio do representante exclusivo do Secretário-Geral (pilar político), mantenedores da paz (pilar militar), e as agências especializadas como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (pilar humanitário). Conseqüentemente, é fundamental aprimorar a coordenação das relações entre os múltiplos atores das Nações Unidas (UN) e outros que podem ser as Organizações não Governamentais (ONGs) ou Organizações Regionais (HATTO, 2014, p. 510).

Essa mudança foi feita devido aos fracassos das operações de manutenção da paz da segunda geração, como por exemplo, na Ruanda, Somália e a ex-Iugoslávia. Assim, a ONU aprendeu lições com seus erros e se adaptou às novas realidades das operações da segunda geração da paz. Por isso, trata-se de fortalecer suas próprias capacidades e colaborar com as organizações regionais caso disponham de meios para praticar a manutenção da paz (DAVID, 2006, p. 308).

É nesse sentido, surgiu a terceira geração de operação da paz, que é uma continuação da operação de manutenção da paz da segunda geração, enfatizando algumas de suas características. Nesse sentido, a imposição da paz torna-se a pedra angular das operações de terceira geração, acompanhada por uma preocupação particular com a reconstrução da paz. A maioria das operações agora são realizadas em estados implodidos. Como resultado, o desdobramento das operações ocorre sem necessariamente o consentimento das autoridades estaduais. Além disso, a condução dessas operações de imposição da paz é de responsabilidade de organizações regionais e não as Nações Unidas, estas últimas, entretanto, oferecendo seu apoio ao estabelecimento dessas operações (DAVID, 2006, p. 309). Alguns

exemplos de operações da terceira geração: uso da força pelos Estados Unidos (EUA) no Haiti em 1994, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Bósnia em 1995, OTAN em Kosovo em 1999, Austrália em Timor Leste em 1999, OTAN no Afeganistão em 2001 (IDEM).

Segundo Ramon Blanco (2014, p. 290), não se pode compreender o aparecimento do processo de construção do Estado sem entender o conceito da fragilidade do Estado. Desta forma o autor destacou que em um espaço mundial como aquele em que estamos vivendo no qual a “fragilidade” do Estado simboliza preocupação, não é por acaso que a construção do estado tenha se transformando em um processo fundamental nos empenhos de construção da paz. Assim, a construção do Estado tornou-se um mecanismo necessário para examinar as inquietações acerca da segurança internacional, as aspirações da expansão e da modificação de conflitos violentos. Consequentemente, a construção do Estado transformou-se em um dispositivo crucial da paz na agenda internacional contemporânea no contextos pós-conflito (IBIDEM).

É neste contexto que (PARIS e SISK, 2008, p. 1-2) destaca que a construção do Estado é uma ferramenta essencial das operações de construção da paz, baseada no reconhecimento de que a obtenção de segurança e desenvolvimento nas sociedades que emergem da guerra civil dependem em parte, da existência de instituições governamentais capazes, autónomas e legítimas. Ademais, a construção do Estado requer o fortalecimento ou reconstrução de instituições de governação que têm capacidades de favorecer segurança física e econômica aos cidadãos. Em concordância com os autores, durante os anos precedentes, as operações de construção da paz propendiam à dependência de resultados momentâneos: Eleições rápidas e o aumento da privatização, simultaneamente em que se prestava pouca atenção à construção das bases institucionais para o desempenho dos governos e mercados pós-guerra (PARIS e SISK, 2008, p. 1-2).

O então Ex-Secretário da ONU Kofi Atta Annan (1998, p. 55), enfatizou as grandes dificuldades que a organização tem que enfrentar, quando se refere a tomada de decisões, sobre escolher ou não partido nos conflitos internos de um Estado. Visto que a peça fundamental do sistema internacional é a consideração não só à soberania e integridade territorial como também autonomia política estatal. Annan, (1998, p. 55), avança na sua análise para explicar que, em razão à própria concepção de certos princípios básicos nas relações internacionais, tais como os da soberania do Estado e da não intervenção, para o Ex-Secretário-Geral, o legado de soberania passasse muitas vezes por maior modificação,

considerando que uma observação diferente, pelo qual a soberania não é simplesmente entendida de poder, mas como também dilema de responsabilidade (ANNAN, 1998, p.57).

Nesse ponto de vista, as reflexões apresentadas em documentos subsequentes, incluindo o Suplemento da Agenda para a Paz (1995), o Relatório Brahimi (2000), Operações de Manutenção da Paz da ONU: Princípios e Diretrizes (2010) e Construção da Paz: orientação (2010) evidencia esta ideia de interação: “As operações de paz são raramente limitadas a um tipo de atividade, e as linhas entre a prevenção de conflitos, a pacificação, a manutenção da paz, a construção da paz e a imposição da paz são cada vez mais indefinidas segundo o relatório de 2008”. Nesse sentido, em 2010 a ONU continuou implementando novas estratégias e ferramentas nas operações de construção da paz com objetivos de construir uma paz que vai além da extrema desapareição do conflito armado. Por conseguinte, na sequência será discutida o processo de construção da paz ao longo desse período, no contexto de operações de paz multidimensional da ONU.

2.2.3 Construção da paz durante a década de 2010

A construção da paz é entendida como uma ferramenta preventiva, essencial para “apagar as consequências” do conflito e reduzir consideravelmente o risco de uma retomada das violências (ONU, 2010, § 53)²⁰. Além disso, a manutenção e a construção da paz são compreendidas como “parceiros inseparáveis e os Capacetes Azuis são considerados como os primeiros agentes da construção da paz, uma vez que a operacionalização da operação de construção da paz não pode ser realizada sem a manutenção e esta não pode ter uma estratégia de saída sem a primeira” (ONU, 2010, § 13)²¹. Tendo tudo isso em mente, pode se dizer que a ideia central é, portanto, uma continuidade entre as chamadas paz negativa e a paz positiva, bem como, a estabilização e o desenvolvimento e entre a prevenção estrutural e a construção.

Sendo assim, a construção da paz é o mesmo termo que vai transformando de entendimento engloba medidas direcionadas a reduzir os riscos de uma retomada do conflito e lançar as bases para o desenvolvimento sustentável, em particular mediante ao fortalecimento das capacidades nacionais para a gestão de conflitos em todos os níveis. Assim, é um processo longo e complexo que procura criar as condições para uma paz duradoura. Suas atividades visam às raízes estruturais dos conflitos armados através de uma

²⁰ Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver ONU, 2010, § 13.

²¹ Para um entendimento mais amplo sobre isso, ver DOYLE, 2005, p. 463-466.

abordagem abrangente (DPKO, DAM, 2008, p. 19). As medidas de construção da paz concentram-se em questões que afetam o funcionamento do estado e da sociedade. É nesse sentido que eles procuram aumentar a capacidade do Estado de desempenhar suas funções fundamentais com eficácia e legitimidade (IDEM).

Na compreensão de Edward Newman (2013, p. 142), as operações de construção da paz têm como principais tarefas, a prevenção à reincidência de conflitos graves e o fortalecimento de uma paz duradoura e autossuficiente, bem como a construção de uma sociedade imperturbável e de uma estabilidade na ordem internacional. Assim, na atuação destas operações, eles desempenham tarefas que envolvem a garantia a segurança, o desenvolvimento, a ajuda humanitária e o endurecimento da governança bem como, o Estado de Direito. Essas atividades segundo Newman abrangeram o apoio ao crescimento econômico e regulamentação, incentivo e simplificação das condutas democráticas, consolidação das instituições de justiça e legislação, robustecimento de fornecimento de funções governamentais, suporte à sociedade civil, promover direitos humanos e conciliação, respondendo às solicitações da reforma agrária e, em determinados casos, apoiando a reforma constitucional (IDEM, 2013, p. 142).

No entendimento do Roland Paris (2004, p. 19), a construção da paz envolve determinados elementos para o desenvolvimento de direitos civis e políticos como: a organização e administração de eleições democráticas, que é uma das atividades frequentemente desenvolvida pela ONU na atuação de uma operação de paz. Nesse sentido, Roland Paris (2004, p. 19) apontou que isso ajuda na preservação da realização das eleições de maneira segura e contribui também para a preparação de um projeto de lei nacional, o treinamento ou aperfeiçoamento de agentes policiais e judiciais em conduta apropriada para servidores do Estado em uma democracia liberal. Como também, a narrativa dominante sobre a efetivação do fortalecimento de instituições independentemente da “sociedade civil” bem como, a renovação de entidades que anteriormente lutavam pela modificação de setores partidários políticas democráticas; o estímulo de crescimento de economias de livre mercado suprimindo obstáculos à livre movimentação de capitais; e encorajamento a instalação de um partido político democrático no interior e no exterior das fronteiras de um país; promovendo o fortalecimento das empresas privadas, por fim, a diminuição do protagonismo do Estado na economia (IBIDEM). Todas essas ações multidimensionais sublinham a construção de instituições políticas democráticas, bem como a importância que o desenvolvimento econômico apresenta para a estabilização do Estado pós Conflitos.

O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adotou a Resolução nº 2086 com a finalidade de descrever seu entendimento acerca da construção da paz multidimensional, fornecendo assim uma lista de elementos que podem ser incorporados nos mandatos destas operações (CSNU, 2013, PARÁGRAFO 8; ONU, 1995, P. 533). Neste sentido, o CSNU aponta uma grande variedade de questões que tais operações possam ser mandatadas para abordar, entre as quais “segurança e proteção básica”; desarmamento e desmobilização das forças de guerrilha, acompanhados da destruição de suas armas e reintegração de ex-combatentes à vida civil; “reforma do setor de segurança”, “processo de remoção de minas”; “construção da paz e processos políticos inclusivos”, “assistência humanitária” às pessoas necessitadas com um foco particular nos segmentos mais vulneráveis da sociedade; “direitos humanos” para o bom funcionamento da democracia, evitando a violação dos direitos e liberdades da população e “proteção de civis” sob ameaça iminente de violência física, dentro de suas capacidades (CSNU, 2013, parágrafo 8; ONU, 1995, p. 533).

Bellamy, Williams e Griffin (2010, pp. 279-283) constatam que estas funções não podem se tornar concretas, sem levar em consideração que as operações de construção da paz são de cunho militar, encarregadas de garantir a segurança da sociedade civil, das entidades estrangeiras no território e de indeterminadas atividades de controle. Porém, são conduzidas por agentes internacionais, coordenados pela reestruturação institucionalizada e pela governança de comunidades destruídas por guerras. O conjunto de tarefas de estabilização visa a transformar o conflito de curta duração numa forma de confronto desmilitarizado entre os protagonistas, de forma a promover o cumprimento das condições necessárias para uma solução definitiva em longo prazo, visto que os conflitos têm consequências em todos os aspectos de uma sociedade como coesão social; segurança; educação; serviços de saúde; instituições políticas, sociais, judiciais e militares e entre outros. Por isso, todos esses pontos devem ser levados em conta na fase de reconstrução. Neste âmbito, os processos de construção da paz pressupõem a instauração de um local interno que seja seguro, tranquilo e autossuficiente, fundamentalmente por meio da harmonização doméstica, e da reconstrução nacional pós-conflito, infraestrutura e a reformulação ou construção de instituições públicas locais. Em outras palavras, a reconstrução do Estado em sua totalidade (IBIDEM, 2010, p. 257).

Diante disso, Ramon Blanco (2014, p. 301-303) por sua vez, apresenta a narrativa dominante sobre os processos de *State-building* (construção do Estado) que se concentram na construção de instituições assim também o aparelhamento de governança que viabilize os

Estados dilacerados diante de conflitualidades a realizarem suas principais funcionalidades, proporcionando proteção social, econômica e física, para seus habitantes e regulamentando seus relacionamentos com o sistema estatal com propósito de apoiar na prevenção do surgimento de outros tipos de confrontos.

As ações das operações de paz multidimensionais são operacionalizadas sob o Capítulo VII da Carta, e têm por finalidade auxiliar a implementação de um acordo para alcançar uma paz duradoura. Nesse contexto, essas operações têm ordinariamente funções centrais: a criação de um ambiente protegido e estabilizado, fortalecendo simultaneamente a competência do Estado para garantir a segurança com observância dos direitos humanos e do Estado de Direito para viabilizar o procedimento político mediante diálogo e à reconciliação, bem como para ajudar o fortalecimento de instituições legítimas e eficientes, para estabelecer um marco em que a ONU e os demais atores internacionais desenvolvam suas funções de forma organizada e consistente (DOMP, DAM, 2008, p. 25).

Para Ramon Blanco (2014, p. 299), a construção da paz é um termo que envolve diversas tarefas no que diz respeito de operações de paz desta espécie, como por exemplo, a criação de trabalho, a deslocamento de refugiados e desalojados, a operacionalização de processos de desarmamento, desmobilização e reintegração de antigos guerrilheiros e a implementação de regimes de justiça. Nesta compreensão, os processos de state-building são uma parte das atividades que integram ações mais amplas da construção da paz, direcionados à recuperação e treinamento do serviço civil e administrativo, ao aprimoramento da gerência no âmbito de finança, à formação dos poderes executivo, legislativo e judiciário para o desempenho do governo e, uma de suas particularidades, a gestão das ligações do Estado com a sociedade civil (idem, 2014, p. 298-299).

De acordo com Oliver Richmond (2004: 131), o consenso moderno acerca da construção da paz constitui um diálogo e um exercício emergente, abrangendo medidas visando a melhorar o conflito através de enfoques como ajuda humanitária, manutenção da paz, resolução de conflitos, elaboração de estratégias que incluam diversos atores em um processo multidimensional, mediação entre outros. Isso pode ser compreendido também como construção da paz pós-conflito, visto que é uma operação que integra componentes humanitários, políticos, econômicos, sociais e administrativos.

2.2.4 Operações de paz de Estabilização da ONU

A estabilização é uma abordagem utilizada para mitigar crises, promover a autoridade política legítima e estabelecer as condições para a estabilidade a longo prazo, utilizando as ações civis e militares abrangentes para reduzir a violência, restaurar a segurança e pôr fim à violência social agitação económica e política (NATO, 2015, p. 1). Nesse sentido, a reconstrução é o processo de reconstrução de infraestruturas físicas e de restabelecimento de instituições governamentais ou societárias que foram danificadas durante a crise. Estas atividades devem centrar-se na atenuação das fontes de instabilidade que fomentaram a crise em primeiro lugar, e devem ajudar a lançar as bases para a estabilidade em longo prazo (IBIDEM). Essas operações são necessárias após um conflito ou em caso de colapso de um Estado.

A conceituação de estabilização, pode ser definida também como “o apoio na transferência do controle territorial dos grupos rebeldes para as autoridades legítimas” (GORUR, 2016, p. 5). Em termos concretos, as funções são quase as mesmas das operações de manutenção. A principal diferença é que as operações de estabilização são capazes de combater efetivamente grupos armados e, se necessário, conter uma escalada de conflito. Assim, as operações de estabilização devem ser combinadas com as forças de combate para garantir uma segurança estável.

As operações de estabilização são classificadas dentro do estabelecido Doutrina Conjunta dos Aliados como não-artigo 5º (NA5CRO), podem ser conduzidas na sequência de uma operação ao abrigo do Artigo 5º ou de outras importantes operações de combate. De modo igual, as operações podem ser realizadas ao mesmo tempo ou em conjunto com outra NA5CRO (NATO, 2010, pp. 2-9). Sua função é restaurar a ordem, criar e manter um ambiente onde os serviços públicos possam ser restaurados e a infraestrutura civil reconstruída, a fim de trazer a restauração de um governo civil.

Estabelecer um ambiente seguro e estável para garantir a área imperturbável; auxiliar na restauração da segurança pública com finalidade de estabelecer um ambiente que esteja livre de perigo; dar suporte à governação e ao desenvolvimento a fim de satisfazer as necessidades básicas da população; ajudar na recuperação e no crescimento de infraestruturas; ajeitar o ambiente para permitir às autoridades da nação hospedeira e às organizações civis a desenvolverem as suas atividades com êxito (Gonçalves, 2014, p. 22). Por esse ângulo, as operações de paz de estabilização podem ser entendidas como um

processo para proporcionar a consolidação da autoridade política nacional, a criação de condições de estabilidade, usando ações civis e militares para alcançar a paz duradora.

Entre essas operações da ONU estão a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH); Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO); Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) e a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). É importante dizer que as operações de estabilização da ONU não conseguiram alcançar seus objetivos de maneira efetiva nesses países. Corroborando com isso, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres destacou que: “Todos nós sabemos que as operações de manutenção de paz das Nações Unidas encaram sérios desafios, particularmente nos quatro maiores desdobramentos: Mali, República Democrática do Congo, República Centro Africana e Sudão do Sul” (UNSG, 2018, p.2).

2.3 CONCLUSÃO

Neste Capítulo, foi apresentado um debate aprofundado sobre as operações de paz da ONU, e a forma como a ONU atua na prática com objetivo de acelerar e manter o processo de recuperação de uma região recém liberta de um conflito. Além disso, foi mostrado que, as operações de paz da ONU são os principais aparatos racionais e legais para a resolução de conflitos que ameaçam a paz e a segurança internacionais. Conforme se apresentou na primeira seção do capítulo, as operações de manutenção da paz da ONU surgiram durante a Guerra Fria e podem ser entendidas como uma totalidade de ações práticas não violentas que de repente são utilizadas, antes, ao longo ou após um conflito inter ou intra Estados, desdobradas em campo por um pessoal militar-civil armado e especializado (BRUGNOLLI, 2014, p.7). A manutenção da paz está ligada à determinação de “intervenção de forças neutras e levemente armadas, seguidas de uma interrupção das hostilidades bélicas, com a permissão do Estado em cujo território essas forças são implantadas, com propósito de desencorajar o ressurgimento de conflito militar, promovem” (DIEH, 1993, p. 13).

O período pós-conflito é acompanhado por uma operação militar realizada pela ONU ou pela uma potência regional. Por isso, nesse espaço de tempo, a paz relativa deve ter sido restabelecida, ou ao menos as guerras civis e as operações ao longo deste período deveriam poder ocorrer em um ambiente parcialmente seguro. Contudo, os confrontos intraestatais

diferenciam-se dos interestatais na forma de que as partes, e nem sempre claramente identificáveis, dificilmente podem ser separadas e, conseqüentemente, os episódios de violência podem reaparecer a qualquer momento. Dessa forma, se destacou na segunda seção, o pós Guerra Fria que foi definido pelo aumento de guerras civis e outros conflitos armados interestatais que representavam uma grande ameaça para a paz e a segurança mundial, gerando aflição humana. E a ONU modificou sua atuação e ampliou suas operações de campo, de missões “tradicionais”, promovendo trabalho de observação desenvolvido por pessoal militar, tornando-se empreendimentos polivalentes complexos.

As operações de manutenção e construção da paz se baseiam praticamente em conflitos domésticos. Isto, no entanto, resulta em uma alteração na idealização das operações de manutenção da paz como mandato da missão, seleção dos atores e finalmente a maneira das intervenções. Neste sentido, ao longo das discussões expostas na primeira subseção do capítulo, o final da década de 1980 e o início de 1990 foi marcado pela fase de fortalecimento de certas atividades da ONU no âmbito da manutenção da paz e da segurança internacional. E o aumento no número de operações de manutenção da paz aconteceu juntamente com o aumento do objetivo da operacionalização do CSNU. Assim, entende-se que os termos de paz e de segurança evoluem de sua conceituação tradicional para uma mais ampla. A paz, não representa mais a inexistência de conflitos e a sua manutenção ultrapassa o fim dos confrontos. A resolução sustentável de conflitos implica então fortalecimento institucional, a desmilitarização, o fim dos problemas econômicos estruturantes, a democratização, bem como a reformulação das instituições judiciais e a proteção dos direitos humanos.

Portanto, as principais operações focadas na operacionalização da paz tiveram suas premissas a partir da Segunda Guerra Mundial focada na segurança internacional. Posteriormente com a Guerra Fria as operações voltadas para a condução da paz tiveram avanços, atendendo a especificidade de elementos condicionantes, como o *peacekeeping*, *peacemaking*, *peacebuilding* e *Peace-enforcement*. Essas operações são voltadas para a garantia da paz, entretanto é fundamental considerar as especificidades dos conflitos, que podem alterar o êxito das atividades.

Nas duas últimas subseções do capítulo, foi destacado como a construção da paz começa a tomar forma por meio de operações de manutenção da paz, que são inseridas no campo como resultado dos acordos de paz que foram feitos. Além disso, foi descrevendo a forma pelo qual o processo de construção da paz multidimensional requer um compromisso de longo prazo, e uma abordagem mais sofisticada. Isso está relacionado ao processo de

construção do Estado e à construção da paz. O primeiro tem três esferas: política; econômica e segurança, que são interligadas. Neste contexto, para que o processo de construção do Estado seja viável, precisa ter um local seguro, que permita o fortalecimento econômico e, em sua criação e consolidação institucional, a estabilização e o desenvolvimento duradouro dos Estados.

E o segundo processo envolve diversas tarefas no que diz respeito a operações de paz desta espécie, como por exemplo, a criação de trabalho, o deslocamento de refugiados e desalojados, a operacionalização de processos de desarmamento, desmobilização e reintegração de antigos guerrilheiros e a implementação de regimes de justiça (BLANCO, 2014, p. 299). Por fim, foi salientado, que as operações de paz de estabilização como um processo para proporcionar a consolidação da autoridade política nacional, a criação de condições de estabilidade, usando ações civis e militares para alcançar a paz duradora. E sua função é restaurar a ordem, criar e manter um ambiente onde os serviços públicos possam ser restaurados e a infraestrutura civil reconstruída, a fim de trazer a restauração de um governo civil.

CAPÍTULO 3- A COLONIALIDADE DE PODER NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI

Esse capítulo tem como objetivo de apresentar a colonialidade de poder na operacionalização da MINUSTAH. Ao longo deste capítulo, é demonstrado como que a matriz de poder colonial é operada através dos seus três elementos: o reestabelecimento da segurança doméstica, a reestruturação política e a salvaguarda dos direitos humanos, e ainda a perpetuação de uma relação de dominação de poder colonial no território haitiano ao longo de seus 13 anos de atuação no país.

Este capítulo está estruturado em quatro seções. A primeira examina as intervenções da ONU antes da MINUSTAH. Nesta seção, é feita uma breve contextualização sobre o fato que levou as intervenções militares da ONU no Haiti, em seguida será destacada a operacionalização de cada uma dessas operações antes da chegada da MINUSTAH. Evidência, também, como que após o encerramento de uma operação de paz da ONU já tem determinada a próxima operação semelhante aos propósitos da anterior. Ademais, mostra as suas justificativas de ter permanecido no país, algumas vezes por ter sido solicitado, em outras porque definiu sua presença como indispensável para a democratização, como no caso do Haiti.

A segunda seção é sobre a hierarquização racialização na MINUSTAH, que é fundamental para a compreensão do objeto da pesquisa. Nessa seção, é descrita a explicação e o fundamento implícito ao envio da MINUSTAH no Haiti, que o racismo e a raça são seus componentes centrais. Além disso é apresentada como a hierarquia de dominação da supremacia branca da colonialidade, servir como uma ferramenta organizacional, na atuação da MINUSTAH. Sendo que a operação da ONU representava a divisão internacional do trabalho da matriz moderna/colonial. Por ser da raça negra, já era lhe determinada o tipo específico de trabalho, que integram a classe de salários não qualificados e a mão-de-obra barata.

Em seguida, é evidenciada a questão das matrizes de poder colonial na atuação da MINUSTAH. Nessa seção, é descrito o racismo sistêmico e a questão de raça, bem como as várias formas de discriminação desde a colonização que as vítimas do Haiti enfrentam no sistema internacional e principalmente pelo norte global, em uma longa história de distanciamento e de construção do Haiti como “Outro”. Com objetivo de mostrar o resultado da operacionalização da MINUSTAH, o processo foi enraizado no eurocêntrico e perpetuado

em um contexto de supremacia branca. De um lado, são analisados os 5 elementos-chaves da matriz de poder colonial na atuação da MINUSTAH: (1) controle da economia; (2) controle da autoridade; (3) controle do meio ambiente e dos recursos naturais; (4) controle do gênero e da sexualidade; e (5) controle da subjetividade e do conhecimento. De outro lado, é enfatizada também a ajuda humanitária por parte da MINUSTAH e das ONGs, que servem como uma ferramenta para a dominação da primeira república negra da América, e assim desconhecendo claramente os baseamentos éticos. Isso deixou o país à mercê das decisões dos países doadores. Em consequência disso, seus problemas não foram resolvidos, o que resultou no aumento da pobreza, migração e da violência. O capítulo é finalizado com o entendimento dos haitianos sobre a MINUSTAH, o foco dessa seção é descrever como que a população haitiana contrapõe com a presença desta intervenção militar no país por meio de manifestações direitas e indiretas.

3.1 AS INTERVENÇÕES DA ONU NO HAITI ANTES DA MINUSTAH

A MINUSTAH não foi a primeira ocupação militar estrangeira no Haiti, além da época colonial francesa, especificamente, a história política do Haiti foi marcada por uma ocupação militar norte-americana por mais de dezenove anos, de 1915 a 1934 (MORGANT, 1998, p.140). Desse modo, pode-se dizer que isso marcaria o controle de Washington sobre o Haiti, e principalmente a grande influência no que se refere aos rumos políticos até hoje. Cabe aqui a colocação do Castor Suzy (1988, p. 24) de que no começo do século XX, os interesses estrangeiros no Haiti se tornam um fator preponderante na vida nacional, a política das grandes potências ocidentais foi ditada pelos interesses dos seus cidadãos estrangeiros americanos e europeus em conjunto com as elites locais.

Nesse sentido, “a política sempre foi no Haiti o instrumento de dominação de uma oligarquia cheia de ambição e sede de poder que, para melhor se enriquecer, se apoderou do aparelho de Estado” (RAYMOND, 1992). Frantz Fanon já havia apontado isso, “nos países subdesenvolvidos a burguesia adquire sua base econômica por meio de atividades representativas de interesses estrangeiros e em nível local por meio da privatização de recursos públicos” (FANON, 1978, p. 95).

Após o fim dos Governos autoritários de papa Doc (1957-1971) e Beby Doc (1971-1986), o governo de fato que tomou o poder não seguiu o rumo para uma mudança constante no avanço da democracia no país. Em virtude, dos legados que foram postas pela dominação

de poder colônias, acompanhado de: brutalidade, opressão, exploração e pilhagem. Assim, torna-se impossível a primeira república negra seja um Estado independente (MORGANT, 1998, p.140-141).

Em dezembro de 1990, na primeira eleição democrática na história do país, Jean-Bertrand Aristide foi eleito como presidente do Haiti com 67% dos votos da população haitiana (VALLER FILHO, 2007, p. 146). Essa eleição presidencial pode ser interpretada como o fechamento da era da ditadura, de golpes, bem como a intranquilidade no Haiti. Entretanto, a decisão da comunidade internacional em proceder uma intervenção militar na primeira república negra ganha espaço no momento pós-guerra fria quando, em 1991, Jean Bertrand Aristide sofre um golpe militar que o derruba do poder, causando constantes intervenções da Organização dos Estados Americanos (OEA). Assim, a primeira foi a Resolução 2/91 da OEA, que estabeleceu a Missão Interamericana Civil conhecida (OEA-DEMOC), com finalidade de restabelecer e fortalecer a democracia constitucional no país (PONGNON, 2013, p. 22).

Aceleradamente a crise política haitiana ocupa lugar na agenda de debates da ONU e em 11 de outubro de 1991, aprovou a Resolução A/RES/46/7, denominada “a Situação da Democracia e dos Direitos Humanos no Haiti”, que ordenava a urgência de restauração do pleno direito constitucional democrática do governo Aristide. Em dezembro do mesmo ano, com o grande aumento da migração e os refugiados haitianos, a ONU sancionou outra resolução intitulada: Direitos Humanos no Haiti (A/RES/46/138). Por conseguinte, essas resoluções adotadas entre 1991 e 1993 sobre direitos humanos, permanecem em um conjunto de normas (POLIGNY, 1998, p. 144). Ademais, o único apoio visível foi feito com a resolução A/RES/47/20/B, adotada em 20 de abril de 1993, que, entre outras coisas, possibilitou a participação da ONU na MICIVIH (Missão Civil Internacional), ao lado da OEA. Essa missão tem como objetivo promover o armistício interno e o respeito aos direitos humanos, bem como cooperar para a abertura de um diálogo político entre autoridades do país, com a intenção de criar um “Governo de Reconciliação Nacional” (A/RES/47/20/B).

O componente de direitos humanos pelo qual a Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH) é responsável tem sido criticado por sua ineficácia em lidar com questões que têm menos a ver com respeito aos direitos humanos. Os dois anos que antecederam a tomada da pasta pelo Conselho de Segurança foram marcados por um vazio desanimador do lado da ONU. (MORGANT, 1998, P.144). Com a Resolução 867 do Conselho de Segurança, de 23 de setembro de 1993 (S/RES/867) foi estabelecida a Missão das Nações Unidas no Haiti

(MINUHA) que chegou em setembro daquele ano e permaneceu até junho de 1996. Esses esforços da comunidade internacional e a intervenção militar americana para devolver Aristide ao poder em 1994 inaugurou uma era de envolvimento internacional no país caracterizado por períodos de fracasso do governo e estados de emergência. De volta no país, com a ordem do governo norte americano Aristide dissolve as Forças Armadas e os Golpistas não foram punidos (S/RES/867).

Para Franck Seguy (2014, p. 96-97), muitas operações de paz da ONU se alternaram no Haiti no final deste século com propósito de deixá-lo preparado para subsequente intervenção militar. Apesar disso, sua demonstração de resultado consistiu na privatização das empresas públicas consideradas as mais rentáveis, impulsionando, assim os jovens trabalhadores se aposentam antecipadamente, sob o pretexto de sua saída voluntária (SÉGUY, 2014, p. 96-97). Além disso, os refugiados haitianos são frequentemente expulsos da República Dominicana como também repatriados cotidianamente pela Guarda Costeira dos EUA. De um lado, a maioria deles procura desenvolver algumas atividades como camelôs nas calçadas do capital do país com finalidade para fugir um pouco do desemprego, e de outro lado outros (as) radicalizam-se na inatividade (IBIDEM).

Mediante da Resolução (S/RES/841) de 1993, o CSNU decretou um embargo de combustível e de encaminhamento de armas como também congelou os bens do país no exterior (Muñoz, 1995, p. 26). De acordo com Waldimir Valler filho (2007, p. 181), esse embargo ao Haiti, tem como consequências o adensamento da crise socioeconômica haitiana que já existiu. É necessário lembrar que:

O embargo da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o Haiti após o golpe de Estado de 30 de setembro de 1991 foi confirmado duas vezes: em novembro de 1991 e em outubro de 1992. Foi também objeto de cinco resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: a resolução 841, adotada em 16 de junho de 1993, levantada em 27 de agosto (resolução 861) após o Acordo de Ilha do Governador (de 3 de julho de 1993) e votada novamente (resolução 873) em 13 de outubro de 1993, e a resolução 917, de 6 de maio de 1994, que entrou em vigor em 22 de maio. Finalmente, em 29 de setembro de 1994, o Conselho de Segurança votou a favor do levantamento do embargo contra o Haiti. Esta resolução (resolução 944) entrou em vigor com o retorno do Presidente Aristide em 15 de outubro e após os três líderes militares terem deixado o país²² (CORTEN, 1994, p.672, tradução nossa).

²² Tradução livre do autor. no original: “L'embargo contre Haïti décrété au lendemain du coup d'État du 30 septembre 1991 par l'Organisation des États américains (OEA) a été confirmé à deux reprises: en novembre 1991 et en octobre 1992. Il a fait également l'objet de cinq résolutions du Conseil de sécurité des Nations Unies: résolution 8412 votée le 16 juin 1993, levée le 27 août (résolution 861) suite à l'accord de Governor's Island (du 3 juillet 1993) et votée à nouveau (résolution 873) le 13 octobre 1993, résolution 9173 du 6 mai 1994 entrant en application le 22 mai. Enfin, le 29 septembre 1994, le Conseil de sécurité votait la levée de l'embargo contre

Por esse ângulo, o CSNU destaca que a Resolução 841 representa uma circunstância exclusiva e extraordinária, mas o Presidente do CSNU reconheceu que a determinação não representa uma prévia (S/RES/841). Neste contexto, Barceló Muñoz (1995, p. 27) por sua vez aponta que esta crise interna está completamente relacionada com a suspensão democrática, assim resultou nos graus de violentas por parte CSNU. Logo depois, o golpe de Estado de 30 de setembro de 1991 surgiu na agenda da Assembleia Geral da ONU no contexto geral mais políticos voltados a auxílio ao processo eleitoral, acompanhando a solicitação do Presidente da interino, Ertha Pascale Trouillot, designada logo após o afastamento do General Avril. Porém, foi apenas posteriormente ao golpe de Estado de 30 de setembro de 1991 que o fato do país foi arquivado de modo convencional na agenda do CSNU pela primeira vez. Pelo mesmo motivo que prevaleceu em 1990, foi adiada novamente pela Assembleia Geral (MORGANT, 1998, p. 141-143). Assim, o Representante Permanente de Cuba na ONU ressalta o comunicado da comitiva dos Países da América Latina e Caribe enviou ao Secretário-Geral no final dos anos 1990. De acordo com esta carta, auxílio ao Haiti não tem nada ver com à paz e segurança internacionais, por conseguinte não deveria ser da capacidade do CSNU. Ademais, muitas vezes os países da região reafirmam esta posição (MORGANT, 1998, p. 139).

É importante frisar que em conformidade com a constrição “les amis d’Haiti”, (os amigos do Haiti) em junho de 1990 os dois partidos por fim assumiram o compromisso para se reunir na Ilha dos Governadores, em Nova Iorque, para outra rodada de negociações (THOMPSON, 2006, p. 58). Para Ian Martin (1994, p. 6) o acordo do Governo Island, que foi preparado por Dante Caputo em consulta com “les amis d’Haiti”, é finalmente assinado por Cédras e Aristide em 3 de julho de 1993. É preciso lembrar que entre outras coisas, pressupõe-se um diálogo entre ambas as partes políticas do país com finalidade de dar consentimento para que o Parlamento possa retomar suas atividades normais, assistência técnica e financeira internacional com objetivo de desenvolver uma nova força policial, modernizar o exército e colocar em prática a reforma administrativa bem como o sistema judicial. (KIRKPATRICK, 2007, p. 124).

Em 29 de Fevereiro de 2004, o CSNU aprovou a resolução no 1529, permitindo o envio de uma Força interina Multinacional (FIM) no país por um período de três meses. Tinha

Haiti. Cette résolution (la résolution 944) entrain en vigueur avec le retour, le 15 octobre, du président Aristide et après que les trois chefs militaires aient quitté le pays” (CORTEN, 1994, p.672).

quase 3 mil militares e a maior parte deles era formada por americanos, além de canadenses, francesa e chilenos. Como justificativa o presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, afirmava que estava mandando os soldados para estabelecer ordem e criar um clima estável no Haiti. Nessa resolução adotada pelo CSNU, são enumerados onze pontos que, referindo o Capítulo VII da Carta da ONU, caracterizavam a natureza dessa operação multilateral provisória (S/RES/1529). Com objetivo de legitimar essa operação, a Resolução 1529 apresenta o país como “constituindo uma ameaça à paz e segurança internacionais”, como também à “estabilidade do Caribe”, principalmente em virtude “ao potencial fluxo de pessoas em direção a outros Estados na sub-região”. Bem como a “deterioração da situação humanitária no Haiti”, que provoca as “perdas de vidas que já aconteceram” e mostrando sentimento de inquietação com a “violência continuada” no Haiti (S/RES/1529).

Neste contexto, torna-se essencial de criar um “ambiente de segurança no país e na região” para assegurar a questão de respeito aos direitos humanos, “incluindo o bem-estar de civis”, e o apoio as tarefas de “missões humanitárias” (CSNU, RESOLUÇÃO 1.529, p. 1). Com finalidade de maximizar seus poderes no Haiti esta resolução destaca que o CSNU já está preparado para estabelecer uma nova operação de paz com prazo máximo de três meses. Tendo isto em conta, em 30 de abril de 2004 foi aprovado a (CSNU, Resolução 1.542, p. 1.) pelo Conselho de Segurança da ONU e mandou uma nova Força militar no país denominado MINUSTAH por um “período inicial de seis meses (IBIDEM)”. Assim, foi substituída à Resolução 1529 e aponta os motivos da continuação da missão: a “existência de desafios à instabilidade política, social e econômica do Haiti”. O que faz utilizando o Capítulo VII, uma vez que o país segue tratado como “ameaça à paz e à segurança internacional na região (CSNU, RESOLUÇÃO 1.542, P. 1).

A justificativa utilizada pelo CSNU a de que querer ajudar o povo haitiano a garantir sua estabilidade política, social e econômica e que a situação que persistia na época no país representava uma ameaça à paz e segurança na região não está de acordo com a realidade que o país se encontrou naquela época (POULIGNY-MORGANT, 1998, p. 17). Porque o Haiti não estava em situação de guerra civil de genocídio e nem crimes contra a humanidade. Logo depois que o presidente Aristide foi exilado foi aprovada a resolução 1529, é como fosse algo que já estava planejado. Essa mesma resolução chama a Comunidade Internacional a “trabalhar com a população Haitiana em um esforço de longo prazo para reconstruir as instituições democráticas do país”, auxiliando na criação “de uma estratégia que promova desenvolvimento econômico e combater a pobreza (CSNU, RESOLUÇÃO 1.529, P. 3).

Além da criação de um “ambiente seguro e estável”, que a reforma do aparato policial haitiano; “processo político”, para a realização de novas eleições sob supervisão da comunidade internacional; e “direitos humanos”, que tem um aspecto que intimida a questão de “fim à impunidade”, sobretudo as violações de direitos e os abusos de mulheres e crianças (CNSU, RESOLUÇÃO 1.542, p. 2-3).

Segundo Pouligny-Morgant (1998, p.17), a crise haitiana não se enquadrava nos pressupostos do Cap. VII da Carta da ONU, de um lado o governo dos Estados Unidos utiliza, esse capítulo para proteger seu território com os fluxos de imigrantes haitianos que estavam migrando na cidade Flórida. E de outro lado, a ONU utiliza o mesmo capítulo para resolver um problema social e política, o que não resultou de um acordo de paz entre os atores. Para confirmar seus argumentos, a autora frisar que aos objetivos da MINUSTAH não estarem corresponder como o capítulo em questão, pois não estar bem definido e isso faz com que não pode dar resultado. Na visão da Pouligny-Morgant:

“A primeira delas diz respeito à avaliação, à partida, que os atores tinham dois objetivos da intervenção da ONU. As dificuldades ligadas ao fato de a ação da ONU ser muitas vezes exercida em um novo quadro, com objetivos variando muito entre o explícito e o implícito, tiveram aqui um papel importante. Com a força multinacional (seguida pela MINUHA), essas ambiguidades foram agravadas pelo fato de o mandato da missão não ter sido modelado em acordos de paz, ao contrário dos cenários usuais da ONU (o que não impede que as leituras dos dispositivos desses acordos sejam altamente variáveis). A isso se deve acrescentar a permanente telescopagem entre: as ambições tão vagas quanto desproporcionais apresentadas pelos oradores (restaurar a democracia), a imprecisão do objetivo central estabelecido para eles (o estabelecimento e depois a manutenção de um ambiente seguro e estável, fórmula sobre cujo conteúdo nunca pode haver consenso, inclusive entre os próprios stakeholders)”²³ (POULIGNY-MORGANT, 1998, P. 34).

Em concordância com Frank Seguy (2014, p.), de 1993 até 2014 o país já conheceu cinco missões de ajuda para a manutenção da paz ou de estabilização: (1) a Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA), (2) a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti

²³ Tradução livre do autor. no original: “Le premier d’entre eux concerne l’appréciation, au départ, que les acteurs avaient des objectifs de l’intervention onusienne. Les difficultés liées au fait que l’action onusienne se soit exercée souvent dans un cadre inédit, avec des objectifs variant beaucoup entre l’explicite et l’implicite, ont joué ici un rôle majeur. Avec la force multinationale (suivie de la MINUHA), ces ambiguïtés étaient aggravées par le fait que le mandat de la mission n’était pas calqué sur des accords de paix, contrairement aux scénarios habituels de l’ONU (ce qui n’empêche du reste pas que les lectures des dispositions de ces accords soient très variables). A cela il faut ajouter le télescope permanent entre : les ambitions aussi vagues que démesurées affichées par les intervenants (“restaurer la démocratie”), le flou de l’objectif central qui leur était fixé (l’instauration puis le maintien d’un “environnement sûr et stable”, formule sur le contenu de laquelle il ne pourra jamais y avoir de consensus, y compris chez les intervenants eux-meme”(POULIGNY-MORGANT.1998:34).

(MANUH), (3) a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (MITNUH) (4) a Missão de Polícia Civil da ONU no Haiti (MIPONUH), e (5) a Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti (MINUSTAH) que completou 10 anos em 1º de junho de 2014.

Conforme foi destacado anteriormente, com o golpe do estado em março de 2004 do então Presidente Jean Bertrand Aristide, com objetivo de criar um ambiente de paz sustentável frente à situação de conflitos que o país estava passando. A ONU foi estabelecer e manda a primeira operação de construção da paz ao Haiti, intitulada MINUSTAH, que teve inicialmente seu mandato temporário que se estendeu para treze anos no solo nacional. Assim, a seção a seguir vai abordar a MINUSTAH onde será fornecer mais detalhes sobre a atuação dessa força militar da ONU.

3.2 HIERARQUIZAÇÃO E RACIALIZAÇÃO NA MINUSTAH

A explanação e o fundamento implícito ao envio da MINUSTAH no Haiti têm na raça e no racismo o seu componente central. Sendo que, a operação da ONU representava a divisão internacional do trabalho de matriz moderna/colonial, a raça negra o determinava a um tipo de trabalho, que integram a massa de salários não qualificados e a mão-de-obra barata (DUMAS, 2011, p. 126). Nessa linha de compreensão, Pressley-Sanon (2014, p. 130-131) destaca que, identifica narrativas com caráter racista e paternalista, reforçando a “infantilidade” da sociedade haitiana e a sua necessidade por ajuda externa, como parte da legitimação ideológica da operação. Pondo-se em evidência, o então representante especial da OEA no Haiti, Ricardo Seitenfus (2016, p. 196-197), sublinha que, nas ações iniciais da MINUSTAH, se identificaram o racismo também nas atividades direcionadas para a invasão e controle das duas maiores “favelas” da República Negra: Cité Soleil e Bel- Air. Nesse sentido, a modernidade/colonialidade e racismo são indissociáveis, visto que funcionam em conjunto para desenvolver uma trama de relações de poder no Haiti.

Seguindo esse argumento, cabe aqui a colocação de Quijano (2005, p. 136), a de que “a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico”. Ao considerar isso, as hierarquias de dominação neocoloniais da colonialidade global podem ser correlacionadas a MINUSTAH, ou melhor, ao objetivo defendido pela MINUSTAH no que diz respeito à (re) construção do Estado haitiano e nas ações de ajuda humanitária desenvolvida por ela. Uma vez que o Haiti está

dependendo de forças políticas e econômicas proveniente externas como por exemplos: EUA e Canadá. Em consequência, ao caos social e a instabilidade política que o país manteve, passaram oferecendo as justificativas necessárias aos atores internacionais para intervirem sob o pretexto para ajudar o Haiti.

Nessa linha de compreensão, as operações de paz da ONU passam de modo transversal por uma lógica racista, de apropriação dos recursos naturais e terras de regiões da periferia global, superexploração de sua imensa mão-de-obra não-branca e repressão violenta daqueles que estão protestando contra essa norma (SÉGUY, 2014, p. 97). Neste contexto, Séguy (2015, p. 523-24) consta que “o racismo se encontra na gênese ontoepistemológica das políticas em pauta no Haiti”. Visto que, no decorrer do terremoto de janeiro de 2010 que devastou a capital do país, as atividades do Estado foram privatizadas, por ONGs e especialmente, a bactéria de cólera importada pelos capacetes azuis nepaleses instalados em uma base da ONU em Mirebalais região sul do Haiti. A bactéria então se espalhou para afluentes do rio Artibonite e em outras partes do país, deixando milhares de mortos.

É nesse mesmo sentido que, Jemima Pierre (2013, p. 113) enfatiza a ideia de que, para entender a “localização estrutural”, no caso o Haiti, e desse “Selvagem”, que abarca o contexto do terremoto em janeiro de 2010, na atualidade, é importante analisar o contexto global da supremacia branca, sua força e sua estrutura. Nesse sentido, a autora foi mais longe ao destaca “é preciso questionar por que o Haiti é necessário para o fortalecimento contínuo da supremacia branca global e dos regimes político-econômicos contemporâneos do neoliberalismo (IBIDEM)”. Além de contribuir para a justificção da intervenção militar e humanitária no Haiti, a alteridade do Haiti é colocada, por Jemima Pierre, como necessária para o estabelecimento de lógicas neocoloniais e neoliberais. Neste contexto, a MINUSTAH é essencial para a salvaguarda do projeto neoliberal que ocidente estabelecido no país, o mesmo prevê que o Haiti mantenha o seu compromisso de ser força de trabalho de baixo custo na divisão internacional do trabalho. De modo efetivo, a desumanização que a matriz colonial de poder impulsiona, é exercido também com a violência física, assédio sexual e estupro, vindos direto do mito da Modernidade, e da falaciosa promessa de estabiliza o Haiti.

Corroborando com isso, foi noticiado pelo *Le Nouvelliste*, em matéria intitulada “*Harcèlement sexuel de soldats de la MINUSTAH*” (“Assédio sexual de soldados da MINUSTAH”), de 28 de novembro de 2005, “os soldados da MINUSTAH estão aproveitando as operações de busca na área para tocar as mulheres (LE NOUVELLISTE, 2005)”. Além dessas acusações, a MINUSTAH foi denunciada por ONGs norte-americanas

por violações de direitos humanos durante as operações de segurança realizadas no bairro de Cité Soleil, segundo a reportagem do Alter Presse, em 18 de novembro de 2005, “*Haiti: Les casques bleus accusés de violation de droits humains*” (“Haiti: os capacetes azuis acusados de violações dos direitos humanos”) (LE NOUVELLISTE, 2005).

De modo igual com le Nouvelliste, em 2005, a Universidade Harvard (EUA), publicou um relatório, denominado “Mantendo a paz no Haiti?”, denunciou ações abusivas cometidos pelos soldados da ONU no solo nacional, também a Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA) do Brasil, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, protocolou em 2011, junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, em Washington, uma demanda judicial contra a ONU, por haver colocado a cólera no país (FADISMA, 2011). Os soldados da base militar da MINUSTAH situada em Mirebalais, no sul do Haiti jogaram dejetos humanos em rios e afluentes da região, causando o surto da doença (cólera) que matou inúmeras de pessoas no país.

Em vista disso, o racismo, define essa operação de paz como protetor da deliberada pureza racial e que, conseqüentemente, produz identidades racializadas que simbolizam a população negra haitiana como perigo para o sistema internacional, o que torna possível e exige a sua eliminação. Assim, as violências produzidas pela MINUSTAH apontam que a necropolítica de Mbembe (2018) e a colonialidade do poder de Quijano (2007) se entrelaçam no significado de quais vidas serão apreendidas no rebato de indiferenciação entre humanidade e barbaridade, em que a violência soberana é executada de maneira total. Já que, a operacionalização da necropolítica e da colonialidade desconhece a vida da população negra haitiana, e sua existência, motivo pelo qual a sua eliminação é autorizada e, sobretudo para eliminar a ameaça que representam.

Para Séguy (2015, p. 523), além da violência direta contra a população negra periférica do Haiti, o racismo aconteceu em outra dimensão na operacionalização da MINUSTAH, no que diz respeito, ao modelamento das instituições e práticas políticas e econômicas do Haiti pelas organizações internacionais vinculadas com a operação de paz da ONU, marginalizando a participação da população nacional. Pelo fato que, as operações são motivadas principalmente pelos interesses dos atores e pela geopolítica externa do Norte. O professor Camille Chalmers por sua vez, sustenta que a MINUSTAH não ajudou o povo haitiano, mas aprofundou a crise. Já que a missão da ONU deixou conseqüências prejudiciais na sociedade haitiana, como: o enfraquecimento das instituições e do governo do país e aos diversos abusos de poder que levaram ao aumento da criminalidade, do sequestro e entre

outros. Por esse ângulo, a seção a seguir aborda as matrizes de poder colonial na atuação da MINUSTAH onde é destacada as várias formas de discriminação, a partir do processo de colonização que as vítimas o Haiti enfrenta no sistema internacional até o fim do mandato da MINUSTAH em 2017.

3.3 AS MATRIZES DE PODER COLONIAL NA ATUAÇÃO DA MINUSTAH

As relações coloniais não acabaram no Haiti com o final da colonização. Elas continuaram em várias outras formas de dominação que foram criados por meio das culturas coloniais como: na produção de conhecimento, nas intervenções militares e com auxílio de ajuda humanitária. Isso quer dizer, mesmo que não haver mais a dominação de maneira formal entre metrópole e colônia, as operações de paz da ONU através dos processos de estabilização e reconstrução do Estado haitiano denotam a manutenção do domínio dos países ocidentais sobre o Haiti na esfera social, econômica, cultural e de conhecimento.

Nesse sentido, a colonialidade do poder permite compreender como as experiências históricas da população haitiana são construídas a partir da imposição duradoura de padrões de pensamento de outros lugares, (QUIJANO, 2005, p. 136), ao introduzir no país, a fé cristã, a exploração dos recursos humanos em nome do capital, a ideia de mercado, a ideia de raças, a ideia de verdade, conhecimento absoluto e a separação de cultura com a natureza. Baseado na classificação social por meio da raça, no que lhe diz respeito, tem “origem e caráter colonial”. Por conseguinte, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) é constitutiva na atuação da MINUSTAH no Haiti, que no passado, foi objeto de conquista das metrópoles ocidentais. Dessa forma, a MINUSTAH objetivando estabilizar o Haiti, expõe essa colonialidade, isso quer dizer contemplando a superação de instabilidade, exercer algum tipo de poder o que é eurocêntrico. Porque, é desse modo, que o processo de construção da paz do mundo pós-colonial se vincula com as relações de poder escravistas; e conseqüentemente hoje a “biopolítica se enreda com a geopolítica” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 161).

De acordo com Franck Séguy (2014, p. 102), “para entender as sociedades rotuladas ‘em conflito’ é preciso procurar compreender o mundo global em que estão inseridas, sem negligenciar, é claro, a luta interna entre as classes sociais”. Sendo assim, a raça, é estabelecida como critério primordial de categorização da população a nível global. Ela é determinada e decidida de forma precisa a hierarquia social e, de modo conseqüente, o posicionamento centralizado do poder europeu. Este modelo de classificação possui “origem

e caráter colonial, porém provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo” (QUIJANO, 2005, p. 117). É nesse sentido que Seguy (2014, p. 102) destaca que no mundo que estamos vivendo é conduzido pela lógica da colonialidade, independentemente da superpotência que guia a dança que seja Espanha, França, Inglaterra ou Estados Unidos (SEGUY, 2014, p. 102). Visto que a raça é um dos elementos que faz com que a operacionalização da colonialidade seja possível (PEREIRA; BLANCO, 2021, p. 183). Assim, não é por acaso que a colonialidade tem sido operado na operacionalização da MINUSTAH.

Para melhor compreensão sobre o modo pelo qual a colonialidade tem operado na MINUSTAH, torna-se fundamental utilizar a proposta do Walter D. Mignolo (2010, p. 12), a de que a matriz de poder colonial é “uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” que formam uma estrutura de poder simbólica e prática composta por esferas como a: (1) controle da economia; (2) controle da autoridade; (3) controle do meio ambiente e dos recursos naturais; (4) controle do gênero e da sexualidade; e (5) controle da subjetividade e do conhecimento. Esta matriz de poder colonial engloba múltiplas dimensões da própria vida e todas as dimensões da própria existência (MIGNOLO, 2010, p. 12).

Nessa linha de compreensão, o controle da economia está relacionado com à exploração e apropriação do excedente econômico do país e deu existência ao desenvolvimento econômico aos países imperialista, tendo como resultado o desenvolvimento do capital de empresas que se converteram em multinacionais e aumentaram seu controle financeiro para além de suas superfícies. Essa prática, pode ser percebida nos acordos comerciais que foram assinados durante o período da atuação da MINUSTAH, por exemplo, em dezembro de 2006 foi adotada a *Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act (HOPE I)* Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti através do Incentivo de Parceria, cujas regras oferecem acesso preferencial ao mercado dos EUA à produção industrial de vestuário realizada no Haiti (SEGUY, 2014, p. 68). Sendo assim, a estrutura básica da economia ainda é baseada na exploração dos negros e na exclusão, o sistema colonial também persiste na vida econômica.

Nos argumentos de Seguy, essa Lei habilitou a isenção de imposto (sem pagamento de taxas) para uma cota de importação de vestuários do Haiti para os Estados Unidos ou de outro país que seja parceiro comercial. Logo depois vencer a primeira Lei surgiu a Lei HOPE II que estendeu as preferências mencionadas anterior por 10 anos, ampliou a cobertura da isenção de direitos para mais produtos de vestuário e simplificou as regras, tornando-as mais

fáceis (SEGUY, 2014, P. 68). Essa medida explica a escravização econômica, que é a privação da independência econômica do país e a exploração brutal da mão de obra da classe trabalhadora.

Para melhor entendimento dessa primeira esfera é importante dizer que a presença da MINUSTAH no solo nacional expõe de uma ocupação mais profunda e sutil que se destila na real tomada política e econômica do Haiti. Lembrando que foi ao longo da atuação da MINUSTAH que o Haiti recebeu ajuda externa no nome da cooperação internacional, para o desenvolvimento econômico e social do país, mas estas políticas comerciais dos países doadores têm sido muitas vezes contraditórias. Por exemplo, muitos acordos comerciais favorecem a dependência alimentar e limitam a capacidade produtiva do Haiti. Exemplificando, com a autocrítica do Bill Clinton, copresidente da Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti (IHRC), em 2010, “o ex-presidente Clinton pediu desculpas publicamente por forçar o Haiti a reduzir as tarifas sobre o arroz subsidiado pelos EUA durante seu mandato” (DEMOCRACY NOW, 2016). Assim, os EUA é o principal responsável pela devastação da economia do arroz do Haiti, o que moveu à ruína agrícola e ocasionou a saída de centenas de milhares de camponeses que posteriormente se emigram irregularmente em embarcações precárias e involuntário.

É nesse sentido, que Sénélus (2015) aponta que a ajuda internacional ao Haiti é um fracasso, sendo uma técnica para aplicar políticas neoliberais por parte dos países doadores e, em determinado caso, alcança às necessidades do capital transnacional. Considerando, os projetos da Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti, com suas grandes corporações multinacionais ocidentais, como por exemplo, a zona franca do Caracol e entre outro se instalando no Haiti, investindo e extorquindo recursos para acumular lucros extravagantes que escapam para o ocidente, principalmente os EUA. A grande parte da ajuda externa que o país recebeu ou está recebendo, é fornecido em espécie ou através de projetos. Este tipo de ajuda internacional que o país está recebendo antes de chegar ao seu destino já acabou. De fato, que a maioria dos orçamentos de ajuda vão para a própria indústria de ajuda externa, para pagar os salários dos trabalhadores humanitários internacionais e da logística (SÉNÉLUS, 2015). Isso é uma maneira para tornar o país absolutamente dependente da ajuda externa, basta estar convencido disso para observar o crescente aumento impressionante de ONGs no país durante a atuação da MINUSTAH.

Neste contexto, a multiplicidade de ONGs certamente atesta o estado de pobreza do país, mas no campo a atividade das ONGs leva em muitos casos a instrumentalização dessa

pobreza pelas elites do Haiti e, sobretudo, pelas grandes empresas multinacionais como Gap, Walmart ou Levi's (RENO, 1998, p. 5). A lógica e a concepção colonial na atuação dessas ONGs reforçam o controle da economia do país. Segundo o ex-primeiro-ministro do país, Jean-Max Bellerive, o Haiti conta com 10 mil ONGs no qual, em fevereiro de 2010 (um mês após o sismo) Bellerive aponta que os grandes financiadores de ONGs:

São eles que permitem que as ONGs façam o que querem. São eles que não exigem que as ONGs prestem conta ao governo. Toda a força das ONGs vem daqueles que as providenciam em dinheiro. Invés de lutar com 4 mil ONGs, número subido para 10 mil desde o terremoto, eu prefiro discutir com 10 financiadores principais que oferecem dinheiro a um conjunto de ONGs que criam certo grau de bagunça. (HERVE, 2010, p. 3).

Seguindo o raciocínio da primeira esfera, a intervenção estrangeira já faz parte da realidade haitiana a ponto de determinar as estratégias de muitos atores locais, porque as estruturas hierárquicas da matriz de poder colonial são constituídas, e alimentadas, por atores e instituições ocidentais como por exemplos as ONGs e a ONU. Como mostra Béatrice Pouligny sobre a ação desses últimos, que estão mais inclinados a transformar em propriedade pessoal do que um recurso a serviço de uma comunidade em dificuldades (RENO, 1998, p. 4). Assim, a colonialidade de poder gerar uma dependência generalizada que alimenta um sistema integrado pelo qual a assistência internacional ao desenvolvimento é amplamente privatizada.

O controle da autoridade, durante a atuação da MINUSTAH, pode ser observado na ação da mesma na organização das eleições presidenciais e municipais, e na proteção aproximada de autoridades, incluindo a segurança pessoal do Primeiro-Ministro e a segurança do palácio presidencial, além da proteção de visitantes ilustres (HAMANN e TEIXEIRA, 2017). Isso se relaciona à política e à maneira como a MINUSTAH age no país como por exemplo, após o golpe de estado do então presidente Jean Bertrand Aristide, a MINUSTAH ajudou a estabilizar o governo de transição. A troca de bens e serviços por apoio político está se espalhando na sociedade haitiana a ponto de enfraquecer o funcionamento das instituições, o que faz Julien Mérimon dizer que a noção de administração é estranha ao Haiti. O Estado estaria, portanto, "inacabado" (IBIDEM, 1998, p. 5). A colonialidade coloca o país nessa condição sob o saqueio, a exploração, a escravização e a dominação da supremacia branca o que resultou em ruína total causada pela modernidade.

Em relação ao controle do meio ambiente e dos recursos naturais, no Haiti, existem vários recursos naturais necessários e abundantes para que o país seja próspero e tenha autonomia. Entretanto, mesmo que o país possua recursos naturais, que poderiam ser comercializados mediante da integração entre os países ocidentais, continua existindo uma economia dependente dos países centrais (LAHENS, 2014, p. 47). Pelo motivo de estas empresas, se apropriarem e explorarem uma parte significativa dos recursos naturais do país, sem ligações orgânicas com o resto da economia do Haiti.

Em conformidade com Leslie Manigat (1954, p. 246-7), geograficamente a posição estratégica do Haiti foi revalorizada pelas novas condições da vida econômica internacional, visto que está localizado no caminho do Canal do Panamá. Quando o canal estava em construção, o Haiti tinha no extremo noroeste de seu território, um porto cuja baía abrigava e comandava, à distância, a entrada Atlântica do Canal, localizado em *Môle Saint Nicolas*, chamado de "O Gibraltar do Novo Mundo". Então pelo fato de que durante os 13 anos da atuação da MINUSTAH no país eles estão se localizados em algumas zonas que considera como zona estratégica assim também que tem recursos naturais, como por exemplo: *Môle Saint Nicolas* e faz questão de relaciona isso com o controle do meio ambiente e dos recursos naturais por parte da MINUSTAH. Dessa forma, as grandes potências estendem seus territórios para controlar seus interesses, obedecendo à lógica do período colonial, para explorar os recursos em seus benefícios. Além disso, o controle e monitoramento da MINUSTAH nessas localizações têm como objetivo de experimentar novas técnicas de controle e usá-las em territórios do Norte Global.

No que está relacionado com o controle do gênero e da sexualidade, Aureo Toledo e Lorraine Morais Braga (2020, p. 7) destacam que, “desde a chegada da MINUSTAH no país, em 2004, houve diversos relatos, acusações e denúncias de estupro, prostituição forçada, escravidão sexual, assédio e pedofilia praticados por capacetes azuis”. Ademais, nos argumentos dos autores, o primeiro caso de abuso sexual foi denunciado em fevereiro de 2005, onde uma haitiana declarou que ter sido estuprada por três soldados da ONU. Numa breve observação prévia que foi feita, a ONU alegou que, na verdade, era um caso de prostituição (TOLEDO; BRAGA, 2020, p. 8). A ONU sempre fica defendendo os seus soldados e negando qualquer responsabilidade pela operação, de cometer abusos sexuais, prostituição forçada e de espalhar a epidemia. De acordo com esse tipo de postura, a ONU pensa que pode fazer qualquer coisa no solo nacional, sem impunidade.

Além disso, Michäelle Desrosiers e Frank Séguy enfatizam que, a população haitiana está se manifestando após o estupro coletivo do jovem haitiano Johnny Jean em 2012 pelo exército uruguaio. Além disso, o Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas (CEPR) observam as violações sexuais cometidas por soldados do Sri Lanka e do Paquistão contra jovens haitianos. Em dezembro de 2019, uma equipe de pesquisadores publicou no *The Conversation* (A Conversa) os resultados de pesquisas científicas acerca das crianças abandonadas pelos soldados da MINUSTAH no Haiti. Eles entrevistaram 2.500 pessoas, e 265 delas relatam que têm filhos para os soldados da MINUSTAH (LEE; BARTELS, 2019).

Neste contexto, A MINUSTAH “colocou uma *peacekeeping economy* que proporcionou a constituição da indústria sexual e, resultou, no aumento da demanda por prostitutas, e a expansão do tráfico nacional e internacional de pessoas para suprir a requisição do mercado” (JENNINGS e RISTANOVIC, 2009, p. 18). Nesse sentido, a colonialidade do ser menospreza os povos não-ocidentais baseado nas hierarquias raciais e sexuais, de modo igual a MINUSTAH o faz ao colocar o povo haitiano na condição de vítima ao cometer violação sexual dos meninos e meninas no país.

Por fim, o controle da subjetividade e do conhecimento está presente na formação que a MINUSTAH realizou para a Polícia Nacional do Haiti (PNH). De acordo com a (resolução 1743) da ONU, a MINUSTAH, visto que tem certa consistência, permaneceu empenhada em auxiliar o Governo do Haiti a reestruturar a PNH, que consiste com seu mandato, de forma inclusiva do monitoramento, orientação, treinamento e verificação de toda a polícia pessoal e fortalecimento das capacidades institucionais (ONU RESOLUÇÃO 1743, 2007). Com isso, à influência do colonizador no saber produzido no Haiti, foi implantado de forma calma e gradativa ao longo da atuação da MINUSTAH, para mostrar que o conhecimento do ex-colonizador sempre foi superior. Por isso, é apenas tal conhecimento permitia resultado válido para o bom funcionamento das instituições haitiana.

É importante frisar, em agosto de 2012 a MINUSTAH, com ajuda da equipe nacional da ONU, trabalhou com a PNH na aplicação de uma proposta para trabalhar em conjunto. Assim, a colonialidade do saber reproduz o pensamento eurocêntrico ao inferiorizar a produção de conhecimento das populações não-ocidentais, a atuação da MINUSTAH no Haiti o reproduziu da mesma forma ao colocar um modelo ocidental de estabilização da paz, desconsiderando resultados fundamentados na experiência nacional. Considerando que, desde a chegada da operação da ONU no País, as políticas educacionais haitiana passaram por um processo influenciado pelas políticas neoliberais. Assim, na próxima seção será

destacar o entendimento dos haitianos sobre a MINUSTAH, onde será mostrar a maneira que a população haitiana contrapõe com a presença desta intervenção militar no país.

3.4 O ENTENDIMENTO DOS HAITIANOS SOBRE A MINUSTAH

De acordo com o professor Camille Chalmers, secretária executiva da Plataforma Haitiana de Advocacia para o Desenvolvimento Alternativo (PAPDA), “a presença da MINUSTAH, em solo nacional, a intervenção das potências imperialistas na gestão da crise (decorrente do terremoto de 12 de janeiro), são vestígio de uma nova colonização”. Não devemos ser prisioneiros da história, devemos compreendê-la para avançar, tornando visível o colonizado e as formas de colonização. Ele sustenta que o discurso da comunidade internacional, evocando um estado haitiano em falência e incapaz de administrar a situação de crise do país, é apenas um “pretexto para estabelecer novas formas de colonização” (ALTERPRESSE, 2010). É uma forma para marginalizar o país ainda mais, e continuar isolar o mesmo no sistema internacional.

Em um evento organizado pela delegação haitiana ao Fórum Social Mundial em Nairóbi, Camille Chalmers denunciou a hipocrisia dos tomadores de decisão internacionais que inventam a ocupação da República do Haiti ao abrigo da cooperação sul-sul. Para defender sua enunciação Chalmers destaca que, é claro, a maioria das tropas presentes no Haiti são latino-americanos, mas a ocupação é favorável para os interesses dos países dominantes, ele cita como exemplo: a composição do comando militar da MINUSTAH onde se encontra apenas dois latino-americanos (um brasileiro e um argentino), todo o resto do Estado-Maior é nacional das grandes potências (MINGA INFORMATIVA, 2007).

O professor e sindicalista haitiano, Didier Dominique, em sua apresentação no evento realizado pelo Conselho Continental do Fórum Social das Américas sobre o tema “Haiti, resistência, soberania e dignidade”, destaca que a MINUSTAH é apenas um aspecto de uma estratégia global do imperialismo para manter sua dominação política e econômica sobre países como o Haiti. O professor foi mais longe na sua explanação para dizer que, com a presença da MINUSTAH no país, a situação do povo haitiano se agravou do ponto de vista da segurança, social e econômico (MINGA INFORMATIVA, 2007).

É importante destacar que existiram inúmeras mobilizações populares, diretas ou indiretas, contra a presença da MINUSTAH no país. Assim, em 2007 foi direcionada uma Carta Aberta aos Ministros do Estatuto da Mulher e dos Direitos da Mulher, da Justiça e

Segurança Pública, as organizações *La Plate-forme des Organisations Haïtiennes des Droits Humains* (POHDDH) (A Plataforma de Organizações Haitianas de Direitos Humanos), *la Plate-forme haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif* (PAPDA), (a Plataforma Haitiana de Advocacia para o Desenvolvimento Alternativo) *la Plate-forme Interaméricaine des Droits humains, Démocratie et Développement* (PIDHDD), (a Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento) *et les Organisations Solidarité des Femmes Haïtiennes* (SOFA) *et Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen* (e Organizações de Solidariedade das Mulheres Haitianas (SOFA) e *Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen* (Cabeça Junto e Pequeno Camponeses), manifestaram a sua indignação pelo silêncio do governo sobre os casos de abuso sexual perpetrados por agentes da MINUSTAH contra várias mulheres e menores no nosso país (ALTERPRESSE, 2007).

Ainda mais, segundo a mesma reportagem, várias organizações haitianas, incluindo a Organizações de Solidariedade das Mulheres Haitianas, denunciaram e documentaram, repetidamente, mediante relatórios periódicos, os abusos sexuais a que mulheres e meninas haitianas foram submetidas por soldados, oficiais civis, soldados e policiais da ONU, desde a chegada da MINUSTAH no país. É evidente, portanto, que as agressões sexuais de que são vítimas mulheres e menores haitianos são consequência direta da ocupação do país por tropas estrangeiras (ALTERPRESSE, 2007). Aqui está um trecho de alguns dos casos de estupro, roubo, espancamento, assassinato e prisões ilegais e arbitrárias perpetrados pela MINUSTAH relatados no relatório *Réseau National de Défense des Droits Humains* (RNDDH) (Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos):

1) Em 18 de fevereiro de 2005, três (3) agentes paquistaneses do contingente da MINUSTAH baseados em Gonaïves estupraram Nadeige NICOLAS; 2) Em 20 de março de 2005, Robenson LARAQUE, Jornalista da Rádio Télé Contact foi mortalmente ferido por projéteis disparados por agentes da MINUSTAH que desalojaram ex-militares da Delegacia de Petit-Goave; 3) Em 26 de novembro de 2005, no Carrefour Trois Mains, na Airport Road, Marie Rose PRÉCÉUS foi forçada a fazer sexo oral para um soldado jordaniano antes de ser estuprada por sodomia por este; 4) Em 20 de dezembro de 2006, Stephane DUROGÈNE, aluno do terceiro ano do Centro de Treinamento Clássico e Econômico (CFCE), foi atingido no olho esquerdo por projéteis disparados por agentes da MINUSTAH ao passar próximo à delegacia de Delmas 62; 5) Em 3 de novembro de 2007, cento e onze (111) agentes do Sri Lanka estiveram envolvidos em um caso de abuso e exploração sexual de menores; 6) Em 29 de maio de 2008, o policial Lucknis JACQUES, lotado na delegacia de Cité Soleil, foi molestado por agentes da MINUSTAH; 7) Em 6 de agosto de 2008, agentes da MINUSTAH brutalizaram dois (2) policiais Donson BIEN-AIMÉ A2 e Ronald DENIS A3, ambos (2) designados para a delegacia de Cité-Soleil. Esses fatos foram perpetrados contra as vítimas, apesar de elas se identificarem claramente; 8) Em 18 de agosto de 2010, um menor órfão, de dezesseis (16) anos, chamado Gérald JEAN GILLES, foi

encontrado pendurado em uma amendoeira que fica na base dos soldados nepaleses da MINUSTAH, localizada em Carénage, na Cidade do Cabo. Haitiano. Esse menor frequentava a base e prestava pequenos serviços aos agentes ali alocados; 9) Em meados de outubro de 2010, agentes nepaleses da MINUSTAH designados para Mirebalais estiveram envolvidos no aparecimento e disseminação da cólera no Haiti pelo despejo de dejetos humanos nos rios Boukan Kanni e Jenba, causando perdas humanas consideráveis; 10) Em 12 de maio de 2011, Géna WIDERSON, estudante do sétimo (7^o) ano fundamental do Collège Center de Formation Classique de Verrettes, departamento de Artibonite, quatorze (14) anos, foi atingida por dois (2) projéteis disparados por agentes da MINUSTAH. Este incidente ocorreu quando os alunos do Lycée Jacques Stephen Alexis estavam organizando uma manifestação contra a demissão de um (1) professor (RNDDH, 2011, p. 4- 5, tradução do autor)²⁴.

Corroborando com o relatório da RNDDH, para Séguy (2017, p. 139), se o fracasso da missão da ONU é óbvio em termos de segurança pública, a evidência é ainda mais evidente em termos de Direitos Humanos. Os casos de estupro, assédio sexual e assassinatos cometidos por soldados dessa missão transbordam pelas ruas. Em vários relatos, há casos de pessoas mortas durante as intervenções da MINUSTAH.

As manifestações que foram realizadas por diversos setores do país contra as forças das Nações Unidas se podem ver cartazes com a inscrição “*Jistis pou viktim kolera. Aba MINISTA. Jistis ak reparasyon pou tout moun MINISTA bay kolera yo*” (Justiça para as vítimas de cólera. Fora a MINUSTAH. Justiça e reparação para as vítimas de cólera

²⁴ Tradução livre do autor. No original 1) “Un Jeune de Port-Salut violé par des agents de la MINUSTAH : Le RNDDH réclame Justice pour la victime” Le 18 février 2005, trois (3) agents Pakistanais du contingent de la MINUSTAH basés aux Gonaïves ont violé Nadeige NICOLAS; 2) Le 20 mars 2005, Robenson LARAQUE, Journaliste de Radio Télé Contact a été mortellement atteint par des projectiles tirés par des agents de la MINUSTAH qui délogeaient les anciens militaires du Commissariat de Police de Petit-Goave ; 3) Le 26 novembre 2005, au Carrefour Trois Mains, sur la Route de l’Aéroport, Marie Rose PRÉCÉUS a été contrainte de faire une fellation pour un soldat Jordanien avant d’être violée par sodomisation par ce dernier ; 4) Le 20 décembre 2006, Stephane DUROGÈNE, étudiant en troisième année au Centre de Formation Classique et Économique (CFCE) a été atteint de projectiles à l’œil gauche tirés par des agents de la MINUSTAH alors qu’il passait près du Commissariat de Delmas 62; Le 3 novembre 2007, cent –onze (111) agents Sri-lankais sont impliqués dans un cas d’abus et d’exploitation sexuels dont sont victimes des mineurs ; 6) Le 29 mai 2008, le policier Lucknis JACQUES, affecté au Commissariat de Cité Soleil a été molesté par des agents de la MINUSTAH ; 7) Le 6 août 2008, les agents de la MINUSTAH ont brutalisé deux (2) policiers Donson BIEN-AIMÉ A2 et Ronald DENIS A3, tous deux (2) affectés au Commissariat de Cité-Soleil. Ces faits ont été perpétrés contre les victimes en dépit du fait qu’ils se soient clairement identifiés ; 8) Le 18 août 2010, un mineur orphelin, âgé de seize (16) ans répondant au nom de Gérald JEAN GILLES a été retrouvé pendu à un amandier qui se trouve sur la base des soldats népalais de la MINUSTAH, située à Carénage, au Cap-Haïtien. Ce mineur fréquentait la base et rendait de menus services aux agents qui y sont affectés ; 9) A la mi-octobre 2010, les agents Népalais de la MINUSTAH affectés à Mirebalais sont impliqués dans l’apparition et la propagation du choléra en Haïti par le déversement de déchets humains dans les rivières Boukan Kanni et Jenba entraînant des pertes humaines considérables ; 10) Le 12 mai 2011, Géna WIDERSON élève en septième (7^{ème}) année fondamentale au Collège Centre de Formation Classique de Verrettes, département de l’Artibonite, âgée de quatorze (14) ans, est atteint de deux (2) projectiles tirés par des agents de la MINUSTAH. Cet incident s’est produit au moment où des élèves du Lycée Jacques Stephen Alexis organisaient une manifestation contre la révocation d’un (1) enseignant (RNDDH, 2011, p. 4-5).

transmitida pela MINUSTAH) (AUGUSTIN, 2016, p. 315). Por iniciativa de um grupo de organizações, incluindo *l'Action Collective pour la Réduction de la Pauvreté en Haïti* (ACREPH) (a Ação Coletiva para a Redução da Pobreza no Haiti) e a “*Kolektif mobilizasyon pou dedomaje viktim kolera yo*” (Mobilização Coletiva para Indenizar vítimas de cólera), manifestaram nas ruas de Porto Príncipe, em setembro de 2011, para reivindicar a saída da MINUSTAH.

Segundo Alterpresse, os primeiros casos, de diarreia aguda e vômitos começaram a acometer em outubro de 2010 nos moradores da zona rural da região de Mirebalais, distante 55 km do capital do país. De acordo com a matéria do AlterPresse, em 17 de junho de 2011 intitulado: “*Rép. Dominicaine Choléra: Trois nouveaux décès en une semaine*” (“Rep. Dominicana-Cólera: Três novas mortes em uma semana”), “a cólera apareceu na ilha em outubro de 2010 e se espalhou de uma base pacificadora em Mirebalais (leste do Haiti). Em oito meses, mais de 5 mil 400 pessoas morreram no Haiti, onde a epidemia está aumentando” (ALTERPRESSE, 2011).

A manifestação, que começou no Forte Nacional, terminou na frente do Palácio Nacional, onde os cidadãos, com faixas, gritaram ao Presidente da República, Joseph Michel Martelly, exigindo que não renovasse o mandato da MINUSTAH e, ao mesmo tempo, a reparação para as vítimas de cólera. “*Aba MINISTA ak CIRH epi dedomajman pou viktim yo*”, (Fora MINUSTAH e CIRH e reparação para as vítimas de cólera) gritaram vigorosamente. Alguns deles usaram um atomizador (spray) para escrever slogans em todas as paredes de seu percurso, como: “*Aba ministra*” e “*Minista=kolera*”, (Fora MINUSTAH e MINUSTAH= cólera). Esses manifestantes estão em seu segundo movimento de protesto, que faz parte de sua operação chamada: “*Deboulonnen Minista kolera, kadejakè*”, (Desaparafusar MINUSTAH cólera, estupradora) (LE NOUVELLISTE, 2011).

Segundo a reportagem do Alterpresse, em uma carta aberta que foi entregue pelo movimento *Mobilizasyon Pou Dedomaje Viktim Kolera (Komodevik)* (Coletivo de Mobilização pela Indenização às Vítimas do Cólera), para a, então, presidente Dilma Roussef em sua visita oficial ao Haiti, em fevereiro de 2012, o *Komodevik* exigia a retirada imediata dos capacetes azuis e, em particular, das tropas brasileiras, em sinal de respeito à soberania nacional dos povos (ALTERPRESSE, 2012). A carta publicada pelo AlterPresse ainda denunciou inúmeros casos envolvendo a MINUSTAH que alarmaram a opinião pública haitiana:

O enforcamento do jovem Gerald Jean Gilles em Cap-Haitien em agosto de 2010, a violação do espaço universitário da faculdade de etnologia seguida da prisão de o estudante Mathieu Junior em 24 de maio de 2010, o espancamento de três jovens por brasileiros e encontrado em Titanyen (norte da capital) em 14 de dezembro de 2010 e o estupro do jovem Johnny Jean por soldados uruguaios em Port-salut (Sul)” (ALTERPRESSE, 2012, tradução do autor)²⁵.

Le Mouvement Démocratique Populaire (MODEP) (o Movimento Democrático Popular), "*Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen*" e a Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento²⁶”, em sua luta contra a ocupação do Haiti pelas Forças da ONU, manifestaram suas preocupações sobre a presença da MINUSTAH no país, através de uma carta que eles enviaram para os Ministros da Defesa dos países da América do Sul. Na carta, as organizações, MODEP e PIDHDD, destacaram que:

De 1993 a 2004, várias missões da ONU já permaneceram no Haiti. Entretanto, nenhum deles jamais contribuiu para o desenvolvimento do país. Pelo contrário, os inúmeros atos que até agora apenas mergulharam o país na insegurança, no subdesenvolvimento e na ignorância. As organizações signatárias desta carta assinalaram aos Ministros da Defesa dos Países da América do Sul, com esses atos, a ONU está apenas violando a Constituição haitiana, sua Carta que deve ser sua bússola, e, sobretudo o direito do povo haitiano de levar seu destino em suas próprias mãos e aprender a lidar com seus problemas, como muitos outros povos fazem. A Constituição haitiana de 1987, alimentada pela vontade dos fundadores e fundadores da Pátria, declara em seu primeiro artigo: "O Haiti é uma República indivisível, soberana, independente, cooperativa, livre, democrática e social". Em seu artigo 8-1, também estipula o seguinte: "O território da República do Haiti é inviolável e não pode ser alienado, no todo ou em parte, por nenhum tratado ou convenção". A Carta das Nações Unidas, em seu artigo 1º, avança: "Os propósitos das Nações Unidas são os seguintes: manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes com vistas a prevenir e evitar ameaças à paz e reprimir qualquer ato de agressão ou outra violação da paz, e conseguir, por meios pacíficos, de acordo com os princípios da justiça e do direito internacional, o ajuste ou solução de controvérsias ou situações, de caráter internacional, passíveis de levar a um colapso da paz » No entanto, na realidade, em nenhum momento o Haiti ameaçou a paz internacional ou regional. A situação que prevalecia antes de 29 de fevereiro de 2004, e atualmente prevalece no país, todas as proporções mantidas, não é tão diferente daquela vivida em muitos países da América Latina e do mundo onde ela não existe, mas não há presença da ONU. Nesse sentido, os casos de Israel e da Palestina são uma prova flagrante. Em outras

²⁵ La lettre évoque à l'attention de la présidente brésilienne plusieurs cas qui ont alarmé l'opinion publique haïtienne : la pendaison du jeune Gérald Jean Gilles au Cap-Haïtien en août 2010, la violation de l'espace universitaire de la faculté d'ethnologie suivie de l'arrestation de l'étudiant Mathieu Junior le 24 mai 2010, le passage à tabac de 3 jeunes par des brésiliens et retrouvés à Titanyen (au nord de la capitale) le 14 décembre 2010 et le viol du jeune Johnny Jean par des soldats uruguayens à Port-salut (Sud).

²⁶ O Movimento Democrático Popular (MODEP), "*Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen*" e a Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD) são associações haitianas que lutaram contra a presença da MINISTAH no país.

palavras, a situação interna do Haiti não pode, em hipótese alguma, justificar a presença das Forças da ONU no país (ALTERPRESSE, 2017, tradução nossa)²⁷.

As associações MODEP e PIDHDD frisaram que, de modo contrário à alegação que a ONU usou para mandar suas tropas no Haiti, na realidade seu verdadeiro objetivo é ocupar o país e impedir que o povo haitiano dirija livremente seu destino. Não é por acaso que desde então, a ONU tem feito de tudo para manter o país sob seu domínio, através de prorrogação do mandato da MINUSTAH e inúmeras resoluções tomadas para isso (ALTERPRESSE, 2017).

Nesse ponto de vista, conforme foi publicado pelo o Jornal Alterpresse, mesmo que o Senado havia tomado uma resolução determinando a saída da MINUSTAH do território nacional, em 28 de maio de 2014, a ONU examina cinco opções possíveis para a reconfiguração da sua missão após 2016. Entre as cinco opções ponderadas pelo Conselho de Segurança, a respeito disso, estão à nomeação de um enviado especial da ONU ao Haiti para oferecer “bons ofícios políticos”. E a criação de uma nova missão de paz com um papel principalmente político, com abordagem muito menor. Por conseguinte, a” ONU trata o Haiti como uma colônia comum.

²⁷ Tradução livre do autor. Le Mouvement Démocratique Populaire (MODEP), « Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen » et la Plate-forme interaméricaine des Droits Humains, Démocratie et Développement (PIDHDD) vous rappellent que, de 1993 à 2004, plusieurs missions onusiennes ont déjà séjourné en Haïti. Cependant, aucune d’entre elles n’a jamais contribué au développement du pays. Au contraire, les multiples actes qu’elles ont jusqu’à date posés, n’ont fait que plonger le pays dans l’insécurité, le sous-développement et l’ignorance. Les organisations signataires de cette lettre tiennent à vous faire remarquer que, par ces actes, les Nations Unies ne font que violer la Constitution haïtienne, sa Charte qui devrait être pourtant son boussole, et tout particulièrement le droit du peuple haïtien à prendre son destin en main et à apprendre à gérer ses problèmes comme le font beaucoup d’autres peuples. A preuve : La Constitution haïtienne de 1987, puisant dans la volonté des fondateurs et fondatrices de la Patrie, déclare en son article premier : « Haïti est une République indivisible, souveraine, indépendante, coopératiste, libre, démocratique et sociale ». En son article 8-1, elle stipule également ce qui suit : « Le territoire de la République d’Haïti est inviolable et ne peut être aliéné ni en tout, ni en partie, par aucun traité ou convention ». La Charte des Nations Unies, en son article 1, avance : « Les buts des Nations Unies sont les suivants : maintenir la paix et la sécurité internationales et à cette fin : prendre des mesures collectives efficaces en vue de prévenir et d’écarter les menaces à la paix et de réprimer tout acte d’agression ou autre rupture de la paix, et de réaliser, par des moyens pacifiques, conformément aux principes de la justice et du droit international, l’ajustement ou le règlement de différends ou de situations, de caractère international, susceptibles de mener à une rupture de la paix ». Cependant, en réalité, à aucun moment, Haïti n’a jamais menacé la paix internationale ou régionale. La situation qui prévalait avant le 29 février 2004, et qui prévaut actuellement dans le pays, toutes proportions gardées, n’est pas si différente de celles que l’on vit dans maints pays de l’Amérique latine et du monde où il n’y a pourtant pas de présence onusienne. En ce sens, les cas d’Israël et de la Palestine en sont une preuve flagrante. Autrement dit, en aucun cas, la situation interne d’Haïti ne peut justifier la présence des forces onusiennes dans le pays (ALTERPRESSE, 2017).

Assim, a ONU trabalha contra a vontade do povo haitiano e de instituição, como o Senado, que exige a saída da MINUSTAH”, condena o professor Camille Chalmers em uma entrevista concedida ao AlterPresse, no dia 28 de março de 2014. Ele pede à ONU que respeite o direito à autodeterminação do povo haitiano, deixando o território nacional e reparando os múltiplos danos causados às famílias das vítimas de cólera, ao país e à economia haitiana. As opções propostas fazem parte de uma continuação da violação dos direitos do povo haitiano que expressou claramente sua rejeição à MINUSTAH (ALTERPRESE, 2016).

Franck Séguy (2014, p. 99), por sua vez, salienta que em 2008, os operários da indústria terceirizada (*sous-traitance*, literalmente “subcontratação”) do país, junto com ajuda de uma grande mobilização estudantil, fizeram uma manifestação para exigir a publicação da lei adotada pelo Parlamento que ajustava o salário-mínimo de 70 para 200 *gourdes*. Ainda mais, Séguy avança para dizer que a Associação dos Industriais Haitianos (ADIH) estava contra o reajuste salarial, a MINUSTAH por sua vez havia cumprido seu papel de estabilização baixando a repressão nos manifestantes. Conseqüentemente a essa repressão da força militar onusiana, 40 estudantes e muitas outras pessoas, inclusive aquelas que não estavam na manifestação foram presas (SÉGUY, 2014, p. 99).

Nessa linha de compreensão, o professor e sindicalista haitiano Didier Dominique, destaca que a dominação e repressão da MINUSTAH contra a população haitiana são desagradáveis (PSTU, 2014). Em 2008 e 2009, os soldados da ONU reprimiram de modo direto os operários mobilizados, nas fábricas e nas lutas generalizadas, como em 2009 contra o salário-mínimo que as classes burguesas do setor têxtil, e seu governo que se opõe as mudanças sociais queriam impor. Dessa maneira, defenderam a imposição imperialista deste ramo capitalista e seus agentes internacionais, como é, a partir de então, o grupo Clinton. Os proletários no Haiti não ganham mais que US \$ 4.35 (quatro dólares e trinta e cinco centavos ou nove reais) ao dia naquela época. E em cada manifestação, nestes últimos anos, a MINUSTAH jogou um papel fundamental no que diz respeito à repressão e desmonte sistemáticos (PSTU, 2014).

Segundo Séguy, os soldados da ONU não hesitaram, de modo nenhum, em lançar bombas de gás lacrimogêneo, até em hospitais ou na Universidade do Estado do país, localizada na vizinhança dos hospitais, até que a lei fosse revista, rebaixando a 125 *gourdes* o ajuste inicial. Depois de um mês, um grupo de empresários, a maioria são brasileiros, dirigidos pelo Bill Clinton, passaram alguns dias no país em viagens exploratórias para sondarem as possibilidades de negócios oferecidas pelo Haiti (SÉGUY, 2014, p. 99). Foi

assim, que nasceu a famosa lei HOPE, permitindo a essas industriais produzirem no solo nacional para vender nos EUA com isenção de taxa aduaneira. Na época o salário-mínimo mensal no Haiti estava abaixo de 150 dólares (IBIDEM).

É neste mesmo objetivo, que o Secretário geral da ONU envia ao Haiti o professor Paul Collier, do departamento de Economia da Universidade Oxford, para fazer um estudo estratégico sobre a questão de segurança econômica no Haiti. Conforme o resultado apresentado pelo Paul Collier as “Vastas áreas no Haiti são montanhosas, criar uma infraestrutura para conectar populações que se encontram espalhadas nessas zonas geraria no tocante à manutenção uma carga que o país não poderia aguentar e tampouco seria racional do ponto de vista econômico” (COLLIER, 2009, P. 10).

De acordo com o entrevistado 02, a ONU nunca mandou suas missões nos países do centro, como na Europa e na América do Norte, é unicamente nos países do sul. Ainda segundo o entrevistado, isso pode ser entendido como um aspecto colonial, que é uma maneira para controlar esses países periféricos e/ou semiperiféricos, onde os países do centro vão investir, está falando no contexto de paz liberal. Colocando isso no caso do Haiti, a MINUSTAH veio para aprofundar a instabilidade da paz, e criando uma forma para a reconstrução do Estado haitiano a favor de desenvolvimento econômico dos países do centro. Visto que, a MINUSTAH leva a cabo as reformas econômicas do Haiti numa lógica neoliberal, que de fato pudessem eliminar qualquer possibilidade de soberania do país da população haitiana.

Dando continuação na sua fala, o entrevistado aponta que, a zona franca no Haiti, que é um local onde os americanos investem seu dinheiro para produzir roupas e bolas de beisebol com baixo custo para comercializar no ocidente. Eles estão utilizando o povo, portanto, o salário-mínimo é outro problema até hoje o povo está se manifestando para ter um melhor salário. Os trabalhadores vivenciam uma realidade composta por salários de miséria, repressão, repetidos acidentes e exposição a substâncias tóxicas. Assim, a MINUSTAH pode ser entendida como uma ferramenta da matriz colonial do poder capitalista através do neocolonialismo entre os países centrais e periféricos com finalidade para controlar a população negra, para o seu processo de acumulação de capitais.

Coincidindo com as falas do entrevistado 02, o professor Chalmers estima que, não é por acaso que as Nações Unidas continuam a ignorar várias manifestações que aconteceram em vários lugares no Haiti e no exterior, para exigir a saída de forças de paz e indenização às vítimas da cólera. A presença da MINUSTAH durante os dez anos (2004-2014) contribuiu

para situações mais degradantes do que as que existiam antes como a nova introdução da epidemia de cólera no país. Várias investigações científicas mostraram que os soldados da ONU são responsáveis pela introdução do vibrio cólera no Haiti (ALTERPRESSE, 2016).

Isso incluir a pesquisa *American Society For Microbiology* (Sociedade Americana de Microbiologia) Ao comparar as sequências genômicas de cepas de V. Referente a cólera de todo o mundo, os isolados do Haiti e três isolados do Nepal estão intimamente ligados, produzindo um grupo monofilético em que não existe outra sequência genômica pertence. Dessa forma “os isolados nepaleses são os parentes mais próximos da cepa do Haiti identificada até o momento, mesmo quando colocados em uma filogenia com uma coleção maior de isolados representando epidemias recentes de cólera”. Assim, o resultado desta pesquisa confirma que o Vibrio cólera foi introduzida no Haiti por soldados da ONU em 2010 (AMERICAN SOCIETY FOR MICROBIOLOGY, 2013).

Os estudos conduzidos pelo Centers for Disease Control and Prévention (Centros de Controle e Prevenção de Doenças) dos EUA, a mostra que a cepa de cólera haitiana é semelhante às cepas do sul da Ásia. Envolve o biótipo Eltor que apareceu na Ásia há cinquenta anos e que desde então se espalhou lentamente pelo mundo, notadamente na África, onde está entrincheirado há dez anos (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2010).

Para confirmar a origem da cepa bacteriana, foi necessária a comparação com as bactérias presentes no Nepal. Assim, as análises laboratoriais da *Clinical Microbiology and Infection* (Clínica Microbiologia e Infecção) comparando espécimes obtidos no Nepal e no Haiti deram resultados claros que as cepas nepalesa e haitiana são extremamente semelhantes, idênticas em alguns casos, fornecendo prova definitiva da origem da epidemia no Haiti (CLIN MICROBIOL INFECT, 2012, 62-63).

Em 29 de março de 2017, na ocasião da comemoração do trigésimo aniversário da constituição haitiana de 1987, as organizações *le Mouvement de Liberté d'Égalité des Haitiens pour la Fraternité* (MOLEGHAF) (o Movimento pela Liberdade da Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade) e *le Bureau des Avocats Internationaux* (BAI) (o Escritório de Advogados Internacionais) percorreram várias ruas na capital do país em uma marcha pacífica acompanhada dos deputados Louis Joseph Manès e Roger Millien, para pedir aos parlamentares do país que exigissem que o poder executivo tome uma posição clara a favor do direito à indenização das vítimas de cólera e da saída da MINUSTAH (HAITILIBERTE, 2017).

Coincidindo com as falas do entrevistado 01, a doença de cólera que a missão da ONU levou no país causou a morte de milhões de pessoas, e a ocorrência de vários casos de estupro de mulheres e os filhos que os soldados deixaram no país sem assumir a responsabilidade, são alguns fatores que explicam que a MINUSTAH não respeitou a questão de direitos humanos no país. Dando continuação com a explanação do entrevistado, não é apoio “para estabelecer a paz é mais uma questão de interesse”. Ademais, a colonialidade coloca o país em ruína, ele não vê muitas coisas positivas que essa operação fez, a única coisa, é a formação que a operação da ONU realizou para a Polícia Nacional do Haiti (PNH).

Durante uma conferência, por ocasião do aniversário dos 10 anos (01 de junho de 2004 - 01 de junho de 2014) da MINUSTAH no país, quarta-feira, 28 de maio de 2014, o professor Chalmers salienta que, a operação da ONU não contribuiu para reduzir as violações de direitos humanos, de maneira oposta, tornou-os piores. Evidenciado pelos vários casos de estupros dos capacetes azuis nos jovens, o aparecimento de sequestro e cólera. Para o Chalmers, de 2004 a 2014, a quantidade de drogas em circulação no território haitiano aumentou independentemente da presença da MINUSTAH que constitui uma violação da Constituição haitiana (ALTERPRESSE, 2014).

É nesse contexto que, o professor e sindicalista haitiano Didier Dominique disse que a população haitiana está cada dia mais esclarecida no que se refere à situação de extrema pobreza e desintegração social que a dominação imperialista do capitalismo neoliberal lhe impõe, seja de modo direto, por meio dos locais, ou pela MINUSTAH e pelos nossos “amigos da América Latina” (PSTU, 2014).

Conforme o entrevistado 03, a MINUSTAH foi criada para estabelecer a paz no Haiti, porém, depois os 13 anos dessa missão, surgiram algumas práticas que não existiram na nossa sociedade, como o sequestro, o que passa a existir como uma moeda de troca em nossa vida diária, com a atuação dessa operação militar no solo nacional. Ainda segundo o entrevistado 03, a presença dos soldados da ONU no país é marcada por diversos acontecimentos infelizes como “casos de estupro e a grande catástrofe de cólera, e até hoje a ONU não assume a sua responsabilidade sobre o Haiti, no que diz respeito aos danos que a sua operação causou no país e sobretudo a perda de vida humana”.

O entrevistado 03 se pergunta como pode entender uma missão que veio para estabilizar um país e levou uma epidemia. Nesse ponto de vista, depois da operacionalização da MINUSTAH, eles nos enviam BINUH, MINUSJUSTH entre outros. Ele destaca, ainda, que, não há nada concreto que foi realizado no país, é claro que a comunidade internacional

se organiza muito bem, nesse sentido, para cada vez que eles nos enviam uma missão é para perenizar a situação difícil que nós estamos vivendo a cada dia. Tanto quanto a situação do país não está estável, a comunidade internacional poderá sempre jogar com a insegurança para continua justificando a presença da sua missão. E sobretudo, a questão do racismo impede que ela projetar uma solução duradoura para o Haiti.

Neste contexto, cabe aqui a distinção feita por Dussel (1992), sobre os conceitos de descoberta e ocultação do outro. Com a chegada da MINUSTAH no Haiti, o ocidente passa a confrontá-lo, onde se tem a necessidade de controlá-lo, conquistá-lo e violá-lo com a sua “representação” ocidental. É nesse mesmo contexto, que o entrevistador 03 salienta:

Os brancos sempre querem segurar a sua supremacia para ficar acima de nós, e sobretudo o Haiti é uma terra onde o mundo inteiro está marcada, quando eu falo o mundo inteiro é o mundo ocidental. Eles olham o Haiti como uma carta marcada, eles têm que incomodar e o país tem que estar sempre instável porque o Haiti fez algo que nenhuma outra nação não fez no mundo. A de que fazer o mundo inteiro admite que todo mundo é igual, então na França teve a Revolução Francesa de 1789 onde eles estavam pregando o direito humano e cidadão, mas a França escravagista não considerou todo mundo como humano e nos no Haiti com o Jean Jacques Dessaline, destacamos que tout moun se moun pa gen moun pase moun (tudo humano é humano não existe um humano mais humano que outro) e logo tudo humano se torna humano depois nossa independência. É tudo isso que nós fizemos e estamos pagando para isso (Entrevista concedida à autora em 11 de abril de 2022).

O entrevistado 04 por sua vez, acha que a MINUSTAH era uma missão de estabilidade, porém existe uma fachada escondida. É mais um trabalho de capitalização para que os países possam se valorizar na sociedade internacional. Depois que a MINUSTAH foi embora começa observar inúmeras coisas ruins no país, que nunca havia se imaginado antes. E quando se olha na prática, não consegue enxergar alguma coisa positiva que a missão da ONU fez, o que é uma decepção. Como exemplo, a doença de cólera e o caso do jovem que mora na cidade do *Port Salut* que os soldados da ONU estupraram, e eles gravaram a cena.

Corroborando com as falas do entrevistado 04, o professor Frank Séguy afirma que a MINUSTAH foi inútil ao Haiti. Seguy foi mais longe para dizer que “o caso do estupro do jovem Johnny Jean, 17 anos, perpetrado por quatro soldados uruguaios no pequeno município de Port-Salut, no sul do Haiti, em julho de 2011, e as violações comovem os haitianos”. Dessa forma, o estupro e sexo transacional, particularmente em menores, constituem outro trabalho importante na atuação da MINUSTAH. Neste contexto, como uma verdadeira força de

ocupação, “a MINUSTAH usa o estupro como arma de guerra. Ela humilha, explora, subjuga as pessoas mais vulneráveis que entram em contato com ela para garantir sua sobrevivência, ou simplesmente porque são pobres” (SÉGUY, 2017, p. 139-140).

Por esse ângulo, o entrevistado 04 aponta que a MINUSTAH não consegue garantir uma paz duradoura no país, e se pode olhar a situação do país hoje para melhor entendimento. Por exemplo, não pode ir ao sul do país sem a autorização dos chefes de bandidos, assim não existe nenhum caminho que você pode passar em paz. Porque existe um grupo de bandidos em cada cidade de um departamento, ele aponta como exemplo, para sair na cidade de Cabo Haitiano para ir em Port de Paix, faz-se imprudência e, se passar muito cedo, eles podem te sequestrar.

Dando seguimento com a fala do entrevistado 04, antes a MINUSTAH, nunca existiu essas coisas no país, o que na sua visão significa que não há uma paz duradoura, mesmo na nossa sociedade. Ele foi mais longe para dizer que não existe segurança de jeito nenhum, em outras palavras, é melhor falar de insegurança duradoura no Haiti. Dessa maneira, o apoio da missão da ONU colaborou com maior intensidade “para enfraquecer as instituições estatais do país em vez de promover a democracia, o estado de direito e o desenvolvimento institucional, hoje a MINUSTAH desgasta mais do que apoia qualquer processo constitucional ou político que envolva os princípios da governança democrática” (SEGUY, 2017, p. 145).

Segundo a entrevistada 05, a MINUSTAH não conseguiu estabelecer uma paz duradoura no país, porque se o objetivo da MINUSTAH era esse, a operação da ONU iria ter um tempo bem definido para realizar isso e depois ir embora. A MINUSTAH deixou o país porque a população haitiana saiu na rua para pedir a saída da operação do solo nacional, a MINUSTAH não deixou o país porque a sua missão terminou, visto que, a missão da ONU não tinha um plano para deixar o país. Para a entrevistada 05, quem está controlando a segurança é o mesmo que está dominando o Haiti. A entrevistada 05 foi mais longe ao apontar, que mesmo com a saída da MINUSTAH o país, ainda, não tem estabilidade. É uma forma para provar que a MINUSTAH era uma necessidade, pois, com a retirada da missão, o Haiti continua da mesma forma. Ou seja, eles querem demonstrar que nós não temos capacidade para estabelecer a ordem no solo nacional, são, somente, eles que têm essa capacidade. A entrevistada 05 acrescenta:

O namorado de uma amiga dela morava no bairro de Christ soire, uma vez a sua amiga lhe contou que o namorado dela não vai conseguir dormir na casa dele, porque a noite os soldados da MINUSTAH entraram no bairro e jogaram projéteis dentro das casas das pessoas, eles não querem saber quem são essas pessoas, se elas são culpadas ou inocentes, se têm 5 ou mais pessoas dentro da casa, todos foram atingidos, eles fizeram isso em vários outros bairros como Canape-vert, e entre outros. Isso é violação de direitos humanos (Entrevista concedida à autora em 19 de abril de 2022).

Dessa forma, Séguy (2017, p. 140) enfatiza que em todas as suas ações, “a MINUSTAH visa à forma sistemática as pessoas que são necessitadas. Seus estupros e assassinatos ocorrem nos bairros mais pobres do país, como Cité-Soleil, contra mulheres e jovens desfavorecidos”. Por falar nisso, a RNDDH alega o conhecido caso do “enforcamento de um adolescente de 16 anos, Gérald Gilles, em uma base militar dos Capacetes Azuis do Nepal, em Carénage, Cap-Haitien. A MINUSTAH tentou passar o crime como suicídio. Assim como Johnny Jean, Gérald Gilles os soldados da ONU, ofereceu-lhes seus serviços em troca de comida” (SÉGUY, 2017, p. 140).

Fortalecendo as evidências do Séguy, a entrevistada 06 por sua vez aponta, que a MINUSTAH deveria indenizar o país para a cólera que a MINUSTAH levou para o país, as violações de muitas meninas e meninos, são casos que foram publicados em vários jornais nacionais e internacionais, e até hoje nada foi feito sobre isso, é como fosse algo que foi guardado na gaveta. Desse modo, os soldados da ONU não tinham nenhum respeito aos Direitos Humanos Eles aproveitaram a vulnerabilidade dos jovens que estavam precisando de trabalho para violar, estuprar os jovens, meninas e meninos, como por exemplo, o caso de estupro de adolescente Johnny, e inúmeros filhos que os soldados da MINUSTAH deixaram no Haiti. Perto da escola que a entrevistada 06 estudava, na época, tinha uma base da MINUSTAH, muitos soldados tinham o costume de conversar comigo e oferecer algumas coisas. A MINUSTAH tinha seu supermercado no *Logbase*, eles sempre levaram comida e outras coisas com eles para oferecer para os jovens em troca de sexo. Qualquer jovem que está em condição vulnerável pode cair nisso.

3.5 CONCLUSÃO

Inicialmente, na primeira seção do capítulo, apontam-se as antecedências da MINUSTAH, em que é destacado que essa missão não foi a primeira ocupação militar da ONU no Haiti, além da época colonial francesa, especificamente, são demonstradas outras

intervenções que foram feitas no solo nacional como por exemplo a ocupação Americana, que iniciou em 1915 e terminou em 1934, que durou praticamente dezenove anos. É marcado o controle de Washington acerca do país, e sobretudo a grande influência aos rumos políticos até hoje no país. Desde 1996 sete missões da ONU substituíram a Missão das Nações Unidas no Haiti, incluindo duas Operações de Manutenção da Paz.

Logo após, em sua segunda seção o capítulo aborda a explicação e o fundamento implícito ao envio da MINUSTAH no Haiti, que o racismo e a raça são seus componentes centrais. Além disso é apresentada como a hierarquia de dominação da supremacia branca da colonialidade, servir como uma ferramenta organizacional, na atuação da MINUSTAH. Além da violência direta contra a população negra periférica do país a atuação da MINUSTAH aconteceu em outra dimensão do racismo, no que diz respeito, ao modelamento das instituições e práticas políticas e econômicas do Haiti pelas organizações internacionais vinculadas com a Missão, marginalizando a participação da população nacional (SÉGUY, 2015, p. 523).

Sucessivamente em sua terceira seção do capítulo, trata sobre as matrizes de poder colonial na atuação da MINUSTAH. Onde é mostrado alguns objetivos da MINUSTAH, entre eles a quebra da resistência do povo haitiano para estabilizar e fortalecer um modelo econômico dependente, onde o Haiti oferece a mão de obra barata para produzir para outros países e importar o que precisa. É destacada, também, as consequências da ajuda externa em nome da cooperação internacional que o país recebeu ao longo da atuação da MINUSTAH, principalmente após o terremoto em 12 de janeiro de 2010, para o desenvolvimento econômico e social do país, porém, estas políticas comerciais dos países doadores têm sido muitas vezes contraditórias, pois muitos acordos comerciais favorecem a dependência alimentar e limitam a capacidade produtiva do Haiti.

Além do mais, é destacada a assistência que a MINUSTAH disponibilizou na organização das eleições presidenciais e municipais no país, bem como a proteção das autoridades. E as manobras dessa missão com finalidade de coletar as reservas de mineração do país, e na instalação de zonas francas pelo interesse das empresas multinacionais, sem considerar o modo de vida e a dignidade do povo haitiano. Além dos abusos, as violências e os casos de exploração sexuais que foram cometidos pelos soldados da ONU por meio da prostituição e de relacionamentos transferencial, e a questão de como as relações de poder são fortalecidas por meio da dominação sexual e econômica sobre as mulheres haitianas.

O capítulo finaliza com uma discussão acerca do entendimento dos haitianos sobre a MINUSTAH, onde é evidenciado os elementos dos protestos e das resistências da população do país, mediante evidências nos jornais nacionais, trabalhos acadêmicos. Dentro dos diversas protestos que foram realizados, o Movimento pela Liberdade da Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade e o Escritório de Advogados Internacionais acompanhada dos deputados Louis Joseph Manès e Roger Millien, percorreram várias ruas na capital do Haiti em uma marcha pacífica para pedir aos parlamentares do país que exigissem que o poder executivo tome uma posição clara a favor do direito à indenização das vítimas de cólera e da saída da MINUSTAH. O Senado do país também havia tomado uma resolução determinando a saída da MINUSTAH do território nacional. Além disso, através de perguntas estímulo abertas, que lhes foram submetidas procurando determinar como eles enxergam a atuação da MINUSTAH no país, que foi imposto pelos ex-colonizadores mediante da fachada modernidade. Está interessado em saber, exatamente, se a MINUSTAH conseguiu garantir um ambiente seguro e estável ao país e sobretudo, alguns elementos da matriz de poder colonial na operacionalização dessa operação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação propôs uma reflexão crítica sobre o processo de construção da paz no Haiti mediante a abordagem decolonial. Nesse ponto de vista, no Capítulo 1, a investigação voltou-se para a questão teórica, primeiro, foi abordada a perspectiva decolonial, que teve sua ascensão nos anos de 1990 e tem origem na rede latino-americana de pensamento crítico “Modernidade/Colonialidade”. Uma das principais características da teoria decolonial é a crítica feita à modernidade enquanto projeto normalizador/civilizatório exclusivo de todas as populações e territórios. Desse modo, a abordagem decolonial é uma teorização, com componentes próximos do pós-colonialismo, porém não sendo igual, levando uma interrogação das relações internacionais a partir de outra localidade (América Latina), afirmando que estamos cientes de uma diferença entre uma dominação política aproximadamente no passado, especificamente o colonialismo e uma hegemonia econômica e cultural ainda hoje relevante. De fato, a colonialidade pode ser interpretada como uma incompletude da decolonização com a persistência de suas hierarquias raciais, econômicas, sexuais e epistêmicas.

A colonialidade não desapareceu com as ondas de decolonização, sendo assim, a divisão dela é feita da seguinte maneira: do ponto de vista ontológico a colonialidade do ser; político, a colonialidade do poder e epistemicidade, a colonialidade do saber, designa um sistema que opera a nível planetário. O seu conceito de poder, cunhado pelo Aníbal Quijano, alarga e radicaliza os preceitos dos estudos pós-coloniais. Por conseguinte, a colonialidade não é a consequência do colonialismo, mas designa um tipo de relação social e um modo de governo fundamentado em caracterizações, hierarquias e divisões que a independência não arruinou.

No Capítulo 2, foi relatado um debate aprofundado sobre as operações de paz da ONU durante a guerra fria e pós-guerra fria, e a forma como a ONU atua na prática com finalidade de acelerar e manter o processo de recuperação de uma região recém liberta de um conflito. Ademais, foi mostrado que as operações de paz da ONU são os principais aparatos racionais-legais para a resolução de conflitos que ameaçam a paz e a segurança internacionais.

As operações de paz da ONU surgiram durante um período em que as rivalidades da Guerra Fria inúmeras vezes moveram a paralisia do Conselho de Segurança. Sendo que o objetivo da ONU era, essencialmente, manter o cessar-fogo e estabilizar as situações no campo, oferecendo um apoio fundamental aos esforços políticos para solucionar o problema

dos conflitos mediante pacificações. Com o final da Guerra Fria, o contexto estratégico mudou completamente e aconteceu um rápido aumento no número de operações de manutenção da paz. Além disso, há uma mudança na abordagem da ONU e uma expansão das operações no campo da atuação. Desse modo, a natureza dos conflitos também mudou ao longo do tempo. E as operações de manutenção da paz têm sido implantadas para lidar com conflitos intraestatais e guerras civis. Seus trabalhos começaram a se tornar mais complexos e diversificados, como contribuir para o estabelecimento de instituições sustentáveis de governança, como o monitoramento ao respeito dos Direitos Humanos, o apoio na reforma do setor de segurança e facilitar o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes.

O ano de 1999 é considerado como um marco para uma nova temporada das características das operações de manutenção da paz. No entanto, este período não impediu que a ONU tentasse compreender e corrigir o mau funcionamento das operações de manutenção da paz tradicional dos anos anteriores. Por esse ângulo, o início dos anos 2000 é sinônimo de novas operações e novos desafios com um compromisso da ONU no caminho das reformas para poder gerenciar suas missões de forma mais eficaz no campo. Por exemplo, o Relatório Brahimi acerca da operação da Manutenção da Paz aperfeiçoou os contornos das atividades realizadas no outro lado do conflito para reunir as premissas para a paz e fornecer os mecanismos para desenvolver essas bases muito mais do que a pura inexistência de guerra. Nessa linha de compreensão, a década de 2010 não foi diferente, já que a ONU continuou a implementar novas estratégias e ferramentas nas operações de construção da paz com objetivos de construir uma paz que vai além da extrema desapareição do conflito armado.

Para responder à pergunta abordada na introdução da pesquisa “Qual a compreensão sobre o processo de construção da paz no Haiti conduzido pela MINUSTAH?”, foi discutida a multiplicidade de relações de poder articuladas na matriz moderno/colonial na atuação da MINUSTAH por meio de quatro esferas: economia, política, social e epistemologia/subjetividade. Dessa forma, para mostrar os mecanismos concretos do resultado dos treze anos da operacionalização da operação de paz da ONU no Haiti, fundamenta-se a análise, na proposição do Walter Mignolo que oferece a seguinte tipologia: 1) controle da economia, 2) controle da natureza e dos recursos naturais, 3) controle da autoridade, 4) controle do gênero e da sexualidade, 5) controle da subjetividade e do conhecimento.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que o controle da economia está relacionado com a exploração e a apropriação do excedente econômico do país, e deu existência ao desenvolvimento econômico aos países do norte global. Tendo como resultado o desenvolvimento do capital de empresas que se converteram em multinacionais e aumentaram seu controle financeiro para além de suas fronteiras. Isso fica claro na Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti através do Incentivo de Parceria, que foi adotada em dezembro de 2006; lei, cujas regras oferecem acesso preferencial ao mercado dos EUA ou de outro país que seja parceiro comercial à produção industrial de vestuário realizada no Haiti.

Além do mais, reconhece-se que, durante a atuação da MINUSTAH, o Haiti recebeu inúmeras ajudas externas em nome da cooperação internacional, para o desenvolvimento econômico e social do país, entretanto, essas políticas comerciais favorecem a dependência alimentar e limitam a capacidade produtiva do país. Isso fica claro, na autocrítica do ex-presidente dos EUA Bill Clinton e copresidente da Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti depois o terremoto de janeiro de 2010, que devastou o país. Com sua meia culpa, Clinton pediu desculpas publicamente por forçar o Haiti a reduzir as tarifas sobre o arroz subsidiado pelos EUA ao longo o seu mandato. Por conseguinte, os EUA é o principal responsável pela devastação da economia do arroz do Haiti, o que provocou a ruína agrícola e ocasionou a saída de centenas de milhares de camponeses que posterior e voluntariamente emigraram irregularmente em embarcações precárias.

O controle da autoridade se relaciona à política e à maneira como a MINUSTAH age no país, como, por exemplo, após o golpe de estado do então presidente Jean Bertrand Aristide, a operação militar da ONU ajudou a estabilizar o governo de transição. Além de auxiliar na organização das eleições presidenciais e municipais e na proteção aproximada de autoridades, incluindo a segurança pessoal do Primeiro-Ministro e a segurança do palácio presidencial, além da proteção de visitantes ilustres.

Para o controle do meio ambiente e dos recursos naturais, que aconteceu ao longo dos 13 anos da atuação da MINUSTAH no solo nacional, suas bases militares estão localizadas em algumas zonas consideradas como estratégica e com recursos naturais, como, por exemplo, *Môle Saint Nicolas*. Visto que, as grandes potências estendem seus territórios para controlar seus interesses, obedecendo à lógica do período colonial, para explorar os recursos em seus benefícios. Além disso, o controle e monitoramento da MINUSTAH nessas localizações tem

como objetivo experimentar novas técnicas de controle e usá-las em territórios do Norte Global.

No que está relacionado ao controle do gênero e da sexualidade, “desde a chegada da MINUSTAH no Haiti, em 2004, houve diversos relatos, acusações e denúncias de estupro, prostituição forçada, escravidão sexual, assédio e pedofilia praticados por capacetes azuis” (TOLEDO; BRAGA, 2020, p. 7). E considerando que o Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas observam as violações sexuais cometidas por soldados do Sri Lanka e do Paquistão contra jovens haitianos. Observam também os resultados de pesquisas científicas realizadas pelos pesquisadores e a conversa sobre as crianças abandonadas pelos soldados da MINUSTAH no Haiti. Entre as 2.500 pessoas que foram entrevistadas, 265 delas relatam que têm filhos dos soldados da MINUSTAH (LEE; BARTELS, 2019). Assim, a colonialidade do ser menospreza os povos não-ocidentais baseada nas hierarquias raciais e sexuais, de modo igual a MINUSTAH, ao fazer, coloca o povo haitiano na condição de vítima ao cometer violação sexual dos meninos e meninas no país.

O controle da subjetividade e do conhecimento, considerando a Resolução 1743 da ONU, na qual consta que a MINUSTAH tem certa consistência, permaneceu empenhada em auxiliar o Governo do Haiti a reestruturar a PNH, que consiste com seu mandato, de forma inclusiva do monitoramento, orientação, treinamento e verificação de toda a polícia pessoal e do fortalecimento das capacidades institucionais. Consequentemente, à influência do colonizador no saber produzido no país, foi implantado de forma calma e gradativa ao longo da atuação da MINUSTAH, para mostrar que o conhecimento do ex-colonizador sempre foi superior. E é apenas tal conhecimento que permitia resultado válido para o bom funcionamento das instituições haitianas.

Reconhecer que a população haitiana se impõe com a presença da MINUSTAH no país de diversas formas, como por exemplo, através de mobilizações populares, diretas ou indiretas, em eventos científicos nacionais e internacionais. Dessa forma, a resistência faz parte da luta da população negra contra os abusos e as violações de direitos humanos pela MINUSTAH, em outras palavras, uma luta cotidiana contra o poder colonial. Essas manifestações foram realizadas por diversos setores do país contra a operação da ONU, podem-se ver cartazes com a inscrição “Justiça para as vítimas de cólera” e “Fora a MINUSTAH”. Várias organizações haitianas, incluindo a Organização de Solidariedade das Mulheres Haitianas, denunciaram e documentaram, repetidamente, mediante relatórios periódicos, os abusos sexuais a que mulheres e meninas haitianas foram submetidas por

soldados, oficiais civis, soldados e policiais da ONU, desde a chegada da MINUSTAH. Além disso, o Movimento pela Liberdade da Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade e o Escritório de Advogados Internacionais, acompanhados dos deputados Louis Joseph Manès e Roger Millien, percorreram várias ruas na capital do Haiti em uma marcha pacífica para pedir aos parlamentares do país que exigissem que o poder executivo tome uma posição clara a favor do direito à indenização das vítimas de cólera e da saída da MINUSTAH. O Senado do país também havia tomado uma resolução determinando a saída da MINUSTAH do território nacional.

Contudo, percebe-se a incapacidade da MINUSTAH em atender as expectativas no que se refere ao reestabelecimento da segurança doméstica, a reestruturação política e a salvaguarda dos direitos humanos. De fato, a estrutura operacional da ação da ONU no Haiti apresenta um quadro de proteção dos interesses do ocidente no solo nacional. Por conseguinte, a divisão do mundo e do trabalho, de acordo com uma ordem hierárquica racializada e o estabelecimento de uma relação com o conhecimento baseada no racionalismo e no eurocentrismo, são os pilares da operacionalização da MINUSTAH. Confirmando a hipótese inicial da pesquisa, o processo de construção da paz no Haiti por meio da MINUSTAH tem um caráter de hierarquização de poder pela forma da sua atuação na prática.

Assim, o racismo estrutural está de fato profundamente enraizado na colonialidade do poder na operação militar da ONU, que é a fundação da ordem política do mundo/colonial moderno. Isso faz com que, mesmo com a presença da MINUSTAH no país, a situação dos direitos humanos não melhore consideravelmente. E os abusos sexuais bem como as violações dos direitos humanos persistam em suas áreas de atuação. Consequentemente, cinco anos após a saída da MINUSTAH, vemos que a situação do país se agravou. A questão de que o processo de construção da paz da ONU está conduzido sob o controle e a favor dos interesses das potências hegemônicas explica também a inconsistência da operação da ONU no Haiti.

REFERÊNCIAS

ABERNETHY, David B. **The Dynamics of Global Dominance**. New Haven: Yale University Press, 2000.

ALTERPRESSE. **Haiti-MINUSTAH-Abus sexuels**: Une “conséquence directe de l’occupation du pays par les troupes étrangères”. <https://www.alterpresse.org/spip.php?article6652>. Acesso em: 20 maio 2022.

ALTERPRESSE. **Après la Minustah en 2016, encore la Minustah?**. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article16219>. Acesso em: 31 maio 2022.

ALTERPRESSE. **Haiti-MINUSTAH**: Un retrait total exigé de la présidente brésilienne Dilma Roussef. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article12321>. Acesso em: 31 maio 2022

ALTERPRESSE. **Haiti-Politique**: Après la Minustah en 2016, encore la Minustah?. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article16219>. Acesso em: 31 maio 2022.

ALTERPRESSE. **Haiti-Société**: La pensée de Frantz Fanon mise en avant dans le contexte haïtien. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article9975>. Acesso em: 15 dez. 2021

ALTERPRESSE. **Lettre du Mouvement Démocratique Populaire (MODEP), Tèt Kole Ti Peyizan Ayisyen » et la Plate-forme interaméricaine des droits humains, Démocratie et développement (PIDHDD)**. Disponível em: <https://www.alterpresse.org/spip.php?article6374>. Acesso em: 15 dez. 2021.

AMERICAN SOCIETY FOR MICROBIOLOGY. **Genomes of cholera bacteria from Haiti confirm epidemic originated from single source**, 2013. Disponível em: <https://www.eurekalert.org/news-releases/647125>. Acesso em: 18 Jun. 2022.

ANNAN, Kofi A. Peacekeeping, Military Intervention, and National Sovereignty in Internal Armed Conflict. In: MOORE, Jonathan (ed.). **Hard Choices: Moral Dilemmas in Humanitarian Intervention**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998. pp. 55-57.

BARANYI, Stephen. Peace Missions and Subsidiarity in the Americas: Conflict Management in the Western Hemisphere, **International Journal**, 1990.

BARDIN, Laurence. **L'Analyse de contenu**. Paris, Presses Universitaires de France, 1977

BARNETT, Michael; KIM, Hunjoon; O'DONNELL, Madalene; SITEA, Laura. Peacebuilding: What is in a Name?. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, 2007.

BARRAGÁN, R. (Coord). **Formulación de proyectos de Investigación: guía de procedimientos básicos para la formulación de un proyecto de investigación**. La Paz, **Fundación PIEB**, pp. 93-114, 2001.

BELLAMY, Alex J. The “next stage” in peace operations theory? **International Peacekeeping**. vol. 11, no 1, p. 17-38, 2004.

BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart. **Understanding Peacekeeping**. 2.ed. Cambridge: Polity, 2010.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **Manutenção da paz e resolução de conflitos: respostas das nações unidas aos conflitos armados intraestatais na década de 1990**. Unesp/Unicamp/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2009.

BLANCO, Ramon. As Operações de Paz no Cenário Internacional. In: Claudia Antunes; Vânia Alves; Susana de Deus. (Org.). **Guia de Fontes em Ajuda Humanitária**. 1ed. Rio de Janeiro: Médicos sem Fronteiras, 2017, v. , p. 64-67.

BLANCO, Ramon. Del mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, 54(2), pp. 266-318, 2014.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana. C. T. Problematizing the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 3, p. 599–619, 2019.

BOUTROS, Ghali. **Les Nation Unies et les droits de l'homme**. Département de l'information publique, collection, New York “les livres bleus”. Introduction, 1995.

BOUTROS-Ghali, Boutros. **An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping** (Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992). New York: *Nações Unidas*, 1992.

BRUGNOLLI, Hanna L. As operações de peacekeeping das Nações Unidas do século XXI pós o relatório Brahimi. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. 14, dez. 2014. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/publicacoes/revista-eletronica/>. Acesso em: 20 Out. 2020.

BUZAN, Barry.; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

CADTM. **les 10 ans de la minustah, un échec, selon le “pati kan pèp la**. Disponível em: <HTTPS://WWW.CADTM.ORG/LES-10-ANS-DE-LA-MINUSTAH-UN-ECHEC>. Acesso em: 20 maio 2022. CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Update on cholera**—Haiti, Dominican Republic, and Florida, 2010. *MMWR Morb. Mortal. Wkly. Nepalese origin of cholera epidemic in Haiti*, *Clin Microbiol Infect*, Disponível em: <https://www.clinicalmicrobiologyandinfection.com/action/showPdf?pii=S1198-743X%2814%2964134-3>. Acesso em: 18 Jun. 2022. DOI:<https://doi.org/10.1111/j.1469-0691.2012.03841>.

CÉSAIRE, Aimé, **Toussaint Louverture**, Paris, Présence africaine, 2004.

COLLIER, David. **Understanding Process Tracing**. University of California, Berkeley. 2011.

COLLIER, Paul. Haïti: des catastrophes naturelles à la sécurité économique. **Rapport au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies**. Jan. 2009. http://www.haitimonde.com/capsules/IMG/pdf/Collier_Rapport_sur_Haiti.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1743**, 2007. Disponível em UN.org, [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1743\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1743(2007)). Acesso em: 24 nov. 2020.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução no 1.542**, p. 1. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7b65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7d/CAC%20SRES%201542.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução no 1529**. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7b65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7d/Chap%20VII%20SRES%201529.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021

CRUZ, Diego. PSTU. **A dominação e a repressão da Minustah contra os haitianos são inqualificáveis**, 31 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/%E2%80%9Ca-dominacao-e-a-repressao-da-minustah-contra-os-haitianos-sao-inqualificaveis%E2%80%9D/>. Acesso em: 18 maio 2022.

DAVID, Charles-Philippe. **Études stratégiques et diplomatiques et membre de l'Observatoire sur les missions de paix à l'Université du Québec à Montréal**. Disponível em: <https://www.ledevoir.com/opinion/idees/123004/l-avenir-appartient-il-aux-soldats-de-la-paix>. 2006. Acesso em: 20 Out. 2020.

DAVID, Charles-Philippe. **La guerre et la paix: Approches contemporaines de la sécurité et de la stratégie**. Paris, Presses de Sciences Po, 2006.

DEMOCRACY NOW. Bill Clinton's Trade Policies Destroyed Haitian Rice Farming, **Now Haiti Faces Post-Hurricane Famine**. Disponível em: https://www.democracynow.org/2016/10/11/bill_clinton_s_trade_policies_destroyed. Acesso em: 10 de maio 2022.

DEVIN, Guillaume; PLACIDI-FROT, Delphine. **Les évolutions de l'ONU : concurrences e intégration**, 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2011-4-page-21.htm#re32no60>. Acesso em: 20 Out 2020.

DIEHL, Paul F. **Institutional Alternatives to Traditional UN Peacekeeping: an Assessment of Regional and Multinational Options**. Armed Forces and Society, 1993.

DOYLE, Michael W. e Nicholas Sambanis. International Peacebuilding: A Theoretical and Quantitative Analysis. **The American Political Science Review**, 2000.

DOYLE, Michael. Three Pillars of the Liberal Peace. **American Political Science Review** 99, no 3, 2005.

DUMAS, Reginald. Haiti at the intersections of the world: Tapping the past, facing the future. **The Journal of Haitian Studies**, 2011, 17(2), pp.124-145.

DURCH, William. J. HOLT, Victoria K. EARLE, Caroline R. SHANAHAN, Moira K. **The Brahimi Report and the Future of UN Peace Operations**. Henry L. Stimson Center, Washington D.C. Elster, John. [s.l.]: [s.n.], 2003. 141 p. ISBN: 0974725552.

DUSSEL, Enrique. **Eurocentrism and Modernity** (Introduction to the Frankfurt Lectures). In *The Postmodernism Debate in Latin America: A Special Issue of Boundary 2*, edited by John Beverly and José Oviedo, 65–76. Durham, NC: Duke University Press, 1993.

FADISMA. IN. **Fadisma oferece denúncia contra a ONU**. Disponível em: <https://www.fadisma.com.br/noticia/fadisma-oferece-denuncia-contra-a-onu-884/>. Acesso em: 10 Ju. 2022.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**, Paris, Maspéro, 1978, p. 95 et suivantes., *Les damnés de la terre*, Paris, Maspéro, 1978, p. 95 et suivantes.

FIRMIN, Anténor. **De l'égalité des races humaines. Anthropologie positive**, ville Laval, Quebec, 1885.

FLAMENT Claude. “Structure, dynamique et transformation des représentations sociales”, dans ABRIC J.C. (dir.), **Pratiques sociales et représentations**, Paris, Presses Universitaires de France, 1994.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrise da. **O Brasil e as Operações de Paz das Nações Unidas**. Brasília: IRBr/FUNAG, 1999.

GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. 1953. ‘The Imperialism of Free Trade.’ **The Economic History Review** 6, 1953.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291–305, 1990. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GLASS, V. Com ajuda do Brasil, Haiti pode virar maquiladora, diz autor. **Carta Maior**, São Paulo. 2 ago 2004. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Com-ajuda-do-Brasil-Haiti-pode- virar-maquiladora-diz-ativista/6/2261>. Acesso em: 20 Dez. 2021.

GLOBAL JUSTICE CLINIC ET HAITI JUSTICE INITIATIVE, Byen Konte, Mal Kalkile ? **Les risques de l'exploitation de l'or pour les droits humains et l'environnement en Haïti**, University of California, 2016.

GOBINEAU, De Arthur. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris: Éditions Pierre Belfond, 1967, 873 pages. Livres 1 a 4 1853-1855.

GONÇALVES, Marco Paulo Almeida de Rodrigues. **Emprego da Guarda Nacional Republicana em Missões no Âmbito da Defesa Nacional**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014.

GORUR, Aditi. **Defining the Boundaries of UN Stabilization Missions**. Washington Dc: Stimson, 2016. Disponível em: <https://www.stimson.org/wp-content/files/file-attachments/Defining-Boundaries-UN-Stabilization-Missions.pdf>. Acesso em: 14 Jun. 2022.

GROFOSGUEL, Ramón. **Epistemic Racism/sexism, Westernized Universities and the four Genocides/Epistemicides of the Long 16 Century**. University of California, Berkeley, 2013.

HATTO, R. From peacekeeping to peacebuilding: The evolution of the role of the United Nations in peace operations. **International Review of the Red Cross**, [s.l.], v. 95, p. 495–515, 2014. ISBN: 1816383114000, ISSN: 16075889, DOI: 10.1017/S1816383114000277.

HERVE, Jean Michel. Gouvernement Préval/Bellerive: Dans l'exclusion des bailleurs de fonds! **Haïti Liberté**, v. 3, n. 30, p. 3, 2010.

HERZ, Mônica e HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**, Andrea Ribeiro Hoffman. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ISBN: 978-85-352-1453-6.

HERZ, Mônica, HOFFMAN Andrea Ribeiro e TABAK, Jana. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro, Campus, 2015. ISBN: 9788535279863.

HILLEN, Jhon. Blue Helmets: **The Strategy of UN Military Operations** (2nd, 00). Paperback, 2000.

HILLEN, Jhon. Blue Helmets: **The Strategy of UN Military Operations**. Dulles: Brassey's, 1998.

HURBON, Laënnec. **Nationalisme et démocratie en Haïti**. In Chemins critiques, vol. 3, n° 1-2, décembre 1993.

HURTADO LOPEZ, Fatima. Universalisme ou pluriversalisme? Les apports de la philosophie latino-américaine. **Tumultes**, 2017. <https://doi.org/10.3917/tumu.048.0039>.

KIRKPATRICK, Jeanne J. 2007, “Making War to Keep Peace”, Harper Collins Publishers, New York, 367 pages.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAURORE, Guy. Le 29 une manifestation contre la MINUSTAH, pour des reparations. **Haïti Liberté**, 05 de abril de 2017. Disponível em: <https://haitiliberte.com/le-29-mars-une-manifestation-contre-la-minustah-pour-des-reparations/>. Acesso em: 18 maio de 2022.

LEE Sabine; BARTELS Susan. They put a few coins in your hands to drop a baby in you' – 265 stories of Haitian children abandoned by UN fathers, 2019. Disponível em <https://theconversation.com/they-put-a-few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-abandoned-by-un-fathers-114854>. Acesso em: 20 de jan de 2022

LENOUVELLISTE: Des manifestants réclament le départ de la Minustah. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/m/public/index.php/article/97528/des-manifestants-reclament-le-depart-de-la-minustah>. Acesso em 31 maio 2022.

LENOUVELLISTE: Disponível em: <https://lenouvelliste.com/m/public/index.php/article/97528/des-manifestants-reclament-le-depart-de-la-minustah>. Acesso em: 31 maio de 2022.

LENOUVELLISTE. **harcèlement sexuel de soldats de la MINUSTAH**. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/23047/harcelement-sexuel-de-soldats-de-la-minustah>. Acesso em: 24 maio 2022.

LOUIS Emmerij; JOLLY, Richard; and WEISS, Thomas G. **Ahead of the Curve? UN Ideas and Global Challenges**. Indiana University Press, 2001.

MAIDANA, Javier Rodrigo. AS Gerações das Operações de paz das Nações Unidas: retratos de experiências históricas no processo de manutenção da paz internacional. **Ius Commune** – UFSC, 2020. Disponível em: <https://iuscommune.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Javier-Maidana.pdf>. Acesso em: 30 ago 2020.

MARTIN, Ian. Haiti: Mangled multilateralism. **Foreign Policy**, 1994.

MIGNOLO, Walter. Coloniality of power and decolonial, **thinking Cultural Studies** Vol. 21, Nos. 2 _3 March/May 2007.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógicadela colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2010.

MINGA. **Mutirão informativa de movimientos sociales**. Des actions concretes de protestation en faveur du peuple haitien, 23 de janeiro de 2007. Disponível em: https://movimientos.org/es/fsm2007/show_text.php%3Fkey%3D8916. Acesso em: 18 maio de 2022.

MINGST, Karen A and KAMS, Margaret P. (eds.), **The United Nations in the Post-Cold War Era**. Boulder, CO, Westview Press, 1995.

MOTTE, Céline. **Vers une Troisième Génération d'opération de Maintien de la Paix?** Universidade Lyon II, 2006. Disponível em: http://doc.sciencespo-lyon.fr/Ressources/Documents/Etudiants/Memoires/Cyberdocs/MFE2006/motte_c/pdf/motte_c.pdf. Acesso em: 30 ago 2020.

NEWMAN, Edward (2013). **The International Architecture of Peacebuilding**, In Mac Ginty, Roger (Ed.) Routledge Handbook of Peacebuilding, Abingdon and New York: Routledge.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism**. London: Heinemann, 1965.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO), **AJP-3.4 Non-Article 5^o Crisis Response Operations**. NATO Standardization Office (NSO), 2010.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. O conceito de estabilização: implicações no campo das operações de paz contemporâneas, **Carta Inter**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2020. DOI: 10.21530/ci.v15n2.2020.1019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). An Agenda for Peace. 1992. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a47-277.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The United Nations today**. New York:United Nation, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ASSEMBLÉIA GERAL, CONSELHO DE SEGURANÇA. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations** (Brahimi Report), août 2000, parágrafo. 28; Nações Unidas, Escritório de Apoio à Construção da Paz, UN Peacebuilding: An Orientation, p. 9. 33.

PARIS, Roland e SISK Timothy D. **Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations**. London: Routledge, 2008.

PARIS, Roland. **At war's end: Building peace after civil conflict**. New York: Cambridge University Press, 2004.

PEREIRA, Alexandro Eugênio; BLANCO, Ramon. **Teorias Contemporâneas de Relações Internacionais**. 1. ed. Intersaberes: Curitiba, 2021.

PETTERSSON, Therése and WALLENSTEEN, Peter. **Armed Conflicts, 1946–2014**, **Journal of Peace Research** (52/4) 2015.

POLIGNY, Béatrice. **L'intervention de l'ONU dans l'histoire politique récente d'Haïti: les effets paradoxaux d'une interaction**, Pouvoirs dans la Caraïbe [En ligne], 10 | 1998, mis en ligne le 09 mars 2011. Acesso em: 08 jul. 2020. URL: <http://journals.openedition.org/plc/576> ; DOI : 10.4000/plc.576.

PRESSLEY-SANON, Toni. Haitian (Pre)Occupations: Ideological and Discursive Repetitions: 1915-1934 and 2004 to Present. **Caribbean Studies**, 2014, 42(2), pp. 115-153.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires,Argentina, 2005. pp. 227-278

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En E.

Lander(Ed.), La colonialidad del saber: eurocentrismo (pp. 201-245). Caracas: **Clacso**, 2000.

QUIJANO, Anibal. Coloniality and Modernity/rationality, **Cultural Studies**, 2007.

QUIJANO, Anibal. **Coloniality of power and Eurocentrism in Latin American**. International Sociology. SAGE. 2000. DOI: 10.1177/0268580900015002005.

RAKOTONIRINA Haingo M. **Généralions d'opérations de paix**. Disponível em: <http://www.operationspaix.net/60-resources/details-lexique/generations-d-operations-de-paix.html>. 2010. Acesso em: 18 Abr. 2020.

RAOUL, Danduranden. **Études stratégiques et diplomatiques et membre de l'Observatoire sur les missions de paix à l'Université du Québec à Montréal**, 2006. Disponível em: <<https://www.ledevoir.com/opinion/idees/123004/l-avenir-appartient-il-aux-soldats-de-la-paix>>. Acesso em: 26 Mar 2020.

RAYMOND, Eudrice. Rôle du Sénat dans la Démocratie. **In Forum Libre n° 10**, Parlement et Démocratie: Des sénateurs et des députés parlent, Port-au-Prince, 1992.

RENO, Fred. **Pouvoirs dans La caraibe, 10/1998**: Haiti, l'oraison démocratique, politique recente d'Haiti, les effets paradoxaux d'une intervention.

Resolução 2/91 (S/RES/2/91) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1992/anexos/andnn805-92.pdf. Acesso em 27 mar de 2022.

Resolução 46/7 17/09/1991 (A/RES/46/7) Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/580/95/IMG/NR058095.pdf?OpenElement>. Acesso em 27 mar de 2022.

Resolução 47/20 23/04/1993 (A/RES/47/20/B) Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/234/70/IMG/N9323470.pdf?OpenElement>. Acesso em 27 mar de 2022.

Resolução 841 16/07/1993 (S/RES/ 841) Disponível em: <http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/354/58/IMG/N9335458.pdf?OpenElement>. Acesso em 25 mar de 2022.

Resolução 867 13/09/1993 (S/RES/867) Disponível em: <http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/515/30/PDF/N9351530.pdf?OpenElement>. Acesso em 25 mar de 2022.

RICHMOND, Oliver. A genalogy of peace and conflict theory. In: RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

RICHMOND, Oliver. **UN peace operations and the dilemmas of the peacebuilding consensus**. International Peacekeeping, 2004.

ROJAS, A. y RESTREPO, E. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: **Editorial Universidad del Cauca**, 2010.

RNDDH-Réseau National de Défense des Droits Humains. **Un Jeune de Port-Salut violé par des agents de la MINUSTAH: Le RNDDH réclame Justice pour la victime**, 2011. Disponível em: <https://web.rnddh.org/wp-content/uploads/2012/04/MINUSTAH-PORT-SALUT-2011.pdf>. Acesso em 20 18 jun de 2022.

SCHNABEL, Albrecht e Has-Georg Ehrhart. **Security Sector Reform and Post-Conflict Peace building**, United Nations University Press, New York, 2005.

SEGUY, Franck. Racismo e desumanização no Haiti. Educere et Educare: **Revista de Educação**, 2015. 10(20), pp. 521-536. SEGUY, Franck. Para compreender a recolonização do Haiti. **Revista Outubro**, Volume, 2014. 22, pp. 79-108.

SEGUY, Franck & DESROSIERS Michaëlle. Haïti: nouveau cas de viol collectif de la MINUSTAH. **A l'encontre. La Brèche**. 8 septembre – 2011. Disponível em: <http://alencontre.org/ameriques/amelat/haiti/haiti-nouveau-cas-de-viol-collectif-de-la-minustah.html>. Acesso em: 15 de dec, 2019.

SEGUY, Franck. A catástrofe de janeiro de 2010, a “**Internacional Comunitária**” e a **recolonização do Haiti**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2014.

SÉNÉLUS, T. N. A. L'aide internationale, pour le mal-développement d'Haïti ? **Le Nationale**, 2015. Disponível em: http://www.lenational.org/laide-internationale-pour-le-mal-developpement-dhaiti/?fbclid=IwAR1FBah6lMQR6MiXDHLwfBQUMvGRf4dNeWHZRbdd6P3ZgOK-Obo4hJ_GXfY. Acesso em: 15 dec 2019.

SHILLIAM, Robbie. "The Perilous but Unavoidable Terrain of the Non-West" in SHILLIAM, Robbie (Ed.) **International Relations and Non-Western Thought: Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity**. New York: Routledge, 12-26. (2011)

THAKUR, Ramesh and SCHNABEL Albrecht (eds.), **United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement**. United Nations University Press, 2002. ISBN: 9789280810677.

TRAMPUSCH, Christine; PALIER, Bruno. Between X and Y: how process tracing contributes to opening the black box of causality, **New Political Economy**, 2016.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROUILLOT, Michel-Rolph, Silenciado o passado poder e a produção da história, tradução, Sebastien Nascimento – Curitiba: **huya**, 2016, 263p.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines. 2008. Disponível em:

http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf. Acesso em: 13 abr.2020.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines. 2008. Disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines. 2008. Disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Our History**. Disponível em <https://peacekeeping.un.org/fr/our-history> S/A. Acesso em 13 mar de 2020.

UNITED NATIONS SECRETARY GENERAL. Speech - Remarks to Security Council High-Level Debate on Collective Action to Improve UN Peacekeeping Operations. New York, 2018. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2018-03-28/collective-action-improve-unpeacekeeping-operations-remarks>. Acesso em: 14 jun. 2022.

UNITED NATION. **Supplement to an Agenda for Peace**; Position Paper of the Secretary-General on the Occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations, UN Peacebuilding: An Orientation, New York : Peacebuilding Support Office, 2010, § 13.

Anexo I

Roteiro da Entrevista

Objetivo geral: analisar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), no período de 2014 a 2017, a partir da teoria decolonial.

Objetivos específicos: compreender as características e os principais conceitos utilizados pela ONU sobre a Paz; relacionar os impactos a partir da MINUSTAH com a situação de vulnerabilidade no Haiti.

Problema da Pesquisa: Qual a compreensão sobre o processo de construção da paz no Haiti conduzido pela MINUSTAH?

Questões estímulo:

- 1- Como você enxerga a atuação da MINUSTAH no país, que foi imposto pelos ex colonizadores mediante da fachada modernidade?
- 2- Partindo da ideia de que a colonialidade é estruturante da política internacional você acha que a MINUSTAH conseguiu garantir um ambiente seguro e estável ao país?
- 3- A Colonialidade coloca o país na condição de escravização, exploração e dominação da supremacia branca, assim, você tem alguns pontos positivos e negativos da MINUSTAH?
- 4- Partindo da questão de viabilizar a legitimidade das relações de dominação de poder colonial, qual a sua opinião sobre a questão dos Direitos Humanos e as ações humanitárias da MINUSTAH?

Anexo II

Quadro de entrevistados

Entrevistados	Data e horário	Função
Entrevistado 01	20/03/2022 às 15:35	Estudante
Entrevistado 02	22/03/2022 às 11:30	Estudante
Entrevistado 03	11/04/2022 às 17:10	Professor
Entrevistado 04	11/04/2022 às 20:50	Representante estudantil
Entrevistado 05	19/04/2022 às 17:00	Estudante
Entrevistado 06	15/05/2022 às 14:15	Estudante